

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO - USF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
EDUCAÇÃO - MESTRADO

CAROLINE FERREIRA DO AMARAL

QUESTÕES ÉTICAS NAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO COM
CRIANÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA

ITATIBA-SP

2026

CAROLINE FERREIRA DO AMARAL – R.A. 202413297

**QUESTÕES ÉTICAS NAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO COM
CRIANÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Sociedade e Processos Formativos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia Aparecida Siquelli

ITATIBA-SP

2026

37.001.5 Amaral, Caroline Ferreira do.
A513q Questões éticas nas pesquisas em educação com crianças da primeira infância / Caroline Ferreira do Amaral. – Itatiba, 2026.
104 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco.

Orientação de: Sônia Aparecida Siquelli.

1. Ética. 2. Alteridade. 3. Infância. 4. Pesquisador.
5. Educador. I. Siquelli, Sônia Aparecida. II. Título.

**UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM EDUCAÇÃO**

Caroline Ferreira do Amaral, defendeu a dissertação “QUESTÕES ÉTICAS NAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO COM CRIANÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA”, aprovada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco em 25 de fevereiro de 2026, pela Banca Examinadora constituída pelas professoras:

Profa. Dra. Sônia Aparecida Siquelli
Orientadora e Presidente

Profa. Dra. Márcia Aparecida Amador Mascia
Examinadora

Profa. Dra. Ana Paula da Silveira Simões Pedro
Examinadora

Dedico a todos e todas que estiveram comigo
nessa caminhada, em especial à minha filha
Beatriz, razão do meu amor e da minha maior força.
Que este caminho percorrido te inspire a sonhar
alto, a acreditar no conhecimento e a nunca
desistir do que acredita.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e por tudo o que Ele tem dado a mim.

À minha família, expresso minha gratidão mais profunda, pelo suporte e confiança depositada em mim ao longo de toda esta trajetória.

À professora/ orientadora Sônia Aparecida Siquelli (USF), por ter me acolhido com tanto carinho. Pela pessoa humana, que possui um coração enorme, revestida de uma docência sensível e generosa. Ensina-nos que a Universidade pode sim ser um local de parceria, de sensibilidade, de amor ao outro.

Em especial, aos professores da banca, à Profa. Dra. Ana Paula da Silveira Simões Pedro (UA) pela leitura minuciosa e contribuições e ao Prof. Dr. Carlos Roberto da Silveira (USF) pelos apontamentos e indicações no exame de qualificação e à Profa. Dra. Márcia Aparecida Amador Márcia pela leitura minuciosa e contribuições no exame de defesa.

Aos pesquisadores/participantes desta pesquisa, minha gratidão, pela contribuição, para a realização da pesquisa de campo e contribuíram significativamente para a construção deste trabalho.

Aos integrantes do grupo de pesquisa GHEPEB, agradeço pelos encontros formativos, pelos diálogos que ampliaram minhas compreensões de mundo e repertório investigativo.

A todos os (as) colegas e professores (as) ao longo do Mestrado em Educação, pela aprendizagem e apoio.

À Secretaria do PPGSS Educação/USF pela disponibilidade aos atendimentos solicitados, em especial à secretária Mariane.

À Universidade São Francisco, pela formação acadêmica para pesquisa em Educação.

À CAPES, pelo fomento.

E se acolher é morada, então que cada escola seja casa, com teto de afeto, janela de escuta e paredes que sabem abraçar.

AMARAL, Caroline Ferreira do Amaral. **Questões éticas nas pesquisas em educação com crianças da primeira infância**. Dissertação (Mestrado em Educação). 2026. 105 p. Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Educação. Universidade São Francisco, Itatiba/SP.

RESUMO

Esta dissertação, vinculada à linha de pesquisa: Educação, Sociedade e Processos Formativos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco – USF, com fomento CAPES¹, situa-se no campo da ética em pesquisa em educação com crianças da primeira infância. Objetiva discutir as questões éticas envolvidas na pesquisa em educação com crianças da primeira infância (0 a 6 anos), considerando as concepções de criança e infância e suas implicações nas escolhas metodológicas dos pesquisadores. Sob a indagação se é possível conhecer elementos presentes nas pesquisas, que demonstram as atitudes éticas dos pesquisadores e suas preocupações? Teoricamente, foi realizado um estudo e reflexão em várias obras entre elas da antropologia, Friedmann (2020), da sociologia da infância, Sarmiento (2005); Fernandes (2016), da filosofia Malaguzzi (2016); Hoyuelos (2021); Buber (2001); Guareschi (1998) e Siquelli (2000), propondo uma reflexão crítica sobre as práticas de pesquisa em ciências humanas envolvendo crianças e contribuindo para a humanização da escuta sustentada na alteridade. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, uma revisão de literatura na construção de um estado de conhecimento e uma pesquisa de campo com 12 pesquisadores. Os instrumentos utilizados foram: aplicação de 8 (oito) questionários² com perguntas semi-estruturadas online, pela plataforma *Google Forms*, a oito participantes/pesquisadores e a realização de 4 (quatro) entrevistas aos participantes/pesquisadores realizadas por videoconferência. A metodologia de análise adotada foi a análise de conteúdo de Bardin (1977). Os resultados evidenciaram que as pesquisas que colocam a criança no centro do estudo alinham-se às concepções contemporâneas de infância, reconhecendo-a como sujeito de direitos, histórico e cultural. As pesquisas analisadas foram predominantemente qualitativas, priorizavam narrativas, interações e experiências cotidianas, com procedimentos ajustados aos contextos infantis, favorecendo escuta, respeito e expressão. A escuta do sensível e inteligível, permeados pela arte, também foi encontrada nas práticas dos pesquisadores. A participação infantil ainda demanda aprofundamento, pois, conforme a concepção de infância adotada, os encaminhamentos teórico-metodológicos configuram desafios éticos, morais e epistemológicos, revelando distintos modos de lidar com a alteridade infantil.

Palavras-chave: Ética. Alteridade. Infância. Pesquisador. Educador.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade São Francisco – USF, protocolo nº. 84380624.5.0000.5514

AMARAL, Caroline Ferreira do Amaral. **Ethical issues in research in education with early childhood children**. Dissertation (Master's in Education). 2026. 105p. Stricto Sensu Graduate Program in Education. São Francisco University, Itatiba/SP.

ABSTRACT

This dissertation, linked to the research line: Education, Society and Formative Processes of the Stricto Sensu Postgraduate Program in Education at the University of São Francisco – USF, with CAPES³ funding, is situated in the field of ethics in educational research with early childhood. It aims to discuss the ethical issues involved in educational research with early childhood (0 to 6 years), considering the conceptions of child and childhood and their implications for the methodological choices of researchers. The question is whether it is possible to know elements present in research that demonstrate the ethical attitudes of researchers and their concerns. Theoretically, a study and reflection was carried out on several works, including those from anthropology, Friedmann (2020), from the sociology of childhood, Sarmiento (2005); Fernandes (2016), and from philosophy, Malaguzzi (2016); Hoyuelos (2021); Buber (2001), Guareschi (1998), and Siquelli (2000) propose a critical reflection on research practices in the human sciences involving children, contributing to the humanization of listening based on alterity. A bibliographic research, a literature review to construct a state of knowledge, and a field research with 12 researchers were conducted. The instruments used were: the application of 8 (eight) questionnaires⁴ with semi-structured questions online, via the Google Forms platform, to eight participants/researchers, and the conducting of 4 (four) interviews with participants/researchers via videoconference. The analysis methodology adopted was Bardin's (1977) content analysis. The results showed that research placing the child at the center of the study aligns with contemporary conceptions of childhood, recognizing the child as a subject of rights, historical and cultural. The analyzed research was predominantly qualitative, prioritizing narratives, interactions, and everyday experiences, with procedures adjusted to children's contexts, favoring listening, respect, and expression. Listening to the sensitive and intelligible, permeated by art, was also found in the researchers' practices. Children's participation still requires further investigation, because, according to the adopted conception of childhood, the theoretical and methodological approaches present ethical, moral, and epistemological challenges, revealing distinct ways of dealing with childhood otherness.

Keywords: Ethics. Otherness. Childhood. Researcher. Educator.

³ This work was carried out with the support of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel – Brazil (CAPES) – Funding Code 001.

⁴ Approved by the Research Ethics Committee of the University of São Francisco – USF, protocol no. 84380624.5.0000.5514

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Reconhecimento do <i>corpus</i> no Iramuteq.....	46
Figura 2 – 1º Processamento - análise estatística clássica.....	47
Figura 3 – Nuvem de Palavras.....	48
Figura 4 – 3º processamento - Classificação Hierárquica Descendente (CHD)	49
Figura 5 – Dendrograma	50
Figura 6 – Análise Fatorial de Correspondência (AFC) das palavras ativas mais frequentes em cada uma das classes lexicais obtidas na classificação hierárquica descendente no corpus (Iramuteq)	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Instrumentos Metodológicos de Pesquisa	51
Tabela 2 – Eixos Temáticos e Temas Iniciais levantados no início do corpus.....	62
Tabela 3 – Categorias e subcategorias	65
Tabela 4 – Perfil dos Participantes/Pesquisadores: quanto à sua formação.....	66
Tabela 5 – Levantamento do número de crianças/idades envolvidas nas pesquisas dos participantes	73
Tabela 6 – Objetivos das pesquisas dos participantes	74
Tabela 7 – Estratégias metodológicas presentes nas pesquisas dos participantes	76
Tabela 8 – Estratégias de análise das pesquisas dos participantes	79
Tabela 9 – Análise da devolutiva empregada pelos participantes e verificação da compreensão da cooparticipação por parte da criança.....	83
Tabela 10 – Análise das respostas dos participantes sobre a compreensão Ética	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CDC – Convenção sobre os Direitos da Criança

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CHS – Ciências Humanas e Sociais

CHD – Classificação Hierárquica Descendente

CV – Ciências da Vida

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil

GEPHEB - Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética, Política e História da Educação Brasileira.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

ONU - Organização das Nações Unidas

PPG - Programa de Pós-Graduação

SESI – Serviço Social da Indústria

SI – Sociologia da Infância

ST – Segmentos de texto.

TALE – Termo de assentimento livre e esclarecido.

TECLE - Termo de consentimento livre e esclarecido.

USF - Universidade São Francisco

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

USF – Universidade São Francisco

SUMÁRIO

MEMORIAL	13
1 INTRODUÇÃO	15
2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS, HISTÓRICO E CULTURAL	22
2.1 Perspectiva Médica	26
2.2 Perspectiva Social e Sociologia da Infância	27
2.3 Primeira Infância como Espaço Político: Práticas Democráticas e Garantia da Qualidade Social	31
3 ÉTICA EM PESQUISA EM EDUCAÇÃO COM CRIANÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA	38
4 O QUE MOSTRAM AS PRODUÇÕES EM PERIÓDICOS (2014-2024) NO ESTADO DO CONHECIMENTO: ANÁLISE E DISCUSSÃO	48
5 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	61
5.1 Procedimentos Metodológicos	61
5.2 A constituição dos dados da pesquisa	61
5.3 Pesquisa Bibliográfica	61
5.4 Pesquisa de Campo	62
5.5 Sobre os participantes	62
5.6 Instrumentos de Coleta de Dados	63
6 ESCUTAS E SENTIDOS DA PESQUISA DE CAMPO: ANÁLISE E DISCUSSÃO	65
6.1 Unidades de Registro	65
6.2 Pré-Análise	66
6.3 Exploração do Material	67
6.4 Tratamento dos Resultados	68
6.4.1 Perfil do pesquisador/participante	69
6.4.2 Campo de Pesquisa	71
6.4.3 Ética, na prática do pesquisador	77
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICES	97
ANEXOS	104

MEMORIAL

Entre cantinhos e caminhos: memórias de uma formação em movimento.

A educação sempre habitou meu caminho, mesmo quando outros rumos tentaram se impor. Nasci e cresci em Itatiba–SP, em meio a uma típica família italiana: barulhenta, afetuosa, rica em histórias e laços. Filha de uma pedagoga e de um zootecnista, cresci em um lar onde o estudo era valor e o cuidado com o outro se manifestava nos cuidados diários. Comecei a estudar com menos de quatro anos, na EMEI Beija-Flor, e, desde então, o ambiente escolar foi se tornando parte de mim. Às brincadeiras de faz de conta, os cantinhos de arte, as rodas de história, os encontros com professores atentos e sensíveis marcaram minha infância e plantaram as primeiras sementes do que seria minha vocação.

Minha trajetória escolar seguiu firme, na escola Chico Peroba, vivi os primeiros anos do Ensino Fundamental com curiosidade, timidez e muito encantamento pela leitura. Fui alfabetizada cedo, participei do coral da escola, conheci o computador e aprendi sobre saúde, cidadania e reciclagem com as ações da escola. Ainda nessa época, ingressei na Corporação Musical Santa Cecília, onde aprendi a tocar instrumentos de sopro e convivi com música. A música, durante anos, tornou-se minha segunda linguagem, uma forma de expressão, disciplina e maturidade.

No Ensino Médio, estudei em um colégio particular e, não me sentia totalmente integrada ao grupo, mantive uma postura comprometida e disciplinada. Sofri um acidente sério no último ano e, mesmo diante de muitas dificuldades, fiz questão de retornar às aulas para concluir minha formação sem interrupções. Durante esse período, surgiram dúvidas sobre minha escolha profissional: pensei em música, em pedagogia, mas acabei cedendo às pressões familiares e sociais. O Direito parecia um caminho mais seguro e promissor, então optei por ele. Cursei Direito na Universidade São Francisco, em Bragança Paulista. No terceiro ano, fui aprovada no concurso de estágio do Ministério Público de São Paulo, onde permaneci até depois da graduação. Essa vivência foi intensa e formadora, mas, com o tempo, percebi que a prática da advocacia não me realizava. No ano de 2015, casei-me e, em 2017, nasceu minha filha Beatriz. A maternidade transformou profundamente minha percepção sobre o mundo, o tempo e os afetos e, junto dela, renasceu em mim o desejo de voltar à pedagogia.

Decidi recomeçar, fui aceita no curso de Pedagogia pela USF – Campus Itatiba, e ali reencontrei um sentido de pertencimento. Estagiei com um aluno autista no Ensino Fundamental II, participei do PIBID, atuei durante a pandemia como auxiliar de sala, em aulas remotas, e fui estagiária facilitadora de Educação Inclusiva no SESI. Cada experiência reafirmou em mim a certeza de que minha escuta, meu cuidado e minha inquietação cabiam naquele espaço, a sala de aula e da formação humana.

A pesquisa entrou em minha vida com naturalidade, ingressei no Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética, Política e História da Educação Brasileira (GEPHEB), fui bolsista PIBIC/CNPq e desenvolvi minha primeira pesquisa sobre Instituições Escolares e Educação

Política. Mais adiante, passei a me debruçar sobre os dilemas éticos em Ciências Humanas, e em seguida passei a ter mais intimidade com a ética em pesquisa com crianças da Primeira Infância. Esse interesse me levou ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, na mesma universidade, onde hoje sou mestranda.

Minha pesquisa atual investiga a ética na pesquisa com crianças pequenas, um campo que me interpela não apenas como pesquisadora, mas como mãe, educadora e cidadã. Acredito que precisamos construir formas mais sensíveis, cuidadosas e respeitosas de nos aproximar das múltiplas infâncias, reconhecendo nelas o ser humano que são, dotados de saberes, desejos e direitos. Meu caminho até aqui foi cheio de desvios, retomadas e aprendizados, mas é justamente esse trajeto diverso que sustenta a minha escuta e o meu compromisso com uma educação mais ética e mais humana.

1 INTRODUÇÃO

Os dilemas éticos presentes nas pesquisas de Ciências Humanas, especificamente a temática sobre a ética em pesquisa com crianças da primeira infância, é um campo que necessita de um aprofundamento teórico investigativo. As pesquisas que envolvem a criança trazem marcas de posturas adultocentricas, fundamentadas na concepção de uma infância única, atemporal, imutável e idealizada, compreendida como simples período de transição para a vida adulta, ou em outras épocas nem mesmo eram vistos como indivíduos merecedores de atenção. Nas últimas décadas, com as legislações da década de 90 do século XX para frente foi possível fortalecer a cultura infantil, tornando visível às crianças, resultado da compreensão e mudança de postura sobre elas, reconhecendo-as como sujeitos sociais atravessados pela complexidade e pluralidade de contextos e como produtores de cultura singular e subjetiva, ou seja, são potências criativas (se constituem por meio dos sentidos), capacidade inata de gerar ideias originais e soluções inovadoras e se expressam por diversas formas de linguagens para explicitar imagens, sensações, percepções e histórias.

Questionamentos sobre a ética presente nestas práticas de pesquisa emergem, como: quais são as estratégias utilizadas pelos pesquisadores para compreender as expressões, as experiências sensíveis das crianças? Quais são as metodologias empregadas? Quais as estratégias de proteção emergem dessa situação de coautoria? É possível conhecer elementos nas pesquisas que demonstrem as atitudes éticas dos pesquisadores e suas preocupações?

Visando discutir as questões éticas envolvidas na pesquisa em educação com crianças da primeira infância (0 a 6 anos), considerando as concepções de criança e infância e suas implicações nas escolhas metodológicas dos pesquisadores, esta pesquisa procurou conhecer as diferentes concepções de criança e infância presentes na produção acadêmica e como essas concepções orientam as práticas de pesquisa; investigar de que forma as metodologias adotadas promovem (ou não) a autonomia das crianças participantes e compreender e discutir como os pesquisadores da área de educação interpretam e aplicam os princípios éticos em suas práticas de pesquisa envolvendo crianças pequenas.

O pesquisador durante investigação com a criança, busca a coragem de pensar e expressar suas intenções, percepções e sentimentos expressos por eles, o que pressupõe questões éticas que, neste trabalho entendemos conflitos que surgem no processo de produção de conhecimento que exigem do pesquisador uma responsabilidade moral, tomar decisões do que seria certo ou errado, que ao agir pode afetar diretamente a outra parte.

Se ancorando na escuta do sensível e do inteligível de Derdyk (2025), as relações permeadas pela afetividade, pode promover ao pesquisador formas de uma escuta mais sensível, integral, sem separar emoção e razão. Para a autora, a escuta é a arte de entender a cultura infantil: sua forma de pensar, de realizar, de perguntar, de teorizar, de desejar, a prática da escuta é decisiva para que a criança construa sentido no que faz e encontre o prazer e o valor de comunicar. Estar atento a dar ouvidos (com todos os sentidos). A autora pressupõe

uma estética da escuta nas relações contextualizada, entre: espaço, tempo e atmosfera, entendido para Hoyuelos (2021) como premissa para a observação.

Assim como em Friedmann et al. (2023) trabalha-se o conceito de acolhimento, como ato ou efeito de acolher, de escutar e aceitar, uma atitude que gera uma abertura para o diálogo, conceito que se funde à nossa compreensão ética em pesquisa e vai ao encontro dos outros referenciais teórico como: Hoyuelos (2021) coloca que para Malaguzzi acolhimento e adequação dos ambientes, ilumina e fortalecem o bem-estar e a confiança. Assim como afetividade, proporciona conforto e acarreta a melhora dos dados produzidos, pois as crianças confortáveis respondem com mais autenticidade e eleva a qualidade das evidências. E, Derdyk (2025) que também coloca que a delicadeza e a afetividade tornam-se fundamentais com aqueles que estão conhecendo o mundo por meio dos sentidos (visão, audição, tato entre outros). A prática investigativa atravessada pela afetividade, conecta mente e corpo, articula sensível (emoção, percepção, corpo) e inteligível (razão, pensamento, reflexão), promove escuta integral.

Quando nos referimos à ética, enquanto área da filosofia, consideramos a ética como pressuposto mediador entre a ação e teoria. Pensar a ética para além das questões burocráticas coloca o pesquisador diante da responsabilidade em cada etapa do processo de pesquisa, desde a entrada no campo até a devolutiva dos resultados. Concebemos nesta pesquisa um conceito de uma ética contextualizada, como a do pensamento e da obra de Loris Malaguzzi, presente na obra de Hoyuelos (2021), que traz a compreensão da ética, estética e política, conceitos inseparáveis, como princípios (normas ou valores) e estratégias (ou atuações) que se transformam em experimentações, que dão abertura para a escuta com curiosidade, sem julgamentos das práticas sensíveis próprias da originalidade das aprendizagens da criança e do conteúdo daquilo que se aprende. A questão central deste trabalho é se abrir para o diálogo, para a escuta, permitindo a participação da criança em todas as etapas da produção do conhecimento.

Essa relação dialógica, pautada na alteridade como categoria entre o outro e a relação, materializadas em condutas, comportamentos adequados à concepção de ser humano, encontra fundamentação em Guareschi (1998) que faz uma reflexão, a partir da categoria alteridade, presente na Filosofia da Libertação, proposta por Enrique Dussel, filósofo argentino, em que a definição de alteridade se refere à abertura humana de compreensão do “outro”, no sentido de acolher a sua humanidade, numa ética da alteridade como princípio, que se abre à epifania do outro.

Esse movimento presente nas construções teóricas, fruto de uma conscientização sobre a criança e a infância, que apesar dos avanços alcançados em relação ao reconhecimento de direitos de crianças e adolescentes, entende haver muito a ser feito, especialmente no que diz respeito protagonismo da criança da primeira infância, enquanto participante de pesquisa, e respeito no debate acadêmico. Para assim, deixar de tratá-las como secundárias ou subordinadas às perspectivas adultas.

Amaral e Siquelli (2024) trazem, essa discussão tem suas bases a partir da violação

dos direitos básicos da criança. Quando foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) e promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948, a qual expressava direitos fundamentais e universais que são inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, cor, religião, sexo, idioma, opinião política ou de outra natureza.

Segundo as autoras,

No campo das ciências, o Código de Nuremberg de 1947 e, quase duas décadas depois, a Declaração de Helsínquia ou Helsinque, de 1964, abordam princípios éticos, questões sobre a proteção dos participantes da pesquisa. No ano de 1989, foi adotada, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), de 1959, considerada um marco nas políticas e práticas relacionadas às crianças em todo o mundo. Ela foi aceita e incorporada pelo Brasil, por meio do Decreto n.º 99.710, de 21 de novembro de 1990, estabelecendo os direitos fundamentais das crianças, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e garantindo sua proteção e bem-estar. Essa convenção foi um avanço significativo, ao garantir à criança com capacidade de discernimento o direito de se exprimir livremente sua opinião sobre as questões que lhe respeitam, bem como estabelece princípios éticos e legais que visam proteger os interesses e o desenvolvimento das crianças em diversas áreas, incluindo saúde, educação, proteção contra exploração e abuso, entre outros aspectos (Amaral; Siquelli, 2024, p.3-4).

Gouvêia (2004) coloca que autores do século passado, como Claparède, Dewey, Montessori, Binet e Kilpatrick, dirigiram produções que defendiam um novo olhar sobre a criança, vendo-a diferente do adulto. E, que Rousseau foi quem abriu os estudos sobre a criança, vendo-a não apenas como uma oportunidade para aplicação de preceitos educativos, mas como uma fonte de observação.

Para Friedmann (2020), no campo político, essa nova ordem coloca as crianças como grupo geracional, com direitos de experienciar vidas significativas, que de algum modo vão ser determinantes para a formação de cidadãos, para a construção da democracia e da cidadania e solidariedade.

No Brasil, no final de 1970, as pesquisas sobre a história da infância brasileira, constituída por uma diversidade étnico-racial, marcada por um longo período de escravidão e opressão sofrida por parte dos indígenas e imigrantes, detentores de múltiplas culturas, foi um marco histórico. A história da criança brasileira é construída sem distinção dos adultos, as crianças passavam rapidamente à fase adulta sem o menor sentimento de culpa por parte dos responsáveis e as mais diversas instituições, como escolas, igrejas e asilos. Além disso, a população sofreu impactos tanto do imperialismo europeu como do americano, que influenciaram as relações entre adultos e crianças. A infância deixa de ser vista como fenômeno natural e biológico e passa a ser entendida como categoria social constituída. E as crianças passaram a integrar os grupos que apresentam uma vulnerabilidade estrutural, socialmente constituída, em detrimento da ênfase na vulnerabilidade natural (Kramer, 2002).

Segundo Amaral e Siquelli (2024):

No que se refere à legislação nacional, a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990) - foram um marco histórico essencial de garantias fundamentais de proteção e promoção dos direitos de todos os cidadãos,

inclusive das crianças no país. Contudo, o reconhecimento da primeira infância veio por meio da Lei n.º 13.257 de 8 de março de 2016, ação brasileira que reconheceu a importância da primeira infância para o desenvolvimento humano e estabeleceu princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à criança de 0 a 6 anos de idade. A ética em pesquisa no nosso Brasil é regulamentada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio dos Comitês de Ética em Pesquisa e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/Conep), que, por intermédio de edições regulatórias – Resolução CNS n.º 196 de 10 de outubro de 1996 (BRASIL, 1996), resoluções n.º 466, de 12 de dezembro de 2021 (BRASIL, 2023), resolução n.º 510 de 7 de abril de 2016 (BRASIL, 2016) (Amaral; Siquelli, 2024) – E, ainda, a Lei n.º 14.874 de 28 de maio de 2024 de ética em pesquisa, que estabelece regras para a pesquisa com seres humanos, criando o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. (Amaral; Siquelli, 2024, p.4-5)

Nesse sentido, para gerir e orientar as práticas dos pesquisadores envolvendo seres humanos, a resolução n.º 510/2016 estabelece padrões éticos para a condução de pesquisas em qualquer área que envolva a participação de seres humanos como sujeitos. No contexto de pesquisa com crianças, ela trabalhava com princípios e orientações específicas para garantir sua proteção e o bem-estar. Amaral e Siquelli (2025):

Princípio do melhor interesse da criança, devendo considerar o interesse e o bem-estar da criança como prioridade ao planejar e conduzir a pesquisa. Consentimento e assentimento, sendo obrigatório obter o consentimento livre e esclarecido dos pais ou responsáveis legais da criança. Além disso, dependendo da idade e da capacidade de compreensão da criança, é importante obter o seu assentimento, ou seja, sua concordância consciente. Avaliação de riscos e benefícios, realizar uma avaliação cuidadosa dos riscos potenciais e dos benefícios da participação da criança na pesquisa; Proteção contra danos e exploração é fundamental para garantir a segurança física e emocional da criança, evitando qualquer forma de abuso, exploração ou tratamento prejudicial. Privacidade e confidencialidade, as informações sobre a criança devem ser tratadas com o devido sigilo e confidencialidade. Adequação metodológica, a pesquisa deve ser planejada e conduzida de forma apropriada à idade e ao estágio de desenvolvimento da criança, com métodos cientificamente válidos. Participação voluntária e direito de retirada: a criança tem o direito de participar voluntariamente da pesquisa e também o direito de retirar seu consentimento ou assentimento a qualquer momento, sem, sofrer qualquer consequência negativa. Benefícios para a criança: a pesquisa deve ter o potencial de trazer benefícios reais ou potenciais para a criança envolvida; supervisão ética: a pesquisa envolvendo crianças deve ser submetida à avaliação e aprovação de comitês de ética em pesquisa. Supervisão ética: a pesquisa envolvendo crianças deve ser submetida à avaliação e aprovação de CEPs. (Amaral; Siquelli, 2024, p.5-6)

Kramer e Pena (2019) trazem uma reflexão quanto à vulnerabilidade da criança na sua articulação com a ética em pesquisa em educação. Considerando que essa vulnerabilidade refere-se à condição em que as crianças podem estar em desvantagem ou expostas a riscos especiais devido a uma série de fatores. Esses fatores podem incluir idade, saúde, capacidade cognitiva, posição socioeconômica, contexto cultural, entre outros.

Segundo a Resolução n.º 510/2016, vulnerabilidade se refere:

(. . .) situação em que pessoa ou grupo de pessoas tenha reduzida a capacidade de tomar decisões e opor resistência na situação da pesquisa, em decorrência de fatores individuais, psicológicos, econômicos, culturais, sociais ou políticos” (Brasil, p. 45, 2016).

Vulnerabilidade quanto a aspectos sociais, culturais e políticos entendida por:

- Desigualdades sociais e econômicas: situação em que as crianças vivem em condições de pobreza ou marginalização social.
- Barreiras culturais e linguísticas: situação em que as crianças participantes pertencem a grupos culturais ou linguísticos minoritários podem enfrentar desafios na compreensão e na comunicação com os pesquisadores, isso pode acarretar mal-entendido ou má interpretação.
- Discriminação e preconceito: indivíduos que enfrentam discriminação com base em características como raça, etnia, gênero, orientação sexual, entre outras, sofrendo tratamento injusto ou abordagens de pesquisa insensíveis.
- Exclusão e marginalização: situação em que os pesquisadores não tomam medidas para garantir a equidade e inclusão.

Kramer e Pena (2019) explicam que as pesquisas envolvendo grupos vulneráveis de crianças mostram que a criança possui uma capacidade cognitiva limitada, implicando na dificuldade em compreender os detalhes e implicações de um estudo de pesquisa; essa peculiaridade os torna mais vulneráveis em certos contextos de pesquisa. Requerem uma atenção diferenciada, devido ao estágio de desenvolvimento, os quais possuem uma capacidade de compreensão e decisão diferente dos adultos, devendo ter abordagem especial para obter o consentimento informado, envolve o consentimento dos pais ou responsáveis legais, bem como o consentimento da criança ou do adolescente.

Outra questão ética ainda pouco tratada diz respeito à relação de confiança entre os participantes da pesquisa envolvendo sujeitos tão pequenos. Isso decorre do direito à participação voluntária e ao direito de retirada a qualquer momento do estudo. Privacidade e confidencialidade das informações, tratamento adequado ao material produzido e apresentação dos resultados são processos de respeito que confirmam a relação de confiança construída entre os participantes da pesquisa.

Nessa mesma linha de raciocínio, Neves e Müller (2021) levantam uma preocupação quanto às pesquisas com e sobre bebês, pois, para as autoras, existe uma lacuna em relação à consolidação de agendas específicas sobre essa temática. Segundo a autora, a maioria dessas pesquisas com bebês acontece no contexto da creche, e os adultos que atuam nesse contexto, servem como tradutores dessas crianças, ao mediar e atribuir significado às ações dos bebês durante a pesquisa. Embora a vulnerabilidade dos bebês exija, a sensibilidade e disponibilidade são apresentadas como condição para conduzir essas pesquisas, visando garantir a sua segurança e o seu bem-estar durante o processo de produção de dados.

Para isso, Kramer e Pena (2019) colocam que o pesquisador deve estar familiarizado com o campo de estudo e atento a possíveis surpresas, desafios e descobertas inesperadas, pois

a incerteza que permeia o campo de pesquisa não deve ser vista como uma limitação, mas, sim, como uma oportunidade para uma exploração mais profunda e rica na pesquisa com e sobre bebês. A produção de conhecimento só deve ser realizada com bebês se estes, por meio de suas expressões e sua linguagem, demonstrarem estar abertos e disponíveis para tal interação. O mesmo princípio se aplica aos seus cuidadores, que também devem manifestar essa disponibilidade.

O que está de fato em análise são relações humanas; a metodologia empregada nesta pesquisa foi de natureza qualitativa (Flick, 2009). O que se pretendeu nesta dissertação é produzir reflexões do próprio processo de produção do conhecimento, de modo a contribuir para uma transformação humana e transformação da ciência. Os dados da pesquisa: a pesquisa teve dois momentos, uma pesquisa bibliográfica, com a construção da criança como sujeito de direitos, históricos e culturais; um estudo mais profundo sobre conceitos éticos que sustentam a relação dialógica em pesquisa em educação com crianças pequenas e uma análise do estado em que se encontram as produções em periódicos da área da educação, período de (2014-2024). Após esse estudo foi realizada uma pesquisa de campo com 12 pesquisadores e os instrumentos para a produção dos dados foram: entrevistas on-line e questionários semi-estruturados. O método utilizado para análise desse material foi análise de conteúdo de bardin (1977), a metodologia está melhor descrita no título 5. A dissertação ficou assim organizada:

O Título 2. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS HISTÓRICOS E CULTURAIS apresenta a construção conceitual sobre a criança, sujeito de direitos históricos e culturais. Buscou-se, na antropologia e na sociologia, compreender as diversas concepções que foram se formando em torno da criança e infância no decorrer da história da humanidade. Trata dos marcos regulatórios no contexto das pesquisas envolvendo crianças pequenas. Problematiza a postura dos sujeitos sobre os conflitos que surgem nos processos de produção de conhecimento com crianças; o modo como seus direitos, vozes⁵ e perspectivas são considerados ou silenciados. A ética como ponto crucial para o resgate da cultura da infância. Uma perspectiva que considera a ética mediadora, para o resgate dos princípios humanos e dos valores morais do significado de “o bom” para crianças, e essa discussão se faz necessária diante da visibilidade dada às crianças nas últimas décadas.

O Título 3. ÉTICA EM PESQUISA EM EDUCAÇÃO COM CRIANÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA, os conflitos que surgem no processo de produção de conhecimento que exigem do pesquisador uma responsabilidade moral, tomar decisões do que seria certo ou errado, exigiu um aprofundamento do campo da ética em pesquisa, de modo a compreender a ética como pressuposto mediador entre a ação e teoria.

O Título 4. O QUE MOSTRAM AS PRODUÇÕES EM PERIÓDICOS (2014-2024)

⁵ Neste texto ao nos referirmos à falta de voz das crianças queremos frisar na verdade a falta de escuta, que historicamente, é um marco na sociedade humana, onde o adulto não escuta a criança, porque entende saber o que seja bom para elas, sejam estas, de escolhas cotidianas à desejos a serem realizados na fase adulta (sonham seus futuros e suas vidas).

NO ESTADO DO CONHECIMENTO: ANÁLISE E DISCUSSÃO, por meio da construção do estado do conhecimento, analisa e discute como se encontra a ética em pesquisa em educação com crianças da primeira infância. Foi realizada análise de conteúdo com o auxílio do *software* Iramuteq correspondente aos 28 artigos, publicados em periódicos (2014-2024), que contribuiu para a construção de um mapeamento dos instrumentos, metodologia e estratégias usadas pelos pesquisadores em pesquisas que envolvem crianças.

No Título 5. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA, apresentaram-se os aspectos metodológicos da pesquisa, uma abordagem qualitativa de cunho descritivo-interpretativo, cujo procedimento metodológico foram divididos em duas etapas: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, empregando-se a análise de conteúdo para analisar e discutir o material reunido das entrevistas realizadas e questionários aplicados.

No Título 6. ESCUTAS E SENTIDOS DA PESQUISA DE CAMPO: ANÁLISE DE CONTEÚDO apresenta análise de conteúdo e discussões das entrevistas e questionários, a partir da pré-análise, da exploração do material e do tratamento dos resultados, com o rigor do método de análise, segundo Bardin (1977). Apresenta os pesquisadores em sua condição ética e epistemológica, evidenciando os saberes, conhecimentos e métodos que constituem o fazer pesquisa como um processo situado e relacional. Ao explicitar tais elementos, o capítulo busca compreender o todo, não como um conjunto de procedimentos técnicos, mas como uma escolha ética que atravessa todas as etapas da investigação. Nesse movimento, o texto propõe uma reflexão sobre a alteridade, compreendida como exercício permanente de abertura ao Outro, reconhecido em sua singularidade, historicidade e condição de sujeito de saber. O capítulo enfatiza a reflexividade como eixo transversal da pesquisa, entendida como um exercício crítico de interrogação das próprias escolhas, assumindo a escuta, a afetividade, o diálogo e a responsividade como princípios éticos fundantes da produção do conhecimento.

2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS, HISTÓRICO E CULTURAL

Os conhecimentos sobre infância e criança apontam para a complexidade do ser humano, vários autores dialogam com as representações sociais constituídas sob conceitos da criança e infância. O campo da ciência, no que lhe concerne, busca intervir nas práticas cotidianas de proteção à criança, mas busca construir saberes sobre seus mundos. Assim, esse estudo buscou nas concepções histórica, higienista (perspectiva biológica) e social (perspectiva dos pesquisadores em Sociologia da Infância) as diversas formas de representação da criança e da infância até chegar à compreensão da criança como ator social atravessada pela complexidade e pluralidade de contextos sociais e como produtora de cultura, sem perder de vista que ela produz cultura singular e subjetiva, ou seja, a partir de seu entendimento de mundo e diante da alteridade dessa infância perante os pares e adultos.

Do ponto de vista histórico, a criança é um ser social que se constitui historicamente. Barbosa e dos Santos (2017) trazem concepções distintas quando pensadas a infância retratada na Europa e a infância retratada no Brasil. A infância retratada na Europa até meados do século XII não apresentava distinção entre as crianças e os adultos, eram miniadultos e se vestiam de maneira igual, participavam da vida social e de lazer. Quando eram bem pequenas, eram compreendidas como dependentes de cuidados dos outros para sobreviver, mas, assim que adquiriam algum tipo de independência, passavam a pertencer ao mundo adulto.

Outras duas figuras apareceram bem delimitadas em relação à infância entre o período da sociedade média e a Renascença: a criança-anjo (ligada à fragilidade e à grande mortalidade infantil) e a criança-soldado (ligada à sua incompletude). Essas crianças eram marginalizadas e tratadas de forma secundária, como se não houvesse vozes ou poder de expressão perante a sociedade. “Aquele que não fala” é uma interpretação etimológica do termo “in-fans”, que em latim significa literalmente “aquele que não fala”, quando na verdade o que não tinham era a escuta do adulto. Essas categorias foram utilizadas e se misturavam do século XII até por volta do século XIX.

Nesse período, era o campo religioso que ocupava o espaço de produção de representação tanto da criança como da infância. Só a partir da constituição do campo científico foi possível mudar essa história. Estudos no campo da psicologia e da psicopedagogia abriram campo para discussão no campo da infância.

Assim como Gouvêia (2004) coloca, autores do século passado, como Claparède, Dewey, Montessori, Binet e Kilpatrick, dirigiram produções que defendiam um novo olhar sobre a

criança, vendo-a diferente do adulto. E, que Rousseau foi quem abriu os estudos sobre a criança, vendo-as não apenas como uma oportunidade para aplicação de preceitos educativos, mas como uma fonte de observação. E, Dewey, quem viu na incompletude e imaturidade as características a serem corrigidas pela educação.

Barbosa e dos Santos (2017) trazem a ideia de Lima de 1984, que discorre que foi notada nos dicionários das línguas clássicas antigas, do século XIV até o início do século XIX uma evolução no conceito de criança/infância, os termos foram sendo renovados, era inicialmente utilizado 'enfant' (infante), cujo significado de "aquele que está na infância; soldado da infantaria" reflete a associação da criança com a representação de uma criança-soldado, posteriormente, foram empregados o termo 'gars' (menino) que passou a ser utilizado para designar tanto crianças como adolescentes; em seguida surgiram os termos 'fils' (filho), 'valets' (empregado) e 'garçons' (rapaz) empregados tanto para crianças quanto para serviçais, indicando uma condição de submissão.

Essa representação da infância compreende que essa fase da vida é marcada por uma natureza que deve ser corrigida pelo adulto, a começar por seus instintos. Gouvêia (2004) traz a citação de Descartes, que aponta que isso estava presente já na antiguidade:

(. . .) para Aristóteles, a infância é uma desgraça ao longo da existência. Este assimila a porção da vida que é a infância à porção da alma que é o desvelo: irracional, inconstante, intempestivo, alimento necessário, no entanto, à razão e matéria a ser corrigida pela vontade. No século V, Santo Agostinho criou a imagem da criança antiperfeição; ele a acumula com o peso do pecado original no início da vida (. . .) A infância, no entanto, não impede de esperar que o estado que a sucede seja melhor, mas é preciso que o adulto se despoje de seus traços que, infelizmente, subsistem com muita frequência nele. A infância é erro. (Gouvêia, 2004, p. 60)

Gouvêia (2004, p. 61), ainda coloca a infância como período de grande fragilidade moral, podendo originar o mal com facilidade, cabendo ao adulto cuidar para que bons valores prevaleçam. Cabendo ao adulto desenvolver o intelecto da criança de maneira a moldar os sentimentos e hábitos, impondo sua vontade.

Só no início do século XIX surgiu o termo 'petit enfant' (criança), e a designação específica para criança bem pequena, como 'bébé' e 'baby' (bebê). A ausência de termos femininos destaca uma desvalorização ainda maior das meninas naqueles contextos.

Gouvêia (2004) traz a que essas concepções de indistinção e incompletude foram as raízes dos saberes sobre a criança e a infância até o século XX, "século da criança". Meados 1915 que estudos anunciam a centralidade da criança, fruto de um longo processo de transformação sociocultural, que deu origem a mudanças nos códigos sociais, que se sobrepõem-se às visões tradicionais para o novo, que vê nos jovens a sua força de expressão e a infância ligada à expressão dos sentimentos, expressão esta que passa a ser valorizada nos códigos de comportamentos

sociais.

Para o autor, esse novo panorama vai refletir no campo das ciências em estudos no campo psicológico, refletindo nas práticas pedagógicas escolares que buscavam seu crescimento ideal. As práticas lúdicas da infância são exaltadas e revelam sua natureza diferenciada do adulto. Portanto, as características sociais que antes eram vistas como resultantes da imaturidade dão lugar à investigação natural da criança, para motivá-las para o processo de aprendizagem.

Barbosa e dos Santos (2017) trazem que as concepções de criança no Brasil Colônia diferem das retratadas na Europa, tendo a variante da etnia e da classe social. As crianças da elite brasileira até eram retratadas em pinturas e descritas em cartas com as mesmas concepções europeias e ficavam aos cuidados das mães e amas até os 7 (sete) anos de vida, quando os meninos iam para as instituições educacionais, onde terminavam o período acadêmico com diploma de médicos ou advogados, ou seguiam carreira militar, diferente das meninas, que eram encaminhadas às escolas para se tornarem boas donas de casa. Contudo, nesse período havia outras crianças, porém, fruto da escravidão, estas sofriam outro tratamento. Até os 7 (sete) anos de vida, eram tratadas próximas às crianças da casa grande e usufruíam de certa liberdade e igualdade, mas já realizavam atividades leves para seus donos. Aos quatorze anos, já realizavam as mesmas atividades dos escravos adultos e sofriam humilhações e descaso, resultando muitas vezes no seu falecimento precoce.

Nesse contexto, os autores citam a categoria de crianças indígenas que eram de certa forma vistas pelos jesuítas como “selvagens” e “viviam em pecado”, portanto deveriam ser educadas e civilizadas até se tornarem aptas ao trabalho, e a categoria de crianças brancas “enjeitadas”, fruto da pobreza ou relações extraconjugais. A mortalidade era muito alta, porém, se sobreviviam, entre sete e doze anos de vida, eram encaminhadas como aprendizes de ofícios, e as meninas eram encaminhadas para instituições para órfãs, para serem orientadas para as atividades do lar. Com a Proclamação da República em 1889, surge uma grande preocupação com essas crianças abandonadas, na ideia de que estas necessitavam ser “moldadas” antes que se tornassem um perigo para a sociedade da época.

Nogueira (2016) coloca que o surgimento do sentimento de infância está ligado a modernidade, na medida em que a ideia da industrialização, do capitalismo, é introduzido na sociedade, primeiro associaram os valores ligados a esse período, como autenticidade, alegria, curiosidade a própria criança. Porém, para a autora, até o século XIX, o que prevalecia era a alta mortalidade infantil. No início do século XX, esse novo modelo econômico, gerou diferentes classes sociais, assim como aumentou as desigualdades, junto a esse quadro, as crianças

acabavam tendo diferentes papéis na sociedade. As crianças advindas das classes menos favorecidas eram forçadas a vida adulta, usadas como mão de obra barata. Enquanto, a classe dominante desvincula-se da ideia inicial de criança às condições de existência, sob critério de idade e dependência do adulto, aquela que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Essa transformação é percebida a partir da alteração das formas de organização da sociedade.

Este sentimento de infância surge e se estrutura é extremamente importante para a compreensão da concepção atual de criança. Nesse contexto é que se acredita ou se quer fazer acreditar numa essência infantil desvinculada das condições de existência, em uma criança universal, idêntica qualquer que seja sua classe social e sua cultura. No caso brasileiro, além dessas questões, algumas especificidades fazem com que essa alteração tenha características diversas das que se percebeu na Europa e trazem consigo a incerteza em relação ao alcance dos direitos sociais reais para todas as crianças e adolescentes. No Brasil, um dos problemas a ser considerado, é que entre nós, a escolarização e a emergência da vida privada chegaram com grande atraso se comparados ao que aconteceu em outros países ocidentais. No caso brasileiro, além das dificuldades que afligiram a criança europeia, houve outras, por exemplo, os naufrágios nos tempos de colonização, que acentuaram o problema de separação entre pais e filhos e o da escravidão que representou grande atraso para o desenvolvimento do país e deixou muitas crianças à margem da sociedade. É importante lembrar que os escravos permaneciam sem identidade até os quatorze anos e que no Brasil a escravidão só acabou no final do século XIX, mesmo assim deixando diversas sequelas e dificuldades para a população negra de um modo geral, problema que alcançou diretamente as crianças (Nogueira, 2016, p. 494-495).

Para esse autor os problemas enfrentados no Brasil foram muito maiores dos enfrentados por outros países europeus industrializados, a criança brasileira, além do não reconhecimento das diferenças, a pobreza afetava de forma avassaladora, sofriam o abandono não só das famílias incapazes de suprir suas necessidades, mas também sofriam abusos nas ruas, nas instituições que eram submetidas, e nos trabalhos submetidos. Realidade que persiste ainda ano século XXI.

Para Kramer (2002), a constituição da categoria social da infância no Brasil iniciou-se com o trabalho de Ariès em 1978, no final dos anos 70, quando começaram as pesquisas sobre a história da infância brasileira, constituída por uma diversidade étnico-racial, marcada por longo período de escravidão e opressão sofrida por parte dos imigrantes, detentores de múltiplas culturas. A população sofreu impactos tanto do imperialismo europeu como do americano, que influenciaram as relações entre adultos e crianças, ficando, deste modo, configurada a natureza histórica e social da criança, bem como fica evidenciada a disparidade de tratamento das crianças na sociedade em razão de raça e classe social. A criança negra e pobre, que antes era escrava, se torna menor, e a criança branca, das classes média e alta, permanece sendo criança. Assim sendo, são concedidos direitos às crianças e punição ao menor. A obra de Savóia Lima, com o título “A infância desamparada”, no ano de 1972, foi o primeiro trabalho no Brasil

na perspectiva da infância. Em 1973, no Rio de Janeiro, também foi publicada uma pesquisa intitulada “Delinquência Juvenil na Guanabara”, marco na condição social da infância.

Para Friedmann (2020), a obra de um dos maiores sociólogos brasileiros, Florestan Fernandes, não pode deixar de ser citada, como grande contribuição para a sociologia da infância, uma vez que em sua obra intitulada “Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo (1961)” retrata o que chama de “Os Trocinhas do Bom Retiro”, cultura infantil da rua, lugar privilegiado da época daquela infância, em que as crianças residentes em bairros operários da cidade de São Paulo, após o período escolar, se juntavam nas ruas para brincar. Neste texto o sociólogo observa, registra e analisa o modo como se constituíam as culturas infantis.

Friedmann (2020) destaca a (re)leitura dos trabalhos de Jan Qvortrup, da década de 1990, evidencia as contradições das teorias funcionalistas, que atribuem ao adulto o papel central na compreensão do mundo infantil. A ideia desses trabalhos é desconstruir para considerar a infância como uma instituição com cultura e perspectivas próprias, em vez de um simples período de transição. As pesquisas coordenadas por Qvortrup em diversos países europeus foram fundamentais para a consolidação da Sociologia da Infância.

Friedmann (2020) acredita que a pesquisa dos cientistas portugueses Pinto e Sarmiento de 1997 marcou a história da antropologia, contribuindo para a construção social da infância, rompendo com a visão da criança como mero objeto de socialização, introduzindo novas epistemologias, teorias e metodologias que analisam os processos de socialização e a própria experiência infantil.

2.1 Perspectiva Médica

Evangelista e Marchi (2022) discorrem que, nos séculos XIX e XX, período considerado moderno, a sociedade e a medicina passaram a se preocupar com as crianças, o que levou à prática de assegurar maior sobrevivência às crianças, para serem então educadas para, no futuro, integrar a sociedade dos adultos. Aos adultos cabia a incumbência de disciplinar as crianças em formação. Entretanto, o alto índice de mortalidade infantil contrastava com as investidas do Estado moderno e civilizado, assim a medicina se aliou ao Estado e outros segmentos sociais, surgindo a Pediatria, voltada para indivíduos que se encontravam-se em crescimento e desenvolvimento, cujo funcionamento era diferente do corpo adulto.

Para Barbosa e dos Santos (2017), a ideia de fragilidade e incompletude da criança, aliada à relação entre saúde da criança e as condições socioeconômicas da população, foi fruto da perspectiva higienista da época e acabou dando origem à especialidade pediatria social, bem como essas implicações acabaram em estudos que comprovaram a relação entre a mortalidade

infantil e pobreza, desnutrição e carência de atendimento médico. Isso porque o pensamento das classes mais abastadas e dirigentes da época era de cuidar, educar e ensinar hábitos de higiene e alimentação com o intuito de melhorar a condição de saúde coletiva.

Segundo Friedmann (2020), esse período foi o propulsor do discurso das “fases do desenvolvimento” desenvolvidas nos estudos da psicologia comportamental. Um “ideal” de criança e teorias de desenvolvimento foram parâmetros de normalidade na época.

2.2 Perspectiva Social e Sociologia da Infância

Segundo Evangelista e Marchi (2022), no final da década de 1980, as perspectivas interacionistas, interpretativas e etnometodológicas fizeram refletir sobre o processo de socialização e educação das crianças. Houve uma transformação importante na maneira como a infância é abordada no campo acadêmico e, na prática de pesquisa. Um deslocamento dos paradigmas tradicionais, marcados pela perspectiva adultocêntrica (apenas do adulto sobre a criança), para novos modelos que reconhecem a criança como sujeito ativo, levou a outros níveis de interpretação da realidade, de forma mais integrada, rompendo com a ideia de que o privado é exclusivamente pessoal ou psicológico, mostrando que ele é atravessado por fatores sociais, históricos e culturais.

Neste contexto, surge a Sociologia da Infância (SI), pautada numa abordagem multidisciplinar e centrada em IV princípios: I) “A infância como construção social”: princípio que reflete a ideia de que a infância não é apenas uma fase biológica ou natural, mas algo construído cultural e historicamente. A infância é compreendida de acordo com os contextos sociais, culturais, econômicos e históricos. Essa visão desafia noções universalistas de infância, destacando sua diversidade e mutabilidade. II) “A criança ator social e produtora de cultura”: reconhece a criança sujeito ativo e participante nos processos sociais, não apenas um receptor passivo da cultura dos adultos. As crianças são vistas como sujeitos capazes de influenciar e produzir significados próprios dentro de suas comunidades, contribuindo para a construção da cultura, inclusive em interação com outras crianças. III) “As categorias ‘infância’ e ‘criança’ consideradas em sua cidadania epistemológica ou com autonomia conceitual”: aqui, enfatiza-se que as categorias de “infância” e “criança” devem ser tratadas como conceitos legítimos e autônomos no campo do conhecimento. Cidadania epistemológica significa dar às crianças e à infância um lugar de protagonismo e respeito no debate acadêmico, em vez de tratá-las de forma secundárias ou subordinadas às perspectivas adultas. IV) “A etnografia é indicada como um método particularmente útil para pesquisas que visam se

aproximar do 'mundo das crianças'": a etnografia é apontada como uma abordagem privilegiada para compreender a experiência das crianças de maneira mais profunda e próxima. Por meio da observação participante e do envolvimento direto com o "mundo das crianças", os pesquisadores podem captar suas perspectivas, práticas e significados no contexto de suas vidas cotidianas.

A partir dessa nova perspectiva teórica, a sociologia da infância (SI) introduziu o conceito de "reprodução interpretativa", que propõe que as crianças não apenas reproduzem a cultura adulta, mas o fazem de maneira interpretativa e criativa. Isso significa que, ao vivenciar e interagir com o mundo, as crianças reinterpretem e transformam os elementos culturais que lhes são apresentados. A RI destaca que as crianças não perpetuam a cultura de maneira literal, mas adaptam, inovam e contribuem para sua contínua transformação. Nessa perspectiva, as crianças constroem seus mundos sociais em interação com os pares e com o mundo adulto por meio do desenvolvimento de rotinas culturais e da linguagem. O convívio em rotinas culturalmente socioimplicadas, fornece a cada uma das crianças ampla oportunidade de pertencimento, proporcionada interação, desenvolvimento de linguagem, conhecimento e sentimento de pertencimento, "um modelo redondo", alternativo ao modelo linear difundido pela psicologia.

Este modelo entende que as culturas infantis não se limitam à simples imitação do mundo do adulto, mas sim são construídas historicamente e ressignificadas ao longo dos processos. Elas se caracterizam por formas próprias e sistematizadas de significação e ação intencional, permitindo que as crianças construam e interpretem o mundo a partir de seus próprios referenciais de significado e ações.

A cultura infantil se manifesta de várias formas, refletindo sua criatividade exteriorizada em roda de conversa, contação de histórias pelas crianças e não somente para as crianças, brincadeiras espontâneas e/ou com a participação dos adultos e interações sociais. Essa cultura é moldada por influências da mídia, interações com colegas e ambientes educacionais, levando a expressões únicas que diferem da cultura adulta. Compreender a criança demanda primeiro legitimá-la socialmente. Para depois conseguirmos pensar o termo culturas infantis no plural e polissêmico, pois as culturas infantis se configuram nos seus momentos de interações sociais, sem perder de vista que elas produzem cultura singular e subjetiva, ou seja, a partir de seu entendimento de mundo e diante da alteridade dessa infância perante os seus pares e adultos.

Segundo Sarmiento (2005), essa nova forma de entender o estudo da criança possibilita-nos:

Reconhecer a infância como categoria geracional própria, as crianças a partir de suas alteridades como os múltiplos-outros, perante os adultos, e ainda o balanço crítico das perspectivas teóricas que construíram o objeto infância como a projeção do adulto em miniatura ou como adulto imperfeito, em devir, constitui-se um esforço teórico desconstrucionista, da sociologia da infância (Sarmiento, 2005, p. 373).

Na mesma linha de raciocínio, porém de cunho antropológico, (Friedmann, 2020, p. 32): “Segundo esse paradigma, as crianças devem ser consideradas uma população ou um conjunto de populações com plenos direitos, traços culturais, ritos, linguagens, ‘imagens-ações”.

Os pesquisadores Evangelista e Marchi (2022) colocam que alguns autores vêm criticando como os conceitos de “ator social” e “reprodução interpretativa” vêm sendo utilizados por alguns pesquisadores, principalmente da área da educação, que não estão realizando análises contextuais nos quadros sociais dos quais as crianças fazem parte, deixando de considerar as estruturas econômicas, políticas e sociais, que frequentemente balizam, limitam e dificultam a ação na sociedade. Demonstrando o uso indevido e não reflexivo dos seus princípios e principais conceitos, que podem acabar por gerar novas formas de compreender criança e infância.

Marchi e Sarmiento (2017) apresentam críticas às referências históricas e teóricas que causaram mudança de concepção, da infância como tempo espacial, em que o sujeito passou a ser protegido em determinado ciclo da vida, pois teria acarretado “sociedade sem deveres é a maior tragédia do florescente neoliberalismo do final do século XX. Os autores, ainda, propõem uma diferente concepção de infância. Frente a uma nova forma de relação entre adulto e criança, fundaram um processo de “normatividade da infância”, que diz respeito a um conjunto de regras e dispositivos jurídicos que regulamentam a posição da criança na sociedade e orientam as relações entre elas e os adultos nas relações sociais.

Segundo Fernandes (2016), a Sociologia da Infância desafiou essa perspectiva, buscando compreender as experiências das crianças em seus próprios contextos sociais. Uma análise de 258 artigos e 59 teses/dissertações que investigam pesquisas com crianças nas áreas de Antropologia, Educação, Psicologia e Sociologia revelou que, embora muitos estudos equiparem atualmente a criança ao sujeito adulto complexo que compartilha experiências no espaço público, ainda há uma insuficiência na conformidade com as normas éticas. Enfatiza, portanto, que a ética deve ser acompanhada de responsabilidade moral sobre o que deve ou não ser feito.

Outro ponto essencial a ser levantado na área da infância refere-se à questão da natureza e das culturas infantis, para compreender a complexidade dos termos e isso reflete nas reproduções culturais, sistemas simbólicos acionados pelas crianças. Friedmann (2020) apresenta a natureza como aspecto biológico, herança genética que cada ser humano carrega,

e a cultura herança herdada por meio de transmissão oral de tradições, enriquecida de forma permanente. Para ela, esses dois conceitos devem ser entendidos concomitantemente, pois ambos estão inseridos na linguagem do ser humano.

Nogueira (2016) considera que um dos maiores avanços da referida lei, no que tange à criança e aos adolescentes, concerne à terminologia utilizada para se referir a essa faixa etária.

(...) que deixa de ser menor conforme a legislação anterior, passando-se a utilizar os termos infância (art. 6º), infância e adolescência (art. 203, I) e criança e adolescente (art. 203, II; art. 227). Desde 1880, quando se passou a utilizar o termo menor, referindo-se à criança infratora, órfã ou membro de uma família desfeita, esse vocábulo guardava em si a ideia de criança abandonada, tanto material quanto moralmente (Nogueira, p. 509, 2016).

Após a Constituição Federal de 1988 (CF/88), o atendimento em creches e pré-escolas passou a ser uma obrigação do Estado, assegurando o direito de acesso a crianças de zero a seis anos. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 reforçou essa mudança, incluindo a educação infantil na educação básica, junto ao ensino fundamental e médio. Com a alteração na LDB no ano de 2006, a entrada no ensino fundamental foi antecipada para seis anos e a educação infantil passou a atender crianças de zero a cinco anos. No ano de 2009, a Emenda Constitucional n.º 59 tornou a Educação Básica obrigatória para crianças dos 4 aos 17 anos, e a LDB foi ajustada em 2013 para incluir a matrícula obrigatória de todas as crianças de 4 e 5 anos. E a Educação Infantil é agora considerada a primeira etapa da Educação Básica, sendo fundamental no desenvolvimento inicial da criança, oferecendo uma experiência estruturada de socialização e uma primeira separação dos vínculos familiares.

Friedman (2020) coloca que, embora as políticas públicas sejam importantes, essas mudanças de postura devem ser apropriadas pelos educadores e cuidadores, de dentro para fora, e não podem ser impostas. O protagonismo da criança é exercido espontaneamente, por meio das diversas formas de expressão: palavra, brincadeira, cantando, gestos e outros no mundo. A questão central aqui é o adulto se abrir para esse espaço da escuta, principalmente conhecer mais a fundo esse protagonismo e permitir a participação como caminho para o desenvolvimento.

Essa compreensão é essencial para compreender como as crianças recriam a sociedade e se expressam por meio de múltiplas linguagens, uma vez que, a todo momento na infância, produzem e reproduzem culturas, dando sentidos às suas experiências, e isso só é possível pelo entendimento de seus diversos contextos socioculturais, que se materializa por meio das culturas múltiplas, diversas, particulares.

2.3 Primeira Infância como Espaço Político: Práticas Democráticas e Garantia da Qualidade Social

Desde o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) brasileiro, publicado pelo Ministério da Educação (MEC) em 1998, que já definia a criança como:

A concepção de criança é uma noção historicamente construída e, conseqüentemente, vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade e época (Brasil, 1998, p. 21).

Essa afirmação explicita que não há uma concepção única, acabada ou estática do que é ser criança, mas sim compreensões historicamente situadas, atravessadas por contextos sociais, culturais e políticos. Nessa mesma linha de raciocínio, devemos compreender a infância, como um fenômeno que está inserido em um contexto mais amplo, permeado por questões sociais, políticas e econômicas contemporâneas, como a democracia e as transformações no capitalismo.

Tal compreensão desloca a ideia de infância como essência universal e reforça seu caráter plural e historicamente constituído, o que implica reconhecer diferentes modos de ser criança.

O Brasil, desde sua formação, enfrenta uma contínua crise na educação. Sua trajetória histórica e os desafios estruturais contribuíram para um cenário marcado pela sua baixa qualidade no ensino, desigualdade de acesso e desvalorização dos profissionais da educação, vinculadas a interesses de grupos e às relações de poder em âmbitos internacional e nacional. Historicamente, as instituições dedicadas à primeira infância sofreram alterações no seu papel na sociedade, assim à criança; ambas parecem estar atreladas, mas primeiramente devemos nos ater aos acontecimentos que acarretaram tais mudanças na sociedade.

Dahlberg, Moss & Pence (2019) Entendem que mecanização do trabalho nas fábricas criaram demandas e relações de poder, reforçando o controle dos estados sobre a economia e, muitas vezes, sobre a vida dos trabalhadores. Esse período marcou a consolidação de um modelo produtivo que priorizava eficiência e controle, moldando as sociedades modernas e intensificando as influências econômicas e políticas sobre as experiências individuais e coletivas. Para suprir a demanda de crianças que precisavam que suas mães fossem trabalhar, começaram a surgir instituições destinadas a seus cuidados. Pois bem, essas instituições de ensino, antes da CF/88, exerciam o papel na sociedade praticamente assistencialista, oferecendo cuidados básicos para as crianças, como alimentação e higiene, com o objetivo de suprir

necessidades imediatas e garantir o bem-estar físico das crianças. Os espaços eram destinados principalmente às crianças menos favorecidas, para que as mães pudessem trabalhar. Ou ainda, destinadas às classes entendidas como minorias étnicas, para socialização da cultura dominante.

Após a CF/88, o atendimento em creches e pré-escolas passou a ser uma obrigação do estado, assegurando o direito de acesso a crianças de zero a seis anos. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 reforçou essa mudança, incluindo a educação infantil na educação básica, junto ao Ensino Fundamental e Médio. Com a alteração na LDB no ano de 2006, a entrada no ensino fundamental foi antecipada para seis anos e a educação infantil passou a atender crianças de zero a cinco anos. No ano de 2009, a Emenda Constitucional n.º 59 tornou a Educação Básica obrigatória para crianças dos 4 aos 17 anos, e a LDB foi ajustada em 2013 para incluir a matrícula obrigatória de todas as crianças de 4 e 5 anos. E a Educação Infantil é agora considerada a primeira etapa da Educação Básica, sendo fundamental no desenvolvimento inicial da criança, oferecendo uma experiência estruturada de socialização e uma primeira separação dos vínculos familiares.

Atrelada a essa nova ordem da instituição de ensino, a criança também passou a ser compreendida ator social capazes de tomar decisões, expressar suas opiniões e influenciar seu ambiente social. Atualmente, o direito à educação no nosso país está garantido na CF/88 em seu artigo 6º, conforme determina: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” e no artigo 211, que prefixa: cabe aos entes da federação as responsabilidades ao sistema de ensino de forma colaborativa, ele atribui responsabilidades específicas para cada um deles, visando garantir a universalização do ensino e assegurando um padrão mínimo de qualidade educacional.

Essa perspectiva de qualidade social da educação é muito bem descrita por Fontoura (2023), que apresenta um compêndio de autores que conseguem traduzir com excelência esse conceito de educação, em que o foco está no senso de coletividade e como um bem público. Consistente na democratização do acesso, democratização do conhecimento independentemente de suas origens sociais, econômicas, culturais ou étnicas. Vai além da simples transmissão de conhecimentos, implica a promoção de uma educação inclusiva, equitativa, e contribui para a formação integral dos estudantes, reconhecendo seu contexto sociocultural, possibilitando uma prática articulada com as culturas locais, as políticas públicas de inclusão e resgate social. Além de fomentar a democratização da gestão, financiamentos, regime de colaboração e a valorização dos trabalhadores da educação, sendo qualidade social. O desdobramento dessa implicação social

possibilita aos estudantes o exercício da cidadania.

Libânio (2016), ao analisar as políticas educacionais em vigência no Brasil nas concepções de escola e de conhecimento escolar, notou que o desenvolvimento integral das pessoas tem íntima conexão com o processo educativo e entende como peça fundamental do processo de desenvolvimento econômico e social de um país. Para ele, no Brasil houve uma alteração no objetivo da educação quando se buscou educar para a indústria. A internacionalização das políticas educacionais, enquadrada na globalização, fez com que agências internacionais implementassem recomendações por meio de políticas no país em troca de financiamentos. Ocorre que essa manobra política no campo da educação vem acarretando sérios prejuízos, pois toda a estrutura está sendo moldada, suas práticas e os próprios objetivos estão sendo adequados conforme norma externa, influenciando tanto o que é ensinado como isso está sendo feito, e isso está gerando um sistema perverso de ensino, segmentado, injusto, ineficaz e de reprodução de desigualdade social de ensino.

Ademais, o que se escuta com maior frequência nos discursos dos políticos sobre educação é a qualidade e como alcançá-la. A objetividade se torna o real aceitável; as palavras como categorização, mapeamentos e outros conceitos abstratos da realidade são plantados no mundo tangível, evidenciando um modelo equivocado e excludente de um programa com uma visão distorcida das prioridades da educação pública brasileira, acarretando sérios desafios e prejuízos aos estudantes durante toda a vida escolar.

Ainda, corroborando com essa temática, Costa (2009) vai trazer o conceito de “reformadores empresariais da educação”, como certas iniciativas do setor privado impactam o professor, a estrutura educacional pública e o direito à educação, defendendo modelos de gestão que desconsideram a importância dos professores como agentes no processo educativo, resultando em uma desmoralização do docente, com medidas de avaliação rígida baseada em resultados, cortes salariais e a falta de investimentos em formações continuadas.

O autor traz a tentativa da privatização do sistema educacional, ou a tentativa de colocar gerenciamento privado em escolas com financiamento público, parcerias público-privadas, tentativas e ações manipuladoras sofridas pelo sistema brasileiro, que vem enfraquecendo todo o sistema educacional, corroborando com o aumento das desigualdades, dificultando a manutenção do aluno na escola, bem como a qualidade da educação. A educação é tratada como produto, os estudantes são vistos como consumidores e as escolas como empresas que competem entre si. Gerando uma lógica de mercado na educação, onde o sucesso é medido por resultados padronizados (testes e avaliações), prejudicando o desenvolvimento integral dos alunos.

Outro aspecto levantado pelo autor e citado com grande influência pelos reformadores empresariais é a introdução de plataformas tecnológicas no ensino, que substituem muitas vezes o papel do professor por sistemas automatizados, enfraquecendo a mediação pedagógica crítica e criando dependência de tecnologias empresariais. Esse incentivo pode levar a uma destruição gradual da qualidade e sustentabilidade.

Dahlberg, Moss & Pence, (2019) colocam que para tentar responder a essas questões, é necessário ir além da mudança da concepção legal da instituição e da criança. Cabe analisar a instituição entendida como meio de intervenção social, capaz de proteger a sociedade dos efeitos da pobreza, da desigualdade, da insegurança e da marginalização ou principalmente para servir os interesses dos homens. Ou ainda, entendida como “educação maior”, em que a instituição dedicada à primeira infância é a de produtora de cuidado e de resultados padronizados e predeterminados, ligadas às construções modernistas das crianças pequenas.

Para eles, essa construção pós-modernista da instituição dedicada às crianças pequenas como produtoras de resultados revisita a metáfora da fábrica com a instituição de ensino, um local onde as crianças são processadas para produzir um corpo de conhecimento e valores culturais dominantes que vão equipá-las para se tornarem adultos moldados socialmente. Para tanto, buscam adotar métodos padronizados de eficiência e reprodução, por meio de linguagens como: modelos ou programas. Ou seja, o papel desses espaços, por meio da educação, fica limitado ao desenvolvimento e à preparação das crianças para o ensino obrigatório “pronto para aprender” e à reprodução de valores.

Para compreender essa lógica, Costa (2009) coloca que houve uma transição do Estado de justiça medieval para o Estado administrativo nos séculos XV e XVI e, posteriormente, uma nova forma moderna de governar, que cresce em complexidade, já que ocorre por meio de programas sociais e econômicos. Essa nova ordem se coloca para além de políticas públicas, passando a envolver uma nova forma de poder sobre os indivíduos, no caso, pela lógica econômica e do mercado. Para ele, a dinâmica dessa manobra política é percebida quando notamos a diferença entre o neoliberalismo alemão e o neoliberalismo norte-americano. No caso da Alemanha, o neoliberalismo foi uma reação contra o nazismo e uma tentativa de reconstrução pós-guerra, com foco na liberdade individual e na eficácia da economia. Já nos EUA, o neoliberalismo se consolidou como uma escolha política por parte dos governantes, visando uma forma de governar em que os indivíduos fossem incentivados a se tornar autossuficientes e menos dependentes das políticas do Estado.

Costa (2009) ainda vai colocar o trabalhador como microempresa, ou seja, na teoria do capital humano, o trabalhador, ou o “humano”, é visto como capital que pode ser investido e

acumulado. Assim, o trabalho deixa de ser apenas um processo produtivo e passa a ser tratado de maneira econômica: o ser humano é um “bem” com valor no mercado, e sua educação e qualificação passam a ser vistas como investimentos que agregam valor a esse “capital humano”, surgindo o conceito de “Você S/A”, metáfora para descrever o indivíduo moderno no contexto neoliberal, não mais um sujeito com direitos, mas sim uma empresa autônoma, cujo objetivo é maximizar seu capital humano e se inserir de forma competitiva no mercado. Isso implica a transformação da identidade de cada pessoa, que passa a se ver não apenas como cidadão, mas como competidor em um sistema econômico.

Fazendo uma ponte com a educação da primeira infância, tais conceitos corroboram com a ideia de Malaguzzi, na tradução de Hoyuelos (2021), que apresenta no segundo princípio ético: “educar significa incrementar o número de oportunidades possíveis”, o educador consegue descrever o real sentido da Educação Infantil e propõe quatro estratégias básicas do princípio: uma organização adequada das escolas; os pequenos grupos; os papéis do adulto; a distribuição ou partilha personalizada de responsabilidade.

Corroborando com essa linha de entendimento, Dahlberg, Moss & Pence (2019) pensam as instituições dedicadas à primeira infância nos fóruns na sociedade civil, entendidos nas instituições comunitárias de solidariedade social, nas quais crianças e adultos participam juntos de projetos de importância cultural, social, política e econômica. Além de desempenharem importante papel de intervenção sobre a realidade, a proposta de tais fóruns favorece a visibilidade, a inclusão e a participação da criança pequena na sociedade. Ainda sobre a temática, Freire (2001) nos apresenta um olhar para um ser humano potente, livre, quando este sabe de si como um ser histórico, em relações no mundo e com o mundo.

Hoyuelos (2021) traz o real sentido da educação infantil na proposta da obra de Malaguzzi: uma participação ativa das crianças e de todos os envolvidos no processo. Como a própria vida, as crianças crescem e aprendem interagindo com seu ambiente e transformando ativamente seus relacionamentos com o mundo adulto, com as coisas, com os eventos, com seus pares, de maneiras originais.

O autor aponta inúmeras reflexões sobre a estética no pensamento e a obra de Loris Malaguzzi, coloca a escola em um âmbito estético habitável e o ato de educar sendo a capacidade de desenvolver narrativas de sedução estética. Há uma proposta de estética “o ser sensível à estrutura que conecta as coisas e os acontecimentos” (Hoyuelos, 2020, P. 28).

Portanto, dentro da dimensão ética e política, a práxis da Educação Infantil não pode ficar reduzida a procedimentos técnicos a serem avaliados conforme a capacidade de reprodução de conhecimento e normatização.

(...) para nós parece que vivemos hoje numa fase da história em que as dimensões ética e política da educação, com seus debates correlatos, têm sido constantemente negligenciadas. (...) a escola fica reduzida a um local de prática técnica, a ser avaliada de acordo com sua capacidade de reproduzir conhecimento e identidade e de atingir critérios uniformes e consistentes. A escola é transformada numa tecnologia de normatização. (Dahlberg, Moss & Pence, 2021, p. 28)

Ainda no âmbito da ética, trago a fundamentação da ética do encontro, que opõe ao aprisionamento “por meio do respeito pela absoluta alteridade do Outro” (Dahlberg, Moss & Pence, 2021, p. 42). Nesse sentido, temos o relacionamento humano em primeiro plano no trabalho da Primeira Infância.

As condições pós-modernas proporcionam processos de individualização, mas também colocam os relacionamentos em primeiro plano. Conhecimento, identidade e cultura são construídos e reconstruídos em relação aos outros - eles são co-construídos. Existe uma abundância de conceitos relacionais: diálogo, conversa, negociação, encontro, confrontação, conflito. Se o conhecimento não é mais considerado como uma acumulação e reprodução de fatos, mas como ilimitado e sempre de diferentes perspectivas, então o conhecimento pode ser encarado como uma conversa aberta que não privilegia nenhuma parte e não busca nem consenso, nem uma verdade final. Construir a identidade não em termos essencialistas, mas em termos pluralistas, implica que uma criança está conectada a muitos grupos diferentes de caráter étnico, religioso, cultural e social mutável. Por essa razão, assim como a importância ligada à ética de um encontro, a pedagogia para as condições pós-modernas baseia-se em relacionamentos, encontros e diálogos com outros co-construtores, tanto adultos como crianças. (Dahlberg, Moss & Pence, p. 50, 2019)

A proposta na perspectiva de Loris Mallaguzzi consiste basicamente no sensível, uma práxis que aconteça por uma mudança de comportamento do próprio professor, expandindo sua consciência por meio da construção de significados: proporcionando o envolvimento de toda a equipe profissional por meio do diálogo e na negociação sobre o trabalho pedagógico e permitindo que assumam a responsabilidade na condução de suas práticas e na adoção de valores e linguagens.

Assim, Derdyk (2025) coloca as escolas como espaços para o exercício da cidadania, pois reconhecem as crianças como sujeitos de direitos, possuidoras de linguagens, capazes de pensar e de se expressarem por meio de práticas sensíveis (artísticas) que afloram a sensibilidade que habita nossos corpos, emancipando suas subjetividades. Portanto, a escola é um pilar de transmissão de saberes e a arte é nosso patrimônio espiritual de todas as comunidades ao longo das civilizações.

As instituições de educação infantil possuem um papel simbólico importante: elas expressam, de modo concreto, a maneira como nós, enquanto adultos, compreendemos a infância e o papel das crianças em relação ao estado, à economia, à sociedade civil e ao espaço privado. Essas instituições, portanto, vão além de sua função educacional, servindo de declarações de princípios e prioridades da sociedade para com as gerações futuras.

No entanto, ainda devemos enxergar as crianças situadas socialmente, querendo se relacionar com outras crianças e outros adultos, para usar suas aptidões para aprender a viver a sua infância. Devemos ainda enxergar a instituição dedicada à primeira infância como direito de cidadania, um meio de inclusão social, uma oportunidade pedagógica, mas também como parte da infraestrutura necessária para uma sociedade civil, para a democracia e para um Estado forte.

A partir dos desdobramentos dessa análise, a reflexão sobre a educação escolar da criança da primeira infância desafia os profissionais da educação a pensarem sobre o direito à educação e qual escola deve ser pensada para essa faixa etária.

3 ÉTICA EM PESQUISA EM EDUCAÇÃO COM CRIANÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Segundo Friedmann (2020), estudos realizados nas áreas das ciências sociais foram importantes para compreender a criança como atores sociais, autores das suas histórias com linguagens e culturas próprias, abrindo um campo de pesquisas para conhecer a diversidade de realidades e culturas infantis. Essa nova ordem revisita uma reflexão necessária do uso que se tem feito de tudo o que vem das crianças, sem as considerações éticas necessárias, no que diz respeito ao tratamento e ações voltadas para as crianças e suas vidas.

Segundo a autora, a Sociologia da Infância foi fundamental para consolidar a visibilidade da criança como sujeito de direitos desde o nascimento. A partir da década de 1990, no contexto da sociedade portuguesa, os Estudos Sociais da Infância inauguraram uma nova compreensão das infâncias, rompendo com a imagem da criança como ser incompreendido, passivo e incapaz de participação racional. Em seu lugar, afirma-se um novo paradigma que reconhece a criança como ator social, agente ativo na produção de cultura, capaz de interpretar, expressar-se sobre sua própria condição e participar da construção do mundo social. Nessa perspectiva, a infância deixa de ser entendida apenas como etapa preparatória para a vida adulta e passa a ser reconhecida como categoria social legítima, cujos sujeitos são portadores de direitos desde o nascimento. Ao compreender a criança como sujeito de altas capacidades desde o nascimento, portadora de múltiplas linguagens (Hoyuelos, 2021), reconfiguram-se as relações entre adultos e crianças no âmbito da pesquisa. Desloca-se, assim, uma postura investigativa centrada no “sobre” para uma perspectiva construída “com” as crianças, orientada pela escuta de seus pontos de vista e pela valorização de suas experiências. Assim, diante desse novo quadro apresentado, novas tensões e dilemas éticos surgiram em contexto de pesquisas com crianças, escutar para compreendê-las, estabelecendo relação de confiança e autonomia.

As pesquisas dos últimos anos 2010 a 2025 em educação com as crianças pequenas se mostram diferentes dos modos tradicionais, em que se aplicavam testes para quantificar ou metrificar dados. Nos projetos desenvolvidos com as crianças, os pesquisadores se relacionam, buscam construir significados ou buscam analisar as formas como elas constroem significados, produção espontânea da imaginação infantil sobre determinada situação ou objeto, que obviamente

contém um enorme saber do cotidiano que vai revelar sua cognição.

Para Jodelet (1993), as ciências humanas e sociais buscam se aproximar do real para descrevê-lo, analisá-lo e explicá-lo, com intenção de produzir conhecimento. Essa tentativa de reconstrução da realidade é feita a partir da apreensão dos fenômenos ocorridos nas relações sociais. A Teoria da Representação Social-(TRS), como referencial metodológico, perspectivas associadas à etnografia, observação das práticas e da forma como campo representacional guia as ações. As representações sociais se apresentam por meio dos diferentes cruzamentos entre “modos” e “meios”. O modo tem a ver com a forma, o modelo, o formato, o método, a maneira como uma representação se apresenta, exemplo: os hábitos ou costumes, as cognições individuais, a comunicação informal e a comunicação formal. O meio seria o veículo que levaria essa representação ao ouvinte, exemplo: os textos (escritos), as imagens (fotos) e sons (músicas).

No campo da pesquisa em educação com crianças, a TRS pode ser aplicada na compreensão das linguagens sensíveis como formas simbólicas pelas quais as crianças produzem sentidos sobre suas experiências, participando ativamente da construção da realidade. Os pesquisadores caminham nessa busca nos entrecruzamentos. De que modo, ou em que modelo comunicacional, essa representação está configurada? E depois: por que meio, veículo, essa representação é trazida até nós? Qual é o papel do pesquisador diante dessa relação?

Neste contexto e como ponto de partida para a ideia de compreendermos as representações sociais das quais as crianças partilham, ou ainda compreendidas por ações destas, a ética do cuidado paira em todos os contextos como consequências de injustiças, impunidades e corrupção. A análise das relações, “relação”, no sentido da necessidade de outro para se constituir, implicada em algo aberto que pode se transformar ou ampliar, permeada pela relatividade, já que, se feita, pode considerar estar em transformação, como âncora na compreensão do complexo, o ser humano, entendido aqui como pessoa-relação, como aquele que se constitui diante de inúmeras relações no cotidiano, singular. Onde cada um se apropria de uma forma diferente da realidade que lhe é apresentada, é subjetivo, considerando que cada pessoa é o “outro” na relação. Portanto, à medida que nos relacionamos com o mundo, as pessoas e coisas, vamos nos constituindo com um pouco de cada um destes.

Por último, destaca-se a alteridade como categoria fundamental para pensar a relação entre pesquisador e criança, compreendida não apenas como reconhecimento da existência do outro, mas como disposição ética que se concretiza em condutas e posicionamentos coerentes

com determinada concepção de ser humano. Segundo Guareschi (1998), ao dialogar com a Filosofia da Libertação de Enrique Dussel, a alteridade refere-se à abertura radical à compreensão do outro, implicando acolher sua humanidade como princípio ético. Trata-se de uma ética fundada na epifania do outro, isto é, no reconhecimento de sua presença como interpelação que convoca à responsabilidade. Nessa perspectiva, a alteridade exige que o pesquisador se disponha a reconhecer a criança não como objeto de investigação, mas como sujeito que interpela, desloca e transforma o próprio fazer investigativo. Sem abandonar a questão da relação, isto é, da visão do ser humano como pessoa-relação, reconhecer o 'outro' como 'distinto', estabelecendo relações de diálogo, construtivas, de conversão, é nisso que consiste toda eticidade de existência. Toda nossa postura implica uma dimensão ética. E, ainda, implica necessariamente o outro; ele mostra que esse "outro" pode estar presente no "mesmo" de duas maneiras diferentes: como "di-ferente" e como "dis-tintos".

Na primeira, o "outro" é o "di-ferente", do latim *dis*, que significa divisão ou negação; e *ferre*, que significa levar com violência, arrastar. Nesse sentido, o diferente é arrastado desde a identidade original e coloca-se como o oposto; é a dialética monológica. Na segunda, o "outro" é o "dis-tinto", de *dis* e *tinguere*, que significa tingir, pintar; também é separado, é o outro, não, contudo, arrastado para fora, mas possuindo sua identidade e estabelecendo o "mesmo", relação de diálogo, construtivas, de conversas: é a analética. Essa é a verdadeira "alteridade". "Nisso consiste", no dizer de Dussel, "toda eticidade da existência (Guareschi, 1998, p. 157).

Siquelli (2000) apresenta a alteridade:

'o Outro' como 'o Outro' escatologicamente distinto, isto é, o 'Outro' como "face-a-face" (em hebraico *panín el panín*) que significa a proximidade, o imediato, o que não tem mediação, o rosto frente ao rosto na abertura ou exposição (*expor-se a*) de uma pessoa diante de outra. Esse "face-a-face", 'boca-a-boca' é a expressão da intimidade, amor alterativo (expresso em hebraico... pela palavra *rehurú*; *filon* em grego). O rosto de um homem diante do rosto de outro na intimidade, na justiça, é colocar-se como um eu pessoal diante do outro igualmente pessoal. Eu-Outro não é a imediatez do saber absoluto hegeliano, mas é a imediatez negativa de duas exterioridades que se tocam. O rosto, ou a face, que é olhado, especialmente em seus olhos, como de Outro-alguém, e até onde chega a vista, até seu limite, seu último horizonte. Até o rosto do outro chega a luz, a vista, o mundo, a ordem da compreensão (aquilo que capto ou prendo no círculo do mundo). Para além do rosto visto, no 'face-a-face', vislumbra-se, abre-se uma exterioridade meta-física (meta: além; *fysis*: ordem do ser idêntico ao pensar da totalidade) ou Ética (enquanto o rosto é de outra pessoa, livre, autônoma, fonte de provocação que escapa enquanto livre de minha predeterminação ou compreensão). (Siquelli, 2000, p.64)

Compreender que o outro é alguém essencial na sua existência e no seu agir. O 'outro' torna-se alguém necessário, imprescindível para a própria compreensão de cada um de nós. É nesta perspectiva, ao pensar o pesquisador a partir das relações com a criança, que se possibilita uma nova consciência no campo da pesquisa: a dimensão da alteridade.

Essa dimensão sobre o significado do 'outro' traz o novo elemento da alteridade para se pensar um novo paradigma para a compreensão de mundo, do ser humano e para a criação e

constituição de práticas mais adequadas no campo da pesquisa. Somente o pesquisador poderá, a partir desta relação, construir a ética, enquanto postura de responsabilidade e compromisso.

Siquelli (2000) vai trabalhar com o conceito de “nostridade”, o espaço do ‘nós’ na compreensão do outro. Para ela, nas relações humanas existentes, estabelece-se um ambiente de comunicação comum, ou seja, na medida em que cada um vivencia os pensamentos e atos do outro no presente vivido, esse presente, comum a ambos, é o campo puro do “nós”, há uma simultaneidade vivida do “nós”, enquanto o “eu” só aparece após o retorno reflexivo. Ainda nessa perspectiva, a autora apresenta o conceito da nostridade, o ambiente de comunicação, criado pelas relações comuns. Assim, verificam-se duas categorias, alteridade e nostridade, que supõem a importância.

A filosofia do diálogo, de Buber (2001), para uma construção de um olhar sensível para as sutilezas que permeiam as relações que envolvem as crianças pequenas. A compreensão do diálogo como espaço privilegiado de produção de conhecimento, compreender o sentido e o humano a partir da relação que ele estabelece com o mundo, com os outros e com o seu contexto histórico. Nessa perspectiva, para o autor, o “eu” só existe com um “tu”, enquanto o aceito em sua totalidade, de forma que ele se torne presença para mim. Trata-se de um convite para uma existência autêntica que se expressa apenas na relação dialógica.

A imagem da criança que defende Hoyuelos (2021) é, portanto, muito ligada à forma que as crianças, entre si e com os adultos, constroem conhecimento de forma conjunta: discutindo e dialogando, entendida por ele a pedagogia da relação. Refere-se à ideia de que a criança nunca trabalha sozinha ou apenas com as coisas.

Para ele, a imagem de infância pode se resumir nos seguintes termos: coconstrutivistas, interacionista, ecológica (que se constrói com relações múltiplas socioculturais), genéticas (uma criança dotada de enormes potencialidades, mas a que se deve respeitar seu ritmo de amadurecimento e de desenvolvimento, sem violentá-la com programas de estimulação precoce), complexa, otimista, incerta; menino ou menina, com autonomia e responsabilidade para estabelecer o caminho de sua própria evolução; solitária, ativa, participe, que se move - sem dualismos maniqueístas disjuntivos na complementariedade dialógica das linguagens, capaz de dar sentido à sua vida e uma esperança de futuro para a humanidade. (Hoyuelos, 2021, p. 156).

Para ele, essa imagem que carregamos internamente de criança, que impulsiona a escuta, a observação e o agir de diferentes maneiras, assim como guia os trabalhos em conjunto.

Pedro e Costa (2012), trazem uma importante reflexão sobre essa temática, da postura do pesquisador frente ao paradigma da criança, que ora pode acentuar seu caráter vulnerável e frágil e, ora, pode reconhecer como competente e capaz de tomar decisões, que influenciará suas escolhas no processo investigativo, que, por sua vez, pode acarretar novas questões éticas ao nível dos resultados com relação ao conhecimento produzido. Para eles, tudo depende da

lente colocada para analisar a situação. Em um contexto de pesquisa mais tradicional, em que a criança é o objeto de pesquisa, as ações são atravessadas por princípios éticos, como consentimento informado, confidencialidade, anonimato e benefícios, transpassadas por relações de poder entre os participantes, causando algumas tensões éticas. Porém, quando trazido o conceito de *empowerment*, investigação feita pelas crianças, sendo ele o investigador ator da sua própria subjetividade sem perturbações de adultos, essa situação exigiria, por parte do investigador, uma reflexividade crítica, uma preocupação necessária quanto aos riscos e benefícios, durante todo o processo investigativo. E, ainda, apresenta o conceito de ética situada, desprendida na escolha flexível da metodologia, adequada aos desafios que podem surgir no contexto da pesquisa quando da participação das crianças, devendo ser sempre acompanhada de uma fundamentação (Pedro e Costa, 2012).

Pedro (2023) traz uma importante reflexão sobre a assimetria estrutural entre adultos e crianças, isso porque a relação entre investigador adulto e criança participante é estruturalmente atravessada por uma assimetria de poder, autoridade e controle do processo investigativo. Ainda que a criança seja convidada a participar, pode fazê-lo para agradar ao adulto ou sentir dificuldade em recusar, o que torna a voluntariedade um ponto eticamente sensível. Nesse contexto, o princípio da simetria ética, propõe que os direitos, sentimentos e interesses das crianças tenham igual consideração moral em relação aos dos adultos, assegurando justiça, não maleficência, confidencialidade e respeito. Tal simetria, contudo, não elimina as diferenças estruturais, mas exige do pesquisador uma postura reflexiva permanente, capaz de reconhecer a desigualdade de posições e agir com equidade.

Ainda no debate, a autora fala sobre a “voz da criança”, o campo problematiza a ideia simplificada de “dar voz”, uma vez que toda produção discursiva passa por mediações interpretativas do adulto. Mesmo quando as palavras são das crianças, a organização, seleção e análise dos dados são conduzidas pelo pesquisador, o que pode gerar formas sutis de adultocentrismo ou de ventriloquismo etnográfico. Exemplos como o uso de fotografias demonstram que o significado das produções infantis depende da escuta ativa e da explicação da própria criança, exigindo vigilância interpretativa, suspensão de pressupostos e constante monitoramento ético. Assim, não basta registrar falas; é necessário reconhecer sua densidade epistemológica, evitando a invisibilização ético-epistemológica das experiências infantis.

Para ela, as abordagens participativas, ao defenderem crianças como coinvestigadoras, ampliam o reconhecimento de sua agência e buscam o empoderamento infantil, mas não eliminam tensões e novas formas de assimetria. As próprias crianças podem vivenciar conflitos éticos, como lealdades divididas entre pares e adultos, exposição indevida, pressão

para recrutar colegas ou lidar com informações sensíveis. Desse modo, a participação não deve ser romantizada como automaticamente emancipatória. A ética em pesquisa com crianças pequenas demanda, portanto, mais do que o cumprimento de normas institucionais: requer reflexividade crítica contínua, formação ética consistente e responsabilidade moral na tomada de decisões ao longo de todo o percurso investigativo.

Derek (2025), ao citar Hanna Arendt, propôs refletir “sobre a obrigação que a existência de crianças impõe-se a toda a sociedade humana”. (Arendt, 1990), ao afirmar as crianças sendo a novidade que chega ao mundo. A criança, esse novo ser humano, que ao nascer aparece no mundo como uma novidade, um recém-chegado, carece de ser acolhida e introduzida no mundo que a antecede e permanecerá depois dela. Portanto, cada criança carrega em si algo de único e inédito, uma possibilidade nova de ser, pensar, sentir e agir, e cabe a nós oferecermos um mundo disponível à mudança, aberto ao diálogo, à criação, à transformação.

Para Derek (2025), o ato de conhecer o mundo nasce de experiências sensoriais, da capacidade, da sensibilidade de ler e se inscrever no mundo, ativando a observação, a atenção, a presença e a interação com os ambientes. Para a autora, a racionalidade, abstração, os conceitos, atributos igualmente necessários para a produção do conhecimento, também nascem do corpo sensível. Tudo é atravessado pelos corpos em relação a seus ambientes e contextos. E todas essas conexões e conjunções exigem uma delicadeza, escuta amorosa e cuidado em relação às infâncias sementes em estado de germinação. Elementos necessários para compreendermos a arte na educação como um viés de sua fonte de experiências dos sentidos (visão, audição, tato e outros), que promove o florescimento da subjetividade, materializadas nas inúmeras formas de linguagens, permeadas pela afetividade como potente instrumento transformador e fonte de conhecimento (Derdyk, 2025, P. 101).

Para a autora, a arte é a potência entre a criança e o adulto, abrindo caminhos para o sensível e o inteligível, entre o pensar e fazer, entre a forma e o conteúdo, entre significado e significante. Assim, a arte permeia os processamentos da organização de nossas sensibilidades investidas para o inteligível. Para Edite Derdyk, ela denomina-se forma sensível do pensamento. Para ela, essa sensibilidade permeada nas relações ativa um imaginário e é a chave para tornarmos crianças com autoras do ecossistema educacional com voz própria para a escritura de sua própria história e da cultura.

Derdyk (2025) explica que essas práticas do sentido, atravessadas pela afetividade, acarretam desligamento das ligações entre mente e corpo, criando pontes entre o sensível (emoções, percepções, corpo) e inteligível (razão, pensamento, reflexão). Essa ignição cognitiva promove ao pesquisador formas de uma escuta mais sensível, integral, sem separar

emoção e razão. Cabendo ao pesquisador/adulto, nesse momento das projeções, permanecer com a mente aberta a novas formas, porosas e maleáveis, garantindo que o coeficiente artístico se cumpra, acolhendo os inesperados, os desvios, as errâncias, possibilitando apropriações de modos de existência que cada criança.

A palavra sensível, do latim *sensibilis*, verbo *sentire*, significa “perceber, sentir”, algo capaz de ser percebido pelos sentidos do corpo. Sensibilidade vem do latim *sensibilis*”

- sentidos, percebido”. Já a palavra inteligível, do latim *intelligibilis*, significa “o que se pode entender”, algo que pode ser compreendido, percebido. Existem uma estreita afinidade entre sentir e perceber: nossas portas de entrada para observar e absorver os fenômenos do mundo de toda ordem. Esse mecanismo é inerente à nossa existência – desde que nascemos até morrermos (Derdyk, 2025, p. 103).

Portanto, trata-se de sentir pelos sentidos ou sensibilidade percebida, nossa capacidade de pensar e compreender, por meio do desejo, da curiosidade, da necessidade de saber algo. Cabe a nós, corpos já bem formados, reabilitarmos a escuta do sensível e inteligível para entendermos que, na criança, há outra dinâmica operante de outro regime intencional perceptível. O nosso desafio sempre será dar sentidos diferentes e dar códigos de linguagens pragmáticas para podermos decifrar e decodificar os sinais que as crianças emitem e, com operações poéticas, porque acontece uma dobra e uma contorção da linguagem funcional. Estabelecer uma parceria, acreditando na cumplicidade e apostando na confiança de que a comunicação existe nem sempre do jeito que imaginamos.

A busca de sentidos também é trabalhada por Malaguzzi (2021), que concebe o ser humano busca um sentido existencial ao seu próprio viver, assim as crianças têm necessidades de encontrar sentido ao que fazem, assim incluir sentimentos e pensamentos são marcos significativos.

A dinâmica entre princípios e estratégias gera atuações de caráter prático, denominadas retroalimentação gerativa e criativa. Aspectos sobre ética, o compromisso que se assume para que os pensamentos e palavras se misturem com atuações concretas. É também encontrar coerência entre prática e teoria, segundo Para Malaguzzi (2021) há três princípios éticos regem as ações em torno das crianças em ambiente educacional: a educação começa com a imagem da criança, uma imagem que revela a indeterminação do ser humano; educar significa incrementar o número de oportunidades possíveis; a criança é um sujeito de direitos históricos e culturais. As três estratégias são decorrentes do primeiro princípio ético (A educação começa com a imagem da criança, uma imagem que revela a indeterminação do ser humano): a pedagogia da escuta, a observação por meio de sondas de investigação-ação e a ideia de projeto ante a de programação.

Baseada nestas estratégias de Malaguzzi (2021), construímos pontos, que podem ser

um direcionamento para boas práticas éticas, aos pesquisadores com crianças:

- 1) A escuta da criança: inspiradas na pedagogia da escuta, uma “a arte de entender a cultura infantil: sua forma de pensar, de realizar, de perguntar, de teorizar, de desejar”, “a prática da escuta é decisiva para que a criança construa sentido no que faz e encontre o prazer e o valor de comunicar”, “estar atento a dar ouvidos (com todos os sentidos)”. Para ele, essa ideia estética de escutar as relações deve ser contextualizada: espaço, tempo e atmosfera. É premissa para a observação. (Hoyuelos, 2021, p. 158)
- 2) Observação por meio de sondas de investigação-ação: para a filosofia de Malaguzzi, “muito mais que olhar”; “A ‘sonda’ (como forma de ver) significa eliminar as ataduras das explicações prévias”, “A sonda é um desejo de conhecer o que está mais escondido, qualitativa e quantitativamente, na criança”, “Respeitar e escutar a criança de forma atenta, amorosa, diz ele, sem cair no engano de realizar uma análise que procura prender a criança em tabelas, em estágios e em níveis preestabelecidos de desenvolvimento”.(Hoyuelos, 2021, p. 174)
- 3) A ideia de projeto ante a de programação: a ideia defendida por Malaguzzi é de um modelo emancipatório-crítico, portanto a programação não seria o ideal, considerando que se trata de algo já pré-definido com resultado previsível (tendo-se o controle da situação). O projeto, enquanto projeção⁶, as estratégias desenvolvidas no decorrer do processo ligam a criança e adulto, geram atuações que seguem adotando a reciprocidade das ideias, “aprender a reaprender com as crianças é a nossa linha de trabalho. Avançamos de tal modo que as crianças não são moldadas pela experiência, mas dão forma à experiência“. (Malaguzzi, 2016, p. 91)

Supõe a procura constante de significados inimagináveis, que fazem ressignificar cada situação. Propõe-se, com base na observação e na sagacidade (que provém do latim *sagire* “cheirar a pista”, sutileza para descobrir o oculto das coisas), descobrir conexões entre fatos para procurar uma hipótese que explicaria o conjunto dos fatos observados. A abdução aceita, como método de investigação, o paradoxo, a dúvida, a diversidade de pontos de vista, a multidimensionalidade, a verificação, a correção e a confrontação interpretativas” (Hoyuelos, 2021, p. 214).

Pereira (2015), apresenta uma contribuição com a ideia de uma ética da responsividade no campo das pesquisas com crianças pequenas, segundo o autor, o conceito que abrange a capacidade de resposta acompanhada pela responsabilidade ética de considerar os impactos e implicações de nossas ações sobre os outros e sobre o mundo. Para ela, o pesquisador em

⁶ Projeção para L. Malaguzzi é uma estratégia de pensamento e ação, uma postura epistemológica respeitosa e solidária com os processos de aprendizagem das crianças e também dos adultos. O que realmente importa não é o que as crianças aprendem, mas como. (Malaguzzi, 2016)

campo não deve se concentrar apenas em grandes descobertas ou eventos monumentais; ele deve também prestar atenção aos detalhes do cotidiano e às pequenas decisões. Cada nova descoberta, por mais pequena que seja, pode ser um ponto de partida para mudanças significativas e para uma compreensão mais profunda do mundo ao redor. Esse movimento faz com que os pesquisadores também assumam responsabilidade pelos resultados de suas ações e escolhas durante a manobra.

Para fechar, Hoyuelos (2021) traz um conceito de projeto de Carla Rinaldi, que acredito que melhor se encaixa à pesquisa em questão:

A palavra projeto evoca a ideia de um percurso dinâmico, em movimento, sensível aos ritmos comunicativos, que contém dentro de si o sentido e o tempo da investigação, da procura da criança. O tempo de um projeto pode ser, pois, breve, médio, longo, contínuo e descontínuo, com pausas, abandonos e retomadas. A escrita de uma hipótese projetiva apenas pode existir se for vivida integralmente como hipótese, e não como um “ter que ser”, visto que não há apenas uma “escrita”, mas sim, múltiplas “escritas” (. . .). (Hoyuelos, 2021, p. 241).

O segundo princípio ético apresentado na obra Hoyuelos (2021) segundo a ideia de Malaguzzi: educar significa incrementar o número de oportunidades. Quatro estratégias sustentam a ideia: uma organização adequada das escolas; os pequenos grupos; os papéis do adulto e a distribuição ou partilha personalizada de responsabilidades.

- 1) Organização adequada das escolas: Para Malaguzzi, a organização das escolas possibilita uma série de condições do trabalho diário e é determinante para ocorrer a consecução de projetos. Permitem a prática de escutar, observar e realizar investigação e documentação, as quais são essenciais para uma autêntica interação com as crianças, individualmente e em grupo. Isso é muito mais que organização, é uma questão ética. O espaço deve ser agradável, que seja pensado para atuar com crianças.
- 2) Pequenos grupos (dois, três, quatro, no máximo oito crianças): para ele, para que a comunicação converta-se em competência e qualidade, é preciso que esses membros definam, redefinam seus papéis, descubram suas potencialidades e revelem suas complementariedades. Essa competência é definida por ele como socioconstrutivismo.
- 3) Os papéis do adulto: implicam uma relação com as crianças e entre as crianças, com o tempo, autênticas relações e experiências compartilhadas, ou seja, criar juntos narrativas completas, em projetos longos. Para ele, a criança tem necessidade de encontrar um adulto vulnerável e humano, que ele chama de neutralidade democrática. Ao adulto, essa humildade lhe traria mais segurança no trabalho, além de evitar intervenções muito fechadas. E, para a criança, acarretaria o reconhecimento da subjetividade, um ponto de vista, importante porque ele compreende sendo opinião crítica e não verdade. O adulto mediador, aquele que organiza os projetos e aceita os convites vindos das crianças, uma sabedoria dialógica.

4) Distribuição ou partilha personalizada de responsabilidades: por meio de horas extraordinárias, Malaguzzi abastecia diferentes pessoas com suas ideias, projetos que ainda seriam organizados. Essas responsabilidades compartilhadas, compromissos intelectuais, sociais e políticos fazem com que a pedagogia Reggiana persista até os dias atuais. Advém do terceiro princípio ético na obra de Malaguzzi: a criança é um sujeito de direitos históricos e culturais: a criança participante da cultura, além de reconhecida e criadora de cultura. Cultura está ligada à construção de conhecimento, significa um respeito aos processos de construção dos significados compartilhados e dos mundos possíveis, sem o determinismo do darwinismo, apenas os mais aptos. A capacidade de ingressar em um mundo compartilhado. Subjetividade como direito de ser diferente, sem ser marginalizado ou separado (culturas, etnias e religiões). Para o pedagogo, três estratégias são fundamentais: a defesa dos direitos das crianças, dos educadores, das famílias e das mulheres: para ele, os três possuem os mesmos direitos, os quais são reconhecimentos subjetivos e intersubjetivos de sujeitos codependentes. Valorização das mulheres e valorização profissional das professoras. Ainda, chama atenção para a análise constante em refletir diferentes mudanças da estrutura e na organização das famílias e dos lares em que as crianças vivem, pois leva a conceber novas necessidades e, sobretudo, novos direitos. A identidade da escola e da educação infantil: é espaço social e educativo, porque deve considerar crianças, educadores e famílias. Social porque os pais precisam trabalhar e educativo porque entende a importância dessa fase para o desenvolvimento do ser humano. Ele repudiava a ideia de assistencialismo. O pedagogo defende uma educação que valorize a cultura da infância, sua forma de ver o mundo, que não seja manipulada pelos desejos e pelos problemas do mundo adulto, de conduzir meninos e meninas a modelos pobres pré-estabelecidos. Ele era contra o instrucionismo, a antecipação (transforme em uma preparação para a educação primária) e estimulação precoce, pois acreditava que o aceleração são atitudes que geram uma forma violenta de proselitismo, perspectiva mercantilista e de produto. O desenvolvimento dos direitos da infância, tomando emprestada a voz de suas cem linguagens: para poder desenvolver os direitos da infância, é preciso tomar emprestada a voz de suas cem linguagens, para fazê-la ser ouvida, uma voz que, como metáfora, significa as cem linguagens.

4 O QUE MOSTRAM AS PRODUÇÕES EM PERIÓDICOS (2014-2024) NO ESTADO DO CONHECIMENTO: ANÁLISE E DISCUSSÃO

Foi realizado por meio da elaboração do estado conhecimento, já publicado no periódico Roteiro⁷ (2024), uma análise dos periódicos da área da educação sobre ética em pesquisa com crianças da primeira infância, no período de (2014-2024). Deste mapeamento permitiu-se realizar a análise de conteúdo, segundo Bardin(1977). Essa análise buscou um mapeamento dos conceitos e estratégias usada pelos pesquisados e, ainda, sua visão e compreensão da ética em pesquisa nos contextos investigados. Primeiramente, com o corpus levantado e com auxílio de *software* específico, Iramuteq⁸ um *software* gratuito e de código aberto para análise de dados textuais e qualitativos, que vem sendo utilizado como ferramenta de apoio ao processamento de grande volume de dados na pesquisa qualitativa. O uso desse instrumento serviu para separar, organizar os textos do levantamento do estado do conhecimento e fornecer dados em diferentes formatos (gráficos, tabelas, listas, dendrogramas) para favorecer a interpretação, gerando novas possibilidades de análise, construindo uma representação. Este tipo de *software* executa análise lexical do material textual e particiona o texto em categorias hierárquicas, identificadas a partir dos segmentos de textos que compartilham o mesmo vocabulário, facilitando, assim, o pesquisador mensurar o teor dos conteúdos. Para a análise dos dados da pesquisa, foram usadas estatísticas textuais clássicas, classificação hierárquica descendente, pesquisa de especificidade de grupos de variáveis, análise de similitude e nuvem de palavras, todos construídos com o Iramuteq, utilizando um único corpo textual “*corpus*”.

O *corpus* de análise corresponde ao material descrito no estado do conhecimento, correspondente a 28 artigos, organizados em um único arquivo. Cada artigo é iniciado com uma linha de comando numerada sequencialmente da seguinte forma (**** *periódico_01 até 10 **** *revista_09), sendo que p (periódico) e CSF (Revista Currículos Sem Fronteiras), REF(Revista Educação em Foco), H (Horizontes), PE (Práxis Educacional), PEd (Práxis Educativa), RDE (Revista Diálogo Educacional), REQ (Revista Educação em Questão), RECC (Revista Educação, Ciência e Cultura), RZASA (Revista Zero a Seis Anos), REE

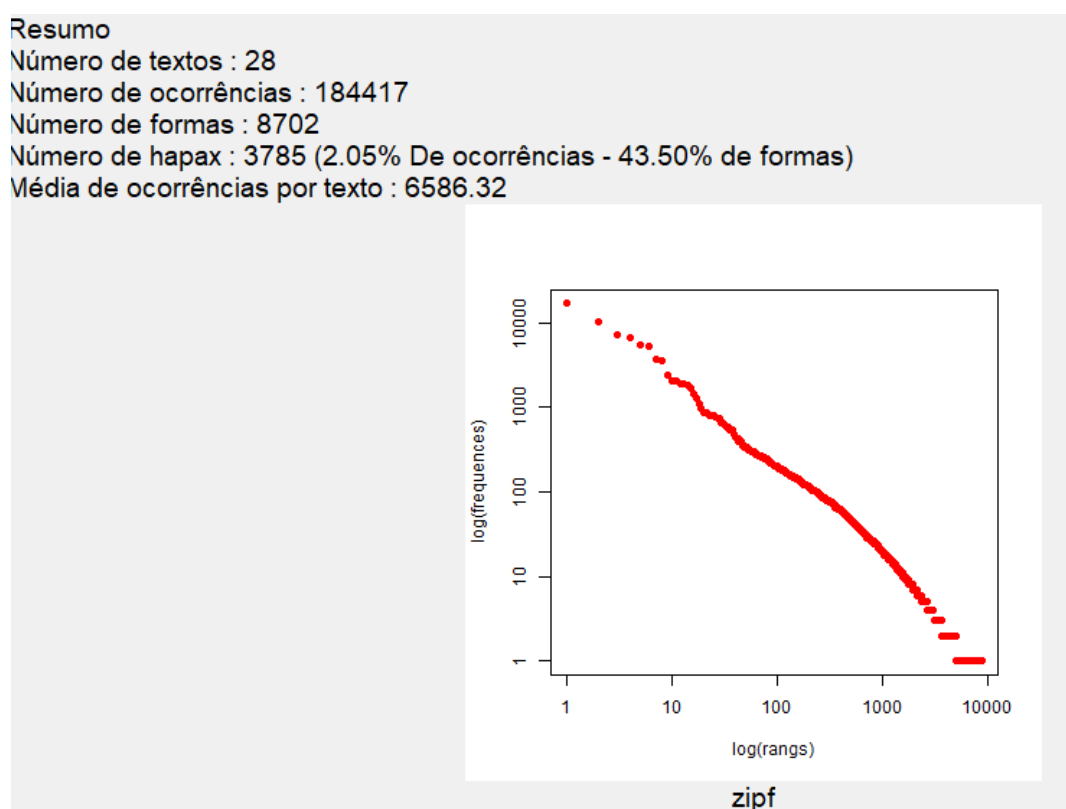
⁷ AMARAL, Caroline Ferreira do; SIQUELLI, Sônia Aparecida. Questões éticas na pesquisa com crianças: o que mostram as produções em periódicos (2014-2023). *Roteiro*, [S. l.], v. 49, p. e34757, 2024. DOI: 10.18593/r.v49.34757. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/34757> Acesso em: 16 dez. 2025.

⁸ Pierre Ratinaud, *IRaMuTeQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*, versão 0.7 alpha 2, 2009. Disponível em: <https://pratinaud.gitpages.huma-num.fr/iramuteq-website/>

(Revista Educação Especial).

Foram excluídos dos textos os seguintes caracteres, considerando que o *software* não consegue fazer a leitura: aspas (“), apóstrofo (’), hífen (-), cifrão (\$), porcentagem (%), reticências (...) e asterisco (*), usados nas linhas de comando que antecedem cada artigo. O arquivo foi salvo como documento de texto sem formatação no *Word* *.txt. Em seguida, com a importação do *corpus* ao *software*, o programa reconheceu os 28 textos importados, conforme aponta na figura abaixo.

Figura 1 – Reconhecimento do *corpus* no Iramuteq



Fonte: Iramuteq (versão 0.8 alpha 7, 2008-2024), utilizado em 23 de fevereiro de 2025.

Com a submissão e aceitação do *corpus*, o material foi submetido ao 1º processamento disponibilizado pelo *software*, denominado Análise Estatística Clássica, obtendo a frequência de todas as palavras presentes no *corpus*, relacionando-as em colunas e apresentando-as em abas: total: sendo todas as palavras usadas; formas ativas: palavras com sentido; formas complementares: aquelas palavras que dão sentido e ligação; e *hápx*: aquelas que aparecem uma única vez. Na imagem abaixo estão as palavras ativas, analisadas pela pesquisa.

Figura 2 – 1º Processamento - análise estatística clássica.

Especificidades - Carpus tratado_spec_2		Carpus tratado_stat	
Resumo		Total	Formas ativas
		Formas complementares	Hapax
Forma	Freq. ↓	Tipos	
criança	3516	nom	
pesquisa	2039	nom	
infância	883	nom	
pesquisador	874	nom	
social	735	adj	
relação	664	nom	
adulto	577	adj	
estudo	552	nom	
campo	542	nom	
forma	437	nom	
educação	427	nom	
modo	402	nom	
ética	397	nom	
infantil	388	adj	
processo	357	nom	
contexto	352	nom	
partir	337	ver	
investigação	337	nom	
professor	336	nom	
espaço	307	nom	

Fonte: Iramuteq (versão 0.8 alpha 7, 2008-2024), utilizado em 23 de fevereiro de 2025.

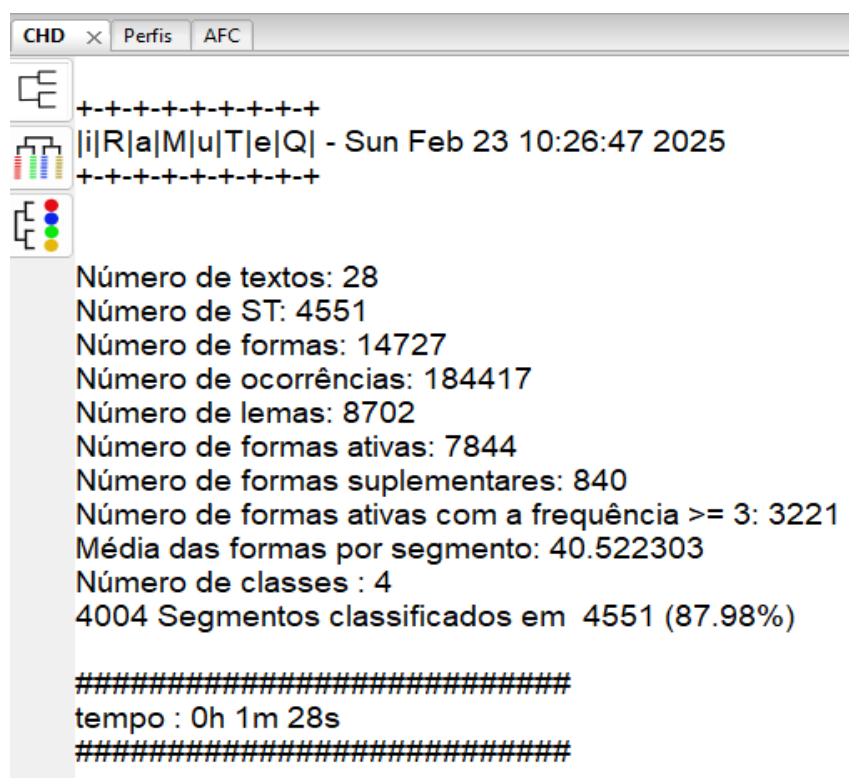
Nesta análise, notou-se que a palavra “criança” apareceu no topo da lista, com um total de 3.516 vezes, uma alta frequência, diminuindo a centralidade do tema infantil. “Pesquisa” apareceu em segundo lugar, com 2.039, comprovando que os artigos são frutos de práticas dos pesquisadores e sugerem uma abordagem analítica metodológica. A palavra “ética” apareceu 397 vezes, o que confirma a temática analisada pelos artigos.

Após essa análise, o *corpus* textual foi submetido ao 2º processamento, denominado nuvem de palavras, agrupamento e organização em gráfica em função da frequência com que as palavras aparecem nos textos. O resultado pode ser visualizado na Figura 3. Esse método é visto como uma análise lexical simples; nesse processamento foram usadas todas as formas ativas com mais frequência dos artigos.

Nascimento (2021) destaca a necessidade de um compromisso ético e político dos pesquisadores em lidar com a infância, especialmente diante das desigualdades estruturais que impactam a efetivação dos direitos das crianças. O argumento central apresentado pelo autor aponta para um paradoxo: os direitos das crianças foram formalmente reconhecidos em um contexto histórico em que as condições para sua concretização já estavam comprometidas pelas desigualdades geradas pelo capitalismo. Assim, no Brasil, as desigualdades impõem desafios e condições aos pesquisadores, seja quanto aos temas e metodologias impostas em suas pesquisas.

Com a finalização dessa etapa, o *corpus* passou pelo 3º processamento, o qual gerou uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Esse método separa o *corpus*, considerando a relação entre as partes dos artigos, criando grupos temáticos. Essa ordenação chama-se ordenação hierárquica descendente. A partir das palavras mais frequentes dentro dos respectivos descritores, o *corpus* foi separado em 4.551 segmentos de texto (ST) conforme a relação, tendo um aproveitamento de 87,98% do corpus.

Figura 4 – 3º processamento - Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

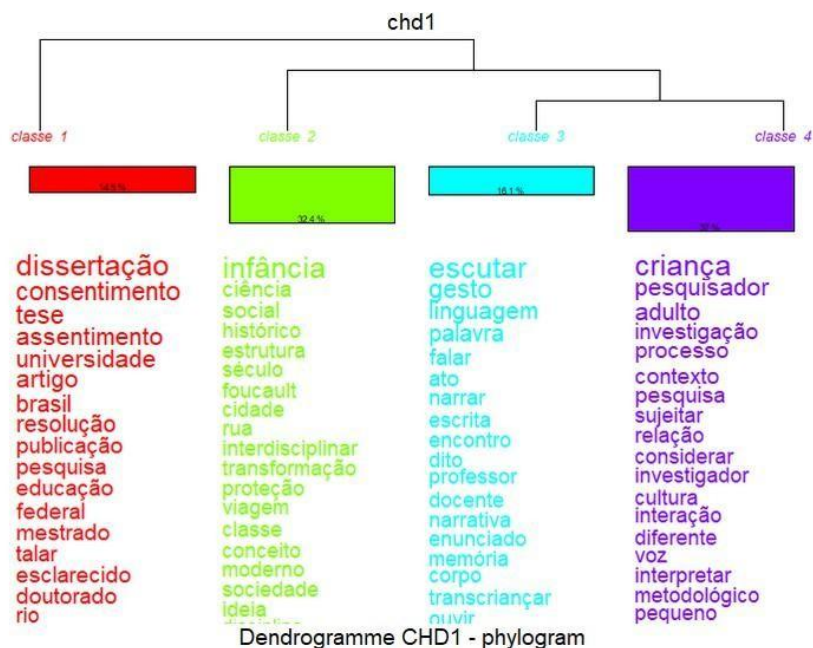


Fonte: Iramuteq (versão 0.8 alpha 7, 2008-2024), utilizado em 23 de fevereiro de 2025.

Após essa ordenação, o 3º processamento também gerou uma classificação, que foi apresentada em formato de um dendograma, conforme (figura 5), oferecendo uma organização

visual e estatística dos dados em quatro classes: vermelha, verde, azul e roxa.

Figura 5 – Dendrograma



Fonte: Iramuteq (versão 0.8 alpha 7, 2008-2024), utilizado em 23 de fevereiro de 2025.

Os resultados foram analisados e o *corpus* textual foi interpretado como categorias de análise: Categoria 1: Produções acadêmicas, resultante da (Classe vermelha: 14,5%); Categoria 2: Construção social da criança, resultante da (Classe verde: 32,4%); Categoria 3: Vozes das crianças, resultante da (Classe azul: 16,1%); e Categoria 4: Metodologia, resultante da (Classe roxa).

Da interpretação empregada, pode-se notar duas ramificações, uma delas solitária, contendo apenas a Categoria 1, e outra, contendo as demais categorias. Com a primeira subdivisão isolada, a Categoria 2 se ramifica com as Categorias 3 e 4, na mesma ramificação. Os textos presentes nas Categorias 3 e 4 são os que apresentam mais aproximações entre si e, em simultâneo, são mais distantes frente às demais categorias. Isso demonstra que, quanto mais afastado na ramificação da CHD, menores serão as relações entre as palavras. Quanto mais aproximadas, maior a afinidade contextual entre as categorias.

Ainda, com relação à (Figura 5), a Categoria 1 – *Produções acadêmicas*, apresentou as seguintes palavras: dissertação, consentimento, tese, assentimento, universidade, artigo, Brasil, resolução, publicação, pesquisa, educação, federal, mestrado, tale, doutorado. Ao realizar uma análise das palavras em contexto, notou-se uma preocupação ética no campo acadêmico; contudo, pela quantidade expressiva dos termos Comitê de Ética em Pesquisa

(CEP/Conep), TALE, TACLE, essa preocupação ainda se sobressai nos contextos éticos. O que pode ser compreendido pela sugestão e hora interpretada como obrigatoriedade no Brasil, as universidades com seus programas de stricto sensu, de submeterem os projetos de pesquisas que envolvam seres humanos no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), para uma revisão ética, criado pela Resolução 196/1996⁹

Com a leitura da Categoria 2 – *Construção Social da Criança*, ficou demonstrada a afirmação de que concepções e entendimentos sobre as crianças e a infância são heterogêneos e possuem uma variabilidade marcada por contextos sociais, culturais e históricos das crianças e seus pertencimentos a diferentes raças, etnias, religiões, gêneros e classes, apresentando um percentual de 32,4%.

Da Categoria 3 – *Vozes das crianças*: com 16,1% dos segmentos de textos, com as seguintes palavras: escutar, gesto, linguagem, palavra, falar, narrar, dito, professor, docente, enunciado transcrito. Fica evidente que, embora existam muitas pesquisas que envolvam crianças, nota-se uma deficiência na legitimação do sujeito, social e histórico. Portanto, o teor ético dessa categoria refere-se à mudança de paradigma, quanto à mudança de fato das percepções epistemológicas no reconhecimento da criança como sujeito capaz, ou seja, uma reconstrução do papel da infância na sociedade.

Extraiu-se da Categoria 4 - *Metodologia*: a porcentagem de 37% de segmentos sobre a temática, mostrando a importância metodológica em pesquisas com crianças, a adequação dos procedimentos e instrumentos alinhados aos objetivos para permitir que a parceria ocorra entre pesquisador e a criança. Para Friedmann (2020), escutar significa assumir uma postura de investigação, tentando se colocar na perspectiva da criança, tentando compreender quais hipóteses a criança está construindo.

Olhando para as palavras que se iniciam em cada categoria do dendrograma (Figura 5), não é possível visualizar todos os instrumentos, metodologias e questões éticas presentes no *corpus*; contudo, a leitura realizada das palavras de forma sequencial e em contexto (possibilidade gerada pelo *software* ao clicar sobre a palavra da coluna, mostrando o texto original de onde foi retirada a palavra), foi possível montar uma lista dos instrumentos e metodologias utilizados nos artigos analisados:

⁹ O Sistema CEP/CONEP (Comitê de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) foi criado em outubro de 1996, com a publicação da Resolução nº 196, do Conselho Nacional de Saúde, cuja principal atribuição é, junto com os Comitês de Ética em Pesquisa, realizar a avaliação dos aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil.

Tabela 1 – Instrumentos Metodológicos de Pesquisa

Intrumentos	Metodologia	Questão Ética
Diário de Campo	Qualitativa com investigação-ação e pesquisa de campo	Simetria ética: projetar uma relação mais simétrica possível (Buss- Simão)
Fotografia	Etnografia	Escuta atenta
Vídeo	Estudo de caso	Triangulação
Desenho e oralidade		Adulto atípico ou reativo
Roda de conversa		Estratégia de assentimento
Histórias		Transcriançar
Questionário		Alteridade
Reconto de histórias		Devolutiva
Narrativas		Anonimato
Jogos e brincadeiras		TALE e TECLE
Observação participante		
Visitas		
Entrevistas individuais ou coletivas		
Imagens Projetadas		
Brincadeiras		
Filmes		
Passeio		

Fonte: elaboração própria.

Nas pesquisas levantadas no Estado do Conhecimento, foi possível averiguar termos, ora de instrumentos metodológicos e ora como conceitos, que nesta análise podemos identificar como questões éticas.

1^a) *Simetria ética*: conforme o artigo de Buss-Simão e Lessa (2023), ao realizarem pesquisas etnográficas com crianças e adultas na educação infantil, problematizam a assimetria ética como condição estrutural das relações entre adulto/a-pesquisador/a e crianças no contexto da educação infantil. Amparadas nas contribuições de Hanne Warming Christensen e Alan Prout, as autoras reconhecem que o poder circula nas interações e se intensifica quando os sujeitos são crianças, uma vez que ocupam posições sociais distintas das adultas. A presença do pesquisador, seu olhar, sua identificação como “professora” ou outro estatuto adulto, pode limitar ou expandir a autonomia infantil, revelando que a assimetria não é exceção, mas constitutiva da prática investigativa. Diante disso, defendem a projeção de uma “simetria ética”, entendida não como negação das relações de poder, mas como compromisso reflexivo de não considerar, a priori, as crianças como moral ou epistemologicamente inferiores. Tal postura exige vigilância constante sobre os efeitos da presença adulta, engajamento com as culturas de comunicação das crianças e compreensão de que a ética não se reduz ao consentimento formal, mas atravessa todo o percurso da pesquisa, inclusive nas relações estabelecidas com os demais adultos que compõem o contexto investigado.

2^a) *Escuta atenta e observação minuciosa*: significa tentar se colocar na perspectiva da criança, tentando compreender quais hipóteses as crianças estão construindo, das suas múltiplas formas de expressão. Considerar a participação das crianças nas pesquisas, reconhecendo que elas têm muito a dizer sobre seus modos de pensar e agir, nos remete a uma mudança de postura e atitude daquele que pesquisa com crianças, tem a ver com a adoção de “estratégias de ordem prática ou operacional implicando em questões de ordem ética no campo da investigação” (Marchi, 2018, p. 727).

3^a) *Triangulação*: esse tipo de análise é descrito pelas pesquisadoras Delgado e Castelli (2020). Elas entendem que a triangulação combina diferentes formas de análise, o que pode suceder por intermédio da geração dos dados (diversas fontes), dos investigadores (grupo com mais de um pesquisador), da teoria (múltiplas perspectivas ou teorias) e da metodologia (variados métodos). Este movimento de interpretação permite analisar os dados a partir de nosso ponto de vista (adultos pesquisadores) e do ponto de vista das crianças, sendo que o desenho dos instrumentos e negociações acontece durante todo o processo de pesquisa.

4^a) *Adulto Atípico*: adulto reativo ou participação periférica: Nascimento e Campos (2022) trazem a ideia de Corsaro (2011), do adulto atípico, que é um adulto diferente, um “amigo” que é convidado para adentrar e participar das culturas de pares. Com o uso de estratégias reativas, aguardando as crianças iniciarem contato, como também pela adoção de uma participação periférica, esse termo foi apresentado por não iniciar ou terminar um episódio interativo, não resolver disputas, não coordenar atividades, não intervir em propostas de atividades, dentre outras ações.

5^a) *Transcriançar*: Apresentado por Soares e Marcello (2023), emerge como exercício teórico-metodológico, colocando em jogo modos particulares de urdir a palavra em contexto investigativo, notadamente porque permite fazer ver e dizer a dinâmica mutuamente constitutiva entre narração (da criança) e tradução (do/a adulto/a) em (con)texto investigativo.

6^a) *Alteridade*: Santos (2023) coloca que a alteridade pressupõe produção em relação com o outro em sua singularidade. Apresenta a ideia de Freire (1996): “Somente quem escuta paciente e criticamente o outro fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise falar a ele”, de Amorim (2004), que coloca: “Sem reconhecimento da alteridade não há objeto de pesquisa e isto faz com que toda tentativa de compreensão e diálogo se construa sempre na referência aos limites dessa tentativa”. E, na perspectiva de Guareschi (1998), que entende que só há ética se existe alteridade, e esta não significa colocar-se no lugar de outrem, mas produzir relação a partir das diferenças. O rosto de outrem revela-se pela palavra. Portanto, o encontro entre duas pessoas apresenta-se como possibilidade de tecer uma relação ética e inaugurar a humanidade do ser

humano.

7^a) *Devolutiva*: Carvalho e Santos e Tebaldi (2023) trazem ser fundamental a devolutiva dos resultados da pesquisa, não somente para a comunidade acadêmica, mas também para as crianças e adultos envolvidos. Com a ideia de Kramer (2019), reafirma-se que “devolver resultados de pesquisa configura-se em um importante momento de interação, diálogo e partilha”. O compartilhamento dos resultados da pesquisa é “foco do compromisso ético”.

8^a) *Anonimato*: Buss-Simão e Lessa (2023) compreendido não apenas como exigência normativa, mas como dimensão constitutiva de uma ética relacional na pesquisa com crianças pequenas. A substituição ou omissão dos nomes não se reduz a um procedimento técnico de proteção de identidade; insere-se em um compromisso mais amplo de cuidado, corresponsabilidade e reflexividade no interior das relações construídas no campo. Ao defenderem o consentimento negociado e o compartilhamento transparente dos registros com os adultos envolvidos, as autoras evidenciam que a ética atravessa todo o percurso investigativo, exigindo ponderação contínua sobre os efeitos da exposição pública das narrativas infantis. Nessa perspectiva, o anonimato articula-se à alteridade ao reconhecer a criança como sujeito de direitos e, simultaneamente, como alguém situado em relações assimétricas de poder, cuja integridade deve ser resguardada. Trata-se, portanto, de equilibrar visibilidade e proteção: garantir que as vozes das crianças sejam consideradas em sua densidade epistemológica, sem que isso implique vulnerabilização ou risco à sua condição social e relacional..

9^a) *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)*: previstos nas Resoluções n. 510 (BRASIL, 2016) são uma das garantias do comprometimento ético do pesquisador em pesquisas com crianças.

Em 1996, seguindo as determinações internacionais sobre a necessidade de padrões éticos em pesquisa, a Comissão Nacional de Saúde, no Brasil, tornou obrigatória, por meio da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, a análise ética de toda a pesquisa com pessoas vulneráveis. Essa legislação teve por objetivo contemplar os princípios bioéticos da autonomia, da beneficência, da não maleficência, da justiça, da confidencialidade, da privacidade, da voluntariedade, da equidade e da não estigmatização, os quais têm sido amplamente utilizados no contexto da prática de pesquisa internacional.

Nascimento e Campos (2022) defendem a imprescindibilidade de o pesquisador informar às crianças sobre a pesquisa, pois, “se às crianças é facultado o direito de participação em assuntos que lhes dizem respeito ou que as envolvem, elas têm o direito de serem

informadas sobre as pesquisas que as têm por tema”. Carvalho, Santos e Tebaldi (2023) colocam que o TCLE deve ser assinado pelos responsáveis pelas crianças, a partir do compartilhamento das informações relativas à pesquisa. Por sua vez, o TALE (para as crianças acima de 3 anos) refere-se à “captação do aceite da criança mediante procedimentos diferenciados, dadas as singularidades” da ideia de COUTINHO (2019) dos sujeitos. O assentimento é definido como a “anuência do participante da pesquisa (...) de consentir, na medida de sua compreensão e respeitadas suas singularidades” (Ministério da Saúde, 2016, art. 2º), em fazer parte da investigação. Entendemos que “o processo de pesquisa não é imposto, de fora, mas é tecido nas relações”, citações de Kramer e Pena (2019), especialmente quando essa relação envolve adultos, bebês e crianças. De fato, “consentimento e assentimento podem ser considerados processos correlacionados de compreensão, de negociação e de autorização dos sujeitos”.

A análise revelou um movimento dos pesquisadores para assegurar os direitos e o bem-estar da criança na pesquisa, bem como na desconstrução da noção de incapacidade sociopolítica da criança. Quanto à questão da visibilidade da criança na pesquisa, observa-se ainda uma ausência de explicitação. As narrativas dos pesquisadores indicam a presença de uma responsabilidade ética, embora se constatem nos trabalhos faltas ou inadequações nas documentações previstas pelas regulamentações sobre ética na pesquisa e o não encaminhamento dos projetos ao CEP por alguns pesquisadores.

Nesse sentido, a revisão das questões éticas por um CEP contribuiria para observar aspectos éticos envolvidos na produção dos dados e na divulgação dos resultados, destacando-se o consentimento e o assentimento, a privacidade, o armazenamento, a devolução dos resultados e a documentação prevista nas regulamentações. Foi-nos fornecida uma análise fatorial, descrita:

Figura 6 – Análise Fatorial de Correspondência (AFC) das palavras ativas mais frequentes em cada uma das classes lexicais obtidas na classificação hierárquica descendente no corpus (Iramuteq).

geralmente implica observação participante, mas nem toda observação participante pode ser configurada como etnografia.

Outro aspecto importante foi a invisibilidade da criança no texto final, mesmo após sua participação ativa. No que concerne à autoria das produções infantis, impõe-se uma problematização mais incisiva: a quem pertence, afinal, o texto que emerge na pesquisa com crianças? Ainda que os estudos afirmem reconhecer a criança como sujeito de direitos e ator social, é recorrente que os relatórios acadêmicos invisibilizem suas produções concretas, substituindo desenhos, falas, narrativas e marcas expressivas por sínteses interpretativas adultas. Nesses casos, a criança comparece mais como objeto de análise do que como autora de sentidos. A dificuldade de sustentar, no texto científico, o ponto de vista infantil revela não apenas um desafio metodológico, mas um impasse ético-epistemológico: como evitar que a mediação do pesquisador se converta em apropriação da palavra da criança?

Se toda produção passa por processos de seleção, organização e enquadramento analítico, torna-se imprescindível explicitar essas mediações e preservar, sempre que possível, a materialidade das expressões infantis. A pergunta “o que é isso?”, formulada a partir da perspectiva da criança, não pode ser rapidamente respondida pela racionalidade adulta; exige deslocamento, escuta e suspensão interpretativa. Do contrário, corre-se o risco de produzir um discurso sobre a infância que reafirma o adultocentrismo que, teoricamente, se pretende superar. Assim, a autoria, na pesquisa com crianças pequenas, não é um dado, mas uma construção tensionada por relações de poder, que demanda vigilância ética constante para que a criança não seja apenas fonte de dados, mas efetivamente reconhecida como sujeito de produção de conhecimento.

A partir da análise empreendida, foi possível mapear os instrumentos, metodologias e estratégias utilizados em pesquisas que envolvem crianças. Tais elementos constituem referências importantes e contribuem para a consolidação de um fazer investigativo ético, estético e comprometido com as infâncias.

Alguns conceitos já são conhecidos, como a etnografia, estudo de caso e outros já relacionados na (Tabela 1), porém o que é importante notar é que esses instrumentos e posturas revelados nos artigos, como a observação minuciosa, escuta, intenção de problematizar, implicam um exercício contínuo de alteridade por parte do pesquisador e isso revela práticas mais sensíveis, coerentes e respeitosas com as crianças.

Nesse sentido, os achados evidenciam transformações no fazer pesquisa envolvendo criança, pois o trabalho de pesquisadores com um olhar mais atento para as práticas habituais abre novas possibilidades, sensibilidade e aproxima da qualidade que as crianças merecem.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

5.1 Procedimentos Metodológicos

Sob abordagem qualitativa, de cunho descritivo-interpretativo, busca-se compreender os sentidos atribuídos por pesquisadores da área da educação às suas práticas investigativas com crianças, aprofundar o entendimento dos significados construídos pelos pesquisadores, compreendendo suas referências, seus valores, crenças, intenções, motivações, conforme (FLICK, 2009). Também tem caráter documental, pois envolve leitura, seleção e registro de tópicos de interesse para o estudo proposto.

Adotamos o paradigma descritivo-interpretativo, uma vez que o objetivo é descrever e interpretar as percepções, experiências, concepções e práticas dos pesquisadores, considerando os aspectos éticos, metodológicos e epistemológicos que permeiam suas pesquisas. Diante dos dados descritivos produzidos e, como pesquisadora, segundo o objetivo proposto e buscando responder à questão de investigação, utilizamos a análise de conteúdo como metodologia de análise de dados.

A confiabilidade do nosso trabalho está na qualidade do registro e da documentação dos dados como base central para a interpretação. Os instrumentos que garantem fidedigna descrição da realidade foram o questionário e a entrevista (Mendes e Miskuin, 2017).

5.2 A constituição dos dados da pesquisa

Os procedimentos metodológicos foram divididos em duas etapas: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica ofereceu a base teórica necessária para compreender a construção social da criança e da infância, conceitos éticos, metodologias de pesquisa, enquanto a pesquisa de campo foi essencial para conhecer o que pensam os pesquisadores no campo da ética.

5.3 Pesquisa Bibliográfica

A primeira fase do estudo consistiu na leitura de textos da história da educação, sociologia da infância, filosofia da educação de Malaguzzi, formulada por Hoyuelos (2021), bem como a Teoria da representação social que discute a relação (Joelet, 2001), alteridade (Gareschi, 1998), e, ainda, escuta do sensível (Derdek, 2025), que sustentam as concepções de criança

como sujeito de direitos históricos e culturais. E traz a perspectiva dialógica, necessária para repensar a pesquisa em ciências humanas no contexto da educação infantil. Partindo do entendimento de que as pesquisas com crianças tratam de processos criativos, que demandam interações entre crianças e adultos, os instrumentos metodológicos devem ser pensados visando possibilitar formas de representações, permitindo que as crianças expressem suas reelaborações criativas, como forma de superação de barreiras geracionais e de comunicação. Além dessas contribuições, foi realizado o estado do conhecimento, um instrumento metodológico de pesquisa para analisar o atual panorama da ética em pesquisa em educação.

5.4 Pesquisa de Campo

Na pesquisa de campo foram utilizados dois instrumentos: questionário e entrevistas semiestruturadas, com a participação de treze participantes/pesquisadores da área da educação, envolvendo crianças da primeira infância. Para Flick (2009), as entrevistas semiestruturadas são aquelas em que aumentam a probabilidade de que os entrevistados expressem seus pontos de vista, uma vez que a entrevista possui relativa abertura em seu planejamento, possibilitando ao entrevistador reordenar o roteiro a partir da interação com o entrevistado.

5.5 Sobre os participantes

Inicialmente, foram contatados pesquisadores da área da educação. Os critérios de inclusão e exclusão foram: estudantes de programas de pós-graduação (mestrado e doutorado), pesquisadores-autores de publicação sobre o tema e experiência na condução de pesquisas com crianças. Ao todo, foram selecionados 18 pesquisadores, sendo que 6 se recusaram a participar e dos 12 restantes, 4 foram entrevistados e 8 responderam ao questionário com questões semi-abertas.

A seleção destes pesquisadores aconteceu em momentos diferentes, na 16ª Reunião Científica Regional da Anped – Sudeste de 2024 em Vitória, ES. Durante seção no Grupo de Estudos Cotidianos éticas, estéticas e políticas, foi estabelecido contato com duas pesquisadoras sobre a primeira infância, as quais foram convidadas para participarem como respondentes do questionário. Informaram seus endereços eletrônicos para contato futuro, o que, posteriormente, somente uma respondeu ao contato e ao questionário.

Os demais participantes da pesquisa foram indicados por membros do grupo de pesquisa GEPHEB – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética, Política e História da Educação Brasileira,

durante as reuniões semanais. Ao todo, indicaram quatro participantes pesquisadores, uma do Rio Grande do Sul, que não respondeu ao contato, e três do Rio de Janeiro, dos quais tivemos dois retornos.

Na busca de mais pesquisadores participantes na área da infância, solicitamos indicações aos colegas do próprio Programa de Pós-Graduação em Educação-USF, o que resultou no contato com mais seis pesquisadores.

5.6 Instrumentos de Coleta de Dados

Os instrumentos utilizados na pesquisa de campo para a geração de informações foram questionário e entrevista. As entrevistas semiestruturadas são aquelas em que aumentam a probabilidade de que os entrevistados expressem seus pontos de vista, uma vez que a entrevista possui relativa abertura em seu planejamento, possibilitando ao entrevistador reordenar o roteiro a partir da interação com o entrevistado, que foi transformado em textos por meio de gravação e transcrição para depois ser objeto de análise de conteúdo de Bardin (Flick, 2008, p. 14).

Para a produção dos textos, foram utilizados recursos digitais que possibilitaram a realização da pesquisa de campo de maneira remota, considerando o fato de que os participantes da pesquisa residiam em cidades diferentes daquela em que a pesquisadora se encontrava. Dessa maneira, o questionário foi online por meio da ferramenta *Google Forms*¹⁰ (GOOGLE, 2025), o qual foi disponibilizado aos participantes por meio de um *link*¹¹ de acesso. A escolha pelo formato online se justifica tanto pela facilidade de acesso e retorno das respostas quanto pela possibilidade de alcançar os participantes residentes em diferentes cidades.

Para as entrevistas, foi utilizado o *Google Meet*¹², instrumento de videoconferência, permitindo que as entrevistas ocorressem de forma síncrona, superando a distância geográfica e garantindo a interação necessária. O resultado das entrevistas foi transcrito com o auxílio do instrumento de inteligência artificial, a *Tactiq IA*¹³. Esse instrumento foi utilizado para organizar melhor as informações e garantir que nada de importante se perdesse, uma vez que a conversa em tempo real foi sendo transcrita, sem prejuízo da qualidade das informações produzidas. Ainda, para captar todas as informações, foi utilizada a gravação de tela disponibilizada pelo *Windows*, bem como a gravação de áudio pelo celular.

¹⁰ Google. (2025). Google Forms. <https://forms.google.com>. Acesso em: 28 ago. 2025.

¹¹ <https://forms.gle/hCMb3ti4iNeN46z27> Acesso em: 28 ago. 2025.

¹² GOOGLE. Google Meet. Disponível em: <https://meet.google.com>. Acesso em: 28 ago. 2025.

¹³ Tactiq IAactiq. (2025). Tactiq: Meeting transcription & summaries. <https://tactiq.io> Acesso em: 28 ago. 2025.

Uma vez que o projeto foi submetido e aprovado pelo CEP/USF, em 2024, iniciamos a pesquisa de campo. Com relação ao questionário, foi disponibilizado pelo correio eletrônico aos participantes um link: <https://forms.gle/sL3BN3nuutqUH2Hx9> com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), instrumento obrigatório para a participação dos pesquisadores. A primeira pergunta do questionário era o próprio TCLE. Essa medida visou garantir que os participantes estivessem plenamente informados sobre os objetivos, métodos e implicações da pesquisa e, estando em acordo com os princípios éticos da pesquisa científica, dariam sequência respondendo às demais questões. Os oito pesquisadores que responderam ao questionário, todos assinaram o TCLE.

O questionário, composto por quatro partes e com questões semiabertas. A 1ª parte teve como objetivo levantar informações iniciais sobre o perfil dos participantes. A 2ª parte buscou informações quanto às suas percepções do campo investigado, para explorar o contexto da sua pesquisa, quanto aos aspectos metodológicos. A 3ª parte, com sete questões metodológicas, e a 4ª parte foram elaboradas buscando compreender a ética que permeava a pesquisa de campo dos participantes. A aplicação dos questionários foi executada entre os meses de fevereiro a maio de 2025, sendo a primeira realizada em 23/02/25 e a última em 19/05 deste mesmo ano.

Nas entrevistas, foi entregue o TCLE por meio do endereço eletrônico, com um convite redigido na mensagem, direcionado aos participantes da entrevista, assim informados sobre os objetivos, métodos e implicações da pesquisa. As entrevistas, realizadas pelo Google Meet, foram gravadas e transcritas com a autorização dos participantes. Cada encontro teve duração aproximada de 40 minutos e seguia o roteiro prévio (ver anexo) com questões que possibilitaram abertura para a livre expressão dos participantes. O objetivo das entrevistas foi aprofundar as informações obtidas no questionário, explorando de forma qualitativa as concepções, experiências e significados atribuídos ao tema da ética.

Pensando nas considerações de Flick (2008) sobre a confiabilidade na pesquisa qualitativa e a constituição dos dados, optamos, a partir do pesquisador, por ouvir e compreender os caminhos percorridos em sua pesquisa, com destaque aos instrumentos de coleta utilizados¹⁴.

¹⁴ Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade São Francisco – USF, protocolo nº. 84380624.5.0000.5514

6 ESCUTAS E SENTIDOS DA PESQUISA DE CAMPO: ANÁLISE E DISCUSSÃO

Com as transcrições das quatro entrevistas e as respostas dos oito questionários, o que compôs o *corpus* de análise, para dar início à análise. Para isso, utilizamos a metodologia de Análise de Conteúdo de Bardin (1977), que entende como:

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 1977, p. 42).

Para garantir o rigor do método de análise, é importante abranger as fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

6.1 Unidades de Registro

Nesta etapa, foram definidos os critérios para análise, escolhemos o tema como nossa “unidade de registro”. Segundo Bardin, o tema “é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”. É a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando à categorização e à contagem frequencial. (Bardin, p. 104/105, 1977)

Por meio dos procedimentos metodológicos aplicados, os registros orais (transcrições das entrevistas) e escritos (questionários preenchidos), foram explorados. Olhamos para cada um de maneira isolada, buscando as unidades de significação a partir de temas.

Imprimimos as transcrições das entrevistas e as respostas dos questionários, lemos novamente cada uma das mensagens, buscando congruências e diferenças entre elas. Separamos as mensagens de acordo com alguns temas iniciais que fomos estabelecendo. Recortamos as mensagens e as organizamos em folha sulfite.

Nesse processo, inicialmente, os registros orais (entrevistas transcritas) e escritos (questionários) foram desmembrados conforme os temas. Depois disso, estabelecemos a unidade de contexto, que forneceu significado às unidades de análise. De acordo com , essa pode ser determinada seguindo dois critérios:

O custo e a pertinência. É evidente que uma unidade de contexto alargado exige uma releitura do meio, mais vasta. Por outro lado, existe uma dimensão ótima, ao nível do sentido: se a unidade de contexto for demasiado pequena ou demasiado grande, já não se encontra adaptada; também aqui são determinantes, quer o tipo de material, quer o quadro teórico. (Bardin, 1977, p. 108)

Seguindo as regras da Bardin, de enumeração, a presença (ou ausência) dos temas será transformada em unidade de registro. Retornamos aos dados, agora buscando presença (ou ausência), procurando o que cada participante havia explicitado em cada um dos procedimentos metodológicos, agora agrupados. Percebemos, nesse momento, que seria possível fazer alguns reagrupamentos, procurando as confluências e as disparidades nos temas e assim pudemos, constituir 3 eixos temáticos apresentados na Tabela 3.

Os eixos temáticos foram compostos pelos temas iniciais, reagrupados posteriormente, uma vez que percebemos confluência entre eles:

- Perfil do pesquisador;
- Campo de pesquisa;
- Ética, na prática do pesquisador.

Tabela 2 – Eixos Temáticos e Temas Iniciais levantados no início do *corpus*

Eixo Temático:	Temas Iniciais
Perfil do pesquisador	Gênero Idade Graduação/ Universidade Titulação Programa e Universidade/ Estado, em que defendeu a dissertação ou tese, ou está cursando Linha de pesquisa Grupo de pesquisa Bolsista
Campo de pesquisa	Natureza da instituição que realizou a pesquisa. Porque da escolha. Sujeitos da pesquisa Local de contato Quantidade de crianças participantes Metodologia/instrumento Método de registro das observações. Se houve análise do material produzido. Se sim, qual método utilizado. Houve adaptação quanto a aplicação da metodologia (estratégia)
Ética na prática do pesquisador.	Consentimento/ Assentimento Privacidade Realizou estudo antes de ir a campo Devolutiva Alteridade Grau de contato Se passou pelo Comitê de ética Coautoria

Fonte: elaborada pela autora.

6.2 Pré-Análise

Trata-se de uma fase de organização dos dados visando identificar futuras categorias

temáticas. O *corpus* foi formado com as respostas de oito questionários e de quatro entrevistas, numeradas, respectivamente, como Q1 a Q8 e E1 a E4 , a fim de garantir a identificação dos participantes e a preservação do anonimato.

Optou-se por ouvi-los, considerando que a pesquisa não busca apenas dados, mas busca pelos sentidos atribuídos pelos pesquisadores às crianças envolvidas. Permite captar suas intenções, valores e perspectivas. O diálogo com os participantes pesquisadores evidenciou como refletem sobre a própria prática investigativa, mostrando limites, dificuldades, possibilidades e até contradições. Escutá-los também foi um gesto de reconhecimento da autoria e da singularidade de cada pesquisa, respeitando o princípio da alteridade e o da necessidade de não falar pelo outro, mas com o outro. O contato direto com os pesquisadores permitiu compreender o contexto real em que estão inseridos os pesquisadores com suas pesquisas e as crianças.

6.3 Exploração do Material

Com a intenção de compreender como os pesquisadores percebem e experienciam a ética em suas práticas investigativas, a análise buscou explorar não apenas a aplicabilidade de princípios e normas já consolidados na literatura, mas também os caminhos reflexivos que orientaram para uma ética mais situada, relacional e sensível às crianças. Assim, o foco voltou-se para as relações entre o referencial teórico-metodológico assumido e as experiências concretas narradas no campo, mostrando como esses elementos moldam modos de pensar e agir eticamente na pesquisa.

A etapa corresponde à exploração do material, momento em que se procedeu à codificação e categorização dos dados. As categorias de análise foram constituídas a partir de dois movimentos complementares: categorias a priori, construídas com base no estado do conhecimento levantado previamente: consentimento/assentimento, devolutiva, privacidade, grau de contato, ética reflexiva, alteridade, coautoria, ética do cuidado; e categorias à posteriori, identificadas da leitura das respostas e dos questionários e entrevistas: perfil do pesquisador, o campo da pesquisa, ética na prática do pesquisador.

Cada trecho identificado foi classificado de acordo com essas categorias, compondo um quadro de análise que permitiu visualizar tanto convergências quanto singularidades nas respostas de entrevistas e questionários. Por fim, na etapa de tratamento dos resultados e interpretação, as categorias foram organizadas em quadros-síntese:

Tabela 3 – Categorias e subcategorias

Eixos temáticos	Categoria de análise	Subcategorias
Perfil do Pesquisador	Características gerais dos participantes/ pesquisador	Idade Formação acadêmica Instituição de origem Tempo de experiência
Campo de Pesquisa	Onde e como aconteceram as pesquisas	Natureza da Instituição Apresentam as crianças como interlocutoras. Aspectos sobre a instituição. Metodologia Instrumento. Sujeitos participantes Privacidade (sigilo, anonimato) Devolutiva: compartilhamento em linguagem acessível, ajustes a partir do feedback
Ética na prática do pesquisador	Postura do pesquisador	Ética reflexiva: reflexão à própria posição, decisão, ajustes de percurso, decisão consciente sobre a coleta.
	Consentimento/ Assentimento	Comitê de ética Autorização formal - consentimento - TCLE Assentimento - TCLA Participação voluntária.
	Alteridade Responsabilidade Assimétrica Reconhecimento da criança como Outro, respeitando sua singularidade e limites	Escuta sensível, respeito a sinais verbais/não verbais, proteção de vulnerabilidades. Respeito às linguagens infantis (brincar, desenhar, narrar)
	Coautoria	Escolha de materiais, temas, negociação, que viabilizam a escuta Visibilidade Participação efetiva da criança na produção de conhecimento
	Ética do Cuidado Sensibilidade às necessidades concretas e prevenção de danos	Adaptações de tempo, espaço, ritmo Cuidado emocional Acolhimento

Fonte: elaborada pela autora

6.4 Tratamento dos Resultados

Este procedimento possibilitou compreender a presença e/ou ausência nas respostas das entrevistas e dos questionários dos temas iniciais levantados, as singularidades que emergiram de experiências específicas e, ainda, as contradições que revelaram a complexidade do tema. Ao articular as evidências empíricas às discussões teóricas, a autonomia das crianças em diálogo com Hoyuelos (2021), o consentimento e assentimento com Kramer e Pena (2019) e a alteridade com Guareschi (1998), foi possível elaborar uma interpretação crítica e situada sobre os aspectos éticos que atravessam a pesquisa com crianças pequenas.

6.4.1 Perfil do pesquisador/participante

O que se extraiu dos resultados sobre as características gerais dos participantes/pesquisadores foi reorganizado na forma de categoria a ser analisada. Assim, extraímos dos questionários e entrevistas as principais informações contidas nas mensagens e transformamos na tabela abaixo.

Tabela 4 – Perfil dos Participantes/Pesquisadores: quanto à sua formação

Participante/ Pesquisador	Idade	Graduação/ Universidade	Titulação/ Programa de stricto Sensu e Linha de Pesquisa- LP Grupo de pesquisa -GP	Bolsista
Q1	42	Pedagogia/ Universidade de São Paulo	Mestre em educação/ Pontifícia Católica de São Paulo L P: Formação de Professores/ FORMEP G P: —	s/bolsa
Q2	46	Pedagogia/Falcudade Integrada Espírito Santenses	Mestre/ Programa de Pós-Graduação stricto sensu em educação pela Universidade do espírito Santo - UFES LP: Docencia, currículo e processos formativos GP: —	s/bolsa
Q3	51	Sociologia/ London School of economics	Doutora/ Universidade do Rio de Jnaneiro - UFRJ-RJ- Professora LP: Políticas e Instituições Educacionais GP: Laboratório de pesquisa em oportunidade educacional-LAPOPE	c/CNPQ
Q4	48	Pedagogia/ Universidade de Santa Catarina	Doutora/ Universidade do Minho- Portugal LP: Sociologia da Infância GP: Nucleo de estudos e pesquisas em infância e educação infantil - Nepie/UFPR	c/ CAPES; ALBAN OFFICE, Bélgica
Q5	47	Letras/ Fundação Educacional de Fernandópolis; Pedagogia/Fa-cul-dade de Pinhais; Biologia e Educação Especial/Fa-cul-dade de Venda Nova Imigrante.	Mestre/ Programa de Pós-Graduação stricto sensu em educação pela Universidade do São Francisco-SP LP: Formação de Professores, trabalho docente e práticas educativas GP: História narrativas e subjetividades HINAS	c/ CAPES
Q6	46	Pedagogia/ Pontifícia Universidade Católica Campinas	Mestre/ Programa de Pós-Graduação stricto sensu em educação pela Universidade do São Francisco-SP LP: formação de professores, trabalho docente e práticas educativas. GP: Relações de Ensino e trabalho docente	c/ CAPES
Q7	37	Pedagogia/ Universidade São Francisco	Mestranda/ Programa de Pós-Graduação stricto sensu em educação pela Universidade do São Francisco-SP LP: Formação de Professores, trabalho	c/ CNPQ

Q8	37	Educação Física/ Escola Superior de Educação Física de Jundiaí	docente e práticas educativas GP: Relações de Ensino e trabalho docente Mestranda/ Programa de Pós-Graduação stricto sensu em educação pela Universidade do São Francisco-SP LP: Formação de Professores, trabalho docente e práticas educativas GP: Relações de Ensino e trabalho docente	c/ CAPES
Q9	47	Falculdade Integrada Espírito Santenses	Doutoranda/ PPGE em educação, Universidade do Espírito Santo - UFES LP: Docência, currículo e processos culturais GP: Conversações com as teorias pós- críticas	s/bolsa
E1	47	Letras (Portugues/Inglês)/Pont ificia Universidade Católica de Minas; Bacharel em Piano e Licenciatura de artes/ Conservatório Brasileiro de Música (Centro Universitário); Pedagogia/ Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos	Mestre em Música pelo PPGE em Música - Universidade Estadual de Campinas- Unicamp e doutoranda em Educação PPGE- Universidade São Francisco-USF LP: Ética, estética na educação GP: Grupo de estudos em ética, política e história da educação brasileira.	c/ CAPES
E2	50	Pedagogia/ USF	Mestre em educação pela PPGE em Educação - Universidade Estadual de Campinas-Unicamp e Doutora pela PPGE em Psicologia Educacional - Universidade Estadual de Campinas- Unicampem LP: Psicologia educacional GP: Relações de Ensino e trabalho docente e Laboratório de psicologia genética da Unicamp LAPEDE	s/ bolsa
E3	49	Pedagogia/ UniAnchieta	Mestre e Doutora em Educação PPGE- Universidade São Francisco/USF LP: Educação, sociedade e processos formativos GP: Grupo Colaborativo em matemática - GRUCOMAT e Histórica de formação de professores que ensinam matemática INFOPEN	c/ CAPES
E4	53	Pedagogia Universidade Estadual de Campinas	Mestre e Doutora e Pós-doc pela PPGE em Educação - Universidade Estadual de Campinas-Unicamp - Professora LP: Psicologia genética, desenvolvimento cognitivo na Teoria Piaget GP: Laboratório de psicologia genética da Unicamp LAPEDE; Núcleo de Políticas Públicas NEP Unicamp; Tecnologia na educação Infantil	s/informaç ão

Tabela 4 mostra o perfil dos pesquisadores/participantes, que possuem entre 37 e 53 anos, sendo que 4 (quatro) são mestres, 5 (cinco) são doutores, 2 (dois) mestrandos e 2 (dois) doutorandos, o que evidencia pesquisadores mais jovens, considerando que estão fazendo o mestrado, e pesquisadores mais experientes, com trajetória consolidada, com pós-doc, participantes de grupo de pesquisa, coordenação de pesquisas em larga escala, bem como professores atuantes em instituições de ensino superior, portanto a pesquisa abrange diferentes gerações de diferentes níveis acadêmicos. Observa-se na coluna da graduação o predomínio da pedagogia, sendo que 11 (onze) dos treze têm essa especialidade, mas com a presença de outras áreas: sociologia, música, letras, educação física, biologia e educação especial, o que demonstra que a pesquisa se restringe ao olhar do pedagógico.

Ainda na coluna da titulação, verifica-se que a maioria das titulações ocorreu no sudeste do país, embora 1 (um) tenha sido de nível internacional (Portugal). Não se trata de um número grande de participantes, mas a abrangência acadêmica-científica da pesquisa se revela diante da diversidade de trajetórias de participantes formados em licenciatura e bacharelado em programas renomados.

Quando nos deparamos com a coluna “Foi bolsista”, verifica-se que, do total de 13 (treze), 7 (sete) foram bolsistas, 4 (quatro) concluíram sem bolsa e 1 (um) não informou, mas os dados demonstram que, como bolsista, tiveram mais tempo para se dedicarem a suas pesquisas. O que os dados ainda revelam é que a maioria das pesquisas recebeu apoio financeiro para a realização da pesquisa.

6.4.2 Campo de Pesquisa

Os respondentes foram inquiridos a respeito do campo de pesquisa, na busca de compreender como e onde as pesquisas aconteceram. Os resultados revelam que, do total de 13 (treze) participantes, 10 (dez) realizaram pesquisas em escolas públicas, 1 (um) em escola particular e 1 (um) em instituição sem fins lucrativos. Portanto, a maioria das pesquisas analisadas aconteceu em instituições públicas. O motivo da escolha da instituição foi a atuação docente na escola ou no município.

Dos resultados obtidos, verificamos que, do total de 13 (treze), 9 (nove) apresentam a criança como interlocutora, 4 (quatro) entendem que tiveram contato indireto quando pesquisavam docentes e gestores. Os resultados revelam que a participação das crianças na pesquisa ainda precisa ser melhor explorada, para não vulgarizar sua participação. Isso porque, dependendo do conceito atribuído pelo pesquisador à condição infantil, os procedimentos teórico-metodológicos

se tornam um desafio do ponto de vista ético, moral e epistemológico.

As pesquisas revelaram que o contato com as crianças ocorreu no ambiente escolar, não necessariamente na sala de aula, mas em vários espaços, na rotina das crianças e, portanto, alternadas entre a sala de atividades, refeitório, parque e outros espaços. O que revela que a escola se constitui um território infantil por excelência, confirmando ainda a invisibilidade das crianças em outros espaços públicos. A Tabela 5 a seguir traz o levantamento de quantas crianças e idades participaram das pesquisas analisadas.

Tabela 5 – Levantamento do número de crianças/idades envolvidas nas pesquisas dos participantes.

Participante/ pesquisador	Número e idade das crianças participantes da pesquisas
Q1	16 - Contemplei todas as professoras polivalentes da Educação Infantil (25 a 35 anos). Não houve critério, optei pela análise do grupo todo.
Q2	A minha pesquisa de mestrado remete à eleição direta de diretores escolares.
Q3	Foram diversas pesquisas com esta faixa etária desenvolvidas entre 2016 e 2022, utilizando os mesmos instrumentos (adaptação do PIPS e questionários contextuais). Aproximadamente 8000 crianças participaram do estudo. O foco foram crianças que frequentam a pré-escola (4 e 5 anos). O critério de seleção era sempre aleatório (sorteio), de escolas ou de crianças dentro da escola. A intenção era ter uma amostra probabilística que nos permitisse fazer inferências para as redes participantes dos estudos.
Q4	15 bebês. No começo da pesquisa, a bebê mais nova tinha 5 meses e, ao final, as mais velhas tinham 2 anos e 8 meses. O critério principal era que fossem bebês, tendo em vista o objeto de análise, as ações e relações sociais dos/as bebês no contexto da creche. Como todas as famílias autorizaram a participação, a consideração se observava e registrava determinadas situações no cotidiano, era decorrente do aceite a cada dia de cada bebê.
Q5	Não entrevistei crianças.
Q6	20 crianças, faixa etária de 4 a 6 anos. Não houve critérios, pois as crianças eram meus alunos e na sala tinha uma criança de quatro anos e sete meses com Transtorno do Espectro Autista.
Q7	Não trabalhei diretamente com as crianças, foram 6 professores que trabalhavam com a faixa etária de 0 a 5 anos e como critério, selecionei 3 que trabalhavam com crianças de 0 a 3 e 3 que trabalhavam com crianças de 4 a 5 de diferentes tempos de carreira.
Q8	Participaram 7 crianças com idades entre 3 e 6 anos diagnosticadas com TEA.
Q9	50 bebês de 6 meses a 2 anos
E1	24 crianças.
E2	Salas inteiras de 0 a 3 anos, 4 anos
E3	Salas de 4 a 5 anos.
E4	3 escolas, média de 1.200 crianças.

Fonte: elaboração própria.

Nas pesquisas analisadas, a faixa etária constituiu o principal critério de seleção das crianças participantes, indicando uma organização do campo ainda fortemente estruturada por marcadores cronológicos. Observou-se, contudo, uma diferença significativa quanto à forma de aproximação: enquanto alguns estudos estabeleceram contato direto com as crianças (Q3, Q4, Q6, Q8, E1, E2, E3, E4), outros se realizaram de modo indireto (Q1, Q2, Q5, Q7). Essa

distinção não é meramente metodológica, mas revela concepções distintas de participação infantil. Pesquisas com contato direto tendem a reconhecer a criança como interlocutora e produtora de sentidos, ao passo que aquelas de contato indireto podem indicar mediações adultocentradas, redefinindo os limites da escuta e da agência infantil. Assim, evidenciam-se diferentes modos de lidar com a alteridade, bem como distintas formas de proteção, representação e escuta.

No que se refere às amostragens, identificaram-se pesquisas com grandes grupos participantes (Q3, E4) e outras com número reduzido de crianças (Q8, Q4). As primeiras sugerem maior aproximação a perspectivas de generalização ou tratamento estatístico dos dados; as segundas favorecem aprofundamento qualitativo, com maior imersão no cotidiano e na singularidade das experiências infantis. Entretanto, essa proximidade também pode intensificar o risco de exposição individual, tensionando o equilíbrio entre visibilidade e proteção. Desse modo, o tamanho da amostra não se configura apenas como decisão técnica, mas como escolha ético-epistemológica que incide diretamente sobre os modos de participação e reconhecimento das crianças na pesquisa.

Para avaliar a pertinência para as crianças das pesquisas, buscamos, nos objetivos, avaliar se as crianças estiveram no centro das pesquisas ou com foco indireto.

Tabela 6 – Objetivos das pesquisas dos participantes

Participante/ Pesquisador	Objetivo da pesquisa quanto à observação de acordo com a resposta do participante/pesquisador
Q1	Compreender como as gestoras escolares perceberam e atuaram durante a pandemia no que se refere à relação das ações desenvolvidas no cotidiano da educação infantil. Objetivo geral: Analisar as contribuições do registro reflexivo para o desenvolvimento profissional das professoras da Educação Infantil. Objetivos específicos: refletir sobre como o registro reflexivo pode ser propulsor de possíveis mudanças, na prática, docente. Analisar o conteúdo dos registros produzidos pelas professoras. Compreender se o registro reflexivo é uma estratégia de ressignificação.
Q2	Analisar a implementação da eleição direta para diretores Escolares em Vitória.
Q3	Compreender fatores escolares e extraescolares Associados ao desenvolvimento das crianças na pré-escola/início da escolarização. Para os estudos realizados entre 2020 a 2022, compreender os efeitos da pandemia no desenvolvimento das crianças na pré-escola.
Q4	Os objetivos centraram-se, de modo geral, em conhecer a Ação social dos bebês no contexto da creche, tendo especificamente a preocupação em identificar a recorrência e o modo como ocorrem tais ações sociais.
Q5	Compreender como as gestoras escolares perceberam e Atuaram durante a pandemia, que se refere à relação das ações desenvolvidas no cotidiano da educação infantil.
Q6	Objetivo geral: Investigar as possibilidades de brincar de Uma criança com autismo no ambiente da Educação Infantil. Objetivos específicos: identificar estratégias pedagógicas que contribuam para a brincadeira da criança com autismo na Educação Infantil; investigar modos de interação da criança com os pares e a professora durante a atividade de brincadeira.

Q7	O estudo teve como objetivo geral compreender o papel atribuído pelas professoras da educação infantil à brincadeira para o desenvolvimento da criança e, especificamente, identificar como elas interpretam o seu papel na brincadeira em contexto escolar; indícios de como a brincadeira é planejada e trabalhada e como a brincadeira perpassa por suas trajetórias formativas.
Q8	Compreender, nas relações de ensino, condições e possibilidade de participação das crianças com autismo nas aulas de educação física. Específico: identificar as ações da professora para inserir as crianças nas atividades e analisar os sentidos que uma professora de educação física atribui às suas práticas com elas.
Q9	Problematizar os processos inventivos dos bebês, evidenciando fluxos curriculares rizomórficos, por meio de múltiplas enunciações escritas e imagéticas a esse coletivo.
E1	O objetivo é observar como as crianças se apropriam da Linguagem da música.
E2	Analisar, avaliar as contribuições do espaço educativo Para as crianças e o trabalho do professor.
E3	Analisar o processo de elaboração conceitual do tempo Com as crianças.
E4	Alteração do espaço, designer escolar (designer participativo).

Fonte: elaborado pela autora.

Como é possível observar no tabela acima, 6 (seis) pesquisas têm a criança como centro da pesquisa (Q3, Q4, Q6, Q9, E1 e E3), enquanto 7 (sete) têm foco indireto na criança, foco na gestão escolar, professores, políticas (Q1, Q2, Q5, Q7, Q8, E2 e E4). As pesquisas apresentam relevância social, pedagógica e científica no campo da educação infantil, gerando benefícios que superam os riscos da participação das crianças. Os dados vão em consonância com os referenciais teóricos, uma vez que apontam para uma mudança da compreensão da infância, que vê agora a criança como ator social e produtora de cultura. Para as análises seguintes, usaremos a tabela 7, abaixo relacionada, buscando compreender quais as metodologias e instrumentos empregados pelos pesquisadores em campo.

Tabela 8 - Estratégias metodológicas presentes nas pesquisas dos participantes.

Participante /pesquisador	Metodologia/Instrumento	Método de registro das observações.
Q1	Apresento meu percurso reflexivo, utilizando-me do Biograma. Abordagem qualitativa: considerar variáveis que interagem simultaneamente, “no esforço de elaborar conhecimentos sobre aspectos da realidade que deverão servir para a composição de soluções propostas aos seus problemas”. Ludke e André (2013, p. 2). A referida abordagem foi escolhida por várias razões, dentre as quais: pelos dados serem predominantemente escritos; pelo processo requerer relevância para a realidade específica; pelo fato de o significado dos registros ser pontos a se analisar e, por fim, pela preocupação em retratá-los sob a perspectiva dos depoentes.	Anotações
Q2	Pesquisa histórico-bibliográfica	
Q3	Os estudos realizados sempre tinham um desenho longitudinal e, portanto, envolviam ao menos duas medidas do desenvolvimento das crianças ao longo do tempo (um ano letivo). Utilizamos em todos os estudos uma adaptação do instrumento PIPS (https://www.durham.ac.uk/departments/academic/education/research-and-impact/news/ipips-project/), instrumento desenvolvido por professores da Universidade de Durham. Assinamos acordo de	respostas das crianças, anotações e gravações de vídeo (para observação da sala).

	cooperação com a referida universidade para adaptação e uso do instrumento para pesquisa. Utilizamos este instrumento por ser utilizado por diversos países, e para participar de uma rede internacional. ”	
Q4	Observação participante, com registro em caderno de campo, fotos e videogravação.	Observação participante, com registro em caderno de campo, fotos e videogravação.
Q5	A abordagem da minha pesquisa é qualitativa e utiliza a entrevista narrativa como dispositivo de produção de dados. Escolhi a entrevista narrativa porque ela permite que os participantes compartilhem suas histórias pessoais de maneira detalhada e contextualizada.	Gravações de áudio.
Q6		Videogravação, fotografias
	A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa, da própria prática, orientada pela perspectiva histórico-cultural (Vigotski). Os instrumentos utilizados foram videogravação por meio de celular e as narrativas produzidas por mim (professora-pesquisadora).	e as narrativas de aula produzidas por mim, a professora-pesquisadora. As filmagens foram feitas com meu celular pessoal.
Q7	A pesquisa teve como aporte teórico-metodológico a teoria histórico-cultural, com apoio nos estudos de Vigotski, e o instrumento utilizado foram entrevistas semiestruturadas.	Gravações de áudio pelo Zoom, transcrição pelo sistema <i>Word</i> .
Q8	Pesquisa qualitativa da própria prática	Anotações e áudios enviados para o próprio <i>WhatsApp</i> .
Q9	Cartografia, pois se dá da produção de dados durante o processo.	Diário de campo, filmagem e fotos
E1	Documentação pedagógica, participação, ação Não é um processo linear. As cem linguagens de Loris Mallaguzzi, processo de escuta das crianças, de seus interesses, ouvir, hipóteses. Dessa interação, vai desenhando um caminho. Pode ser registro de imagens, gravação da fala, fotografia e questionário aos professores	Fotografia, registro escrito, gravação por voz
E2	Observação; Observação participativa, porque estava inserida no contexto interagindo com as crianças.	Diário de campo
E3	Eu usei a metodologia, eu fiz gravação. Áudio gravação. E também registro com as crianças por meio de desenho, um registro de cartazes, calendário escrito, desenho escrito do número.	Registro de desenho das crianças, registro escrito.
E4	Desenho participativo, práticas democráticas, de escuta da comunidade escolar, para redesenhar os espaços, projeto de designer educativo. Utilização do Brainstorm: “tempestade de ideias”, técnica de geração de ideias, é livre criativo.	Método de escuta, exteriorizado em formação de professores

Fonte: elaborado pela autora.

Extraiu-se dos dados que as pesquisas são qualitativas, porque buscam compreender sentidos, contextos e experiências de vida, pois olham para as narrativas, interações e significados construídos no cotidiano. As estratégias aplicadas: biograma (Q1), pesquisa histórico-bibliográfica (Q2), desenho longitudinal (Q3), observação participante (Q4), entrevistas narrativas (Q5), pesquisa qualitativa da própria prática (Q6), entrevistas semiestruturadas (Q7), pesquisa qualitativa da própria prática (Q8), cartografia (Q9), documentação pedagógica (E1), observação participante (E2), observação participante (E3), desenho participativo (E4).

Das pesquisas que têm a criança como centro (Q3, Q4, Q6, Q9, E1 e E3), houve adequação dos procedimentos a fim de se aproximar das crianças, que permitiam que as crianças se expressassem da forma que queriam, percebendo que houve respeito e escuta,

e as crianças produziram culturas em diferentes contextos. Quanto aos instrumentos utilizados para o registro em campo, verifica-se um maior movimento para permitir que a parceria ocorra entre o pesquisador e a criança. A observação participante, as fotos, videogravação, gravações de áudio, registro de desenho das crianças mostram que o pesquisador se alinha a seus objetivos na investigação, pois tenta se colocar na perspectiva da criança, conforme se verificou nas falas dos participantes/pesquisadores:

Q3 “Sim, com adaptação em forma lúdica, colorida, por meio de jogos, de fácil compreensão.”

Q6 “Sim, em todas as situações, rotinas, cotidiano escolar, em todos os momentos.”

Q9 “Sim, participe do processo e das relações.”

E1 “A documentação pedagógica dá essa abertura, estar aberto porque não se sabe o que vai acontecer.”

E3 “Sim, linguagem do desenho”.

E4 “Pelo método, já se considera a criança.”

A dimensão da estética nas infâncias, que se faz presente na arte, foi verificada nas falas dos pesquisadores (E1, E2, E3 e E4). E1, quando se aproxima das crianças por meio da música, e E3, por meio da construção da máquina do tempo, que construiu uma linda ligação com as crianças e conseguiu fazer um lindo trabalho sobre tempo, comprovando que a arte esteve presente em seu trabalho. E2 e E4 também comprovam a dimensão estética nos seus trabalhos, pois os dois tiveram produtos finais, projetos de transformação da estética dos espaços das instituições onde realizaram as pesquisas, portanto foram de encontro aos referenciais teóricos, Malaguzzi (2021) com as práticas do ateliê e Derdeck (2025), que traz a arte como fonte e potência de subjetividades genuínas e de linguagem expressiva, presentes em todas as atividades humanas.

Tabela 8 – Estratégias de análise das pesquisas dos participantes

Participante /pesquisador	Metodologia/Instrumento
Q1	A análise do conteúdo foi pautada na unidade de registro, ou seja, os segmentos específicos do conteúdo foram tratados por meio da construção de categorias, elaboradas a partir de um procedimento indutivo. Em seguida, foram estabelecidas relações entre as categorias e a fundamentação teórica. Toda a sequência metodológica teve como norteadora implícita a compreensão de tais relações e novas inferências nesse contexto. Dessa forma, busquei traçar novos caminhos de atuação da Coordenação para com o corpo docente.
Q2	
Q3	As análises das observações de sala foram feitas a partir de protocolos de observação/pontuação, por exemplo: CLASS, ECERS... Os dados coletados com as crianças e com os questionários dos professores foram analisados utilizando principalmente metodologia quantitativa (análises descritivas, correlações, modelos de regressão linear, modelos de valor agregado, modelos de regressão multinível, entre outros).
Q4	
Q5	A análise foi realizada posteriormente por meio da análise microgenética. Consiste em um método que prioriza os detalhes, as minúcias das videogravações. Em casa, realizei as transcrições das filmagens. Após várias assistidas, teve momentos em que tinha que voltar várias vezes no vídeo

para entender não apenas a fala e o gesto, mas o contexto, as reações das crianças e do menino com TEA, os olhares. Foi um trabalho muito rico, apesar de muito, mas muito trabalho mesmo. Teve dias em que pedia licença ao meu esposo e ia dormir às duas, três da manhã e, em outros, amanhecia o dia e estava eu lá no outro quarto realizando as transcrições, as análises a partir da Perspectiva Histórico-Cultural. Por outro lado, aprendi muito, acho que me tornei ainda mais sensível com esta pesquisa... foi árduo, mas foi muito gratificante. Eu acho que é por isso que não aceito muito quando algumas pessoas utilizam a inteligência artificial para transcrever... Foi muito boa a análise dos dados, porque vivenciei, experienciei junto com os pequenos e todo conhecimento produzido me fazia refletir.

Q6	Fiz a análise temática: imersão nos dados: li e reli as anotações de observação, tentando compreender o contexto e a dinâmica do que foi observado; identificação de temas: extrai temas centrais que se repetem ou surgem como relevantes, sem perder de vista o contexto de cada situação observada; codificação e agrupamento: agrupei e categorizei os dados conforme esses temas, organizando-os em uma estrutura coerente; interpretação: refleti sobre os significados desses temas no contexto da pesquisa e como eles se relacionam com outros dados qualitativos, como as entrevistas.
Q7	Análise de núcleo de significados
Q8	Não fez ainda
Q9	Os dados foram produzidos
E1	Pretende realizar análise de conteúdo
E2	Análise qualitativa
E3	
E4	Implementação do projeto

Fonte: elaborado pela autora.

Nota-se que as pesquisas são experiências singulares, espaços, tempos e relações diferentes. Assim, as análises, quando realizadas (Q1, Q3, Q5, Q6, Q7, E2), também foram distintas, porém mostram um movimento dos pesquisadores para um posicionamento mais reflexivo, não se limitando a uma técnica. Contudo, a partir das falas das entrevistas e das respostas dos questionários, notamos ausente postura interpretativa dialógica, ou seja, ausência da presença da criança analisando e produzindo significados com o pesquisador. A alteridade ainda não é plenamente compreendida pelos participantes.

Essa ausência de corresponsabilidade também foi notada quando os pesquisadores/participantes foram questionados quanto ao seu papel diante da criança. Dos 13 (treze) participantes, apenas (Q5, Q6, P4) expressaram-se como mediadores dos sentidos atribuídos pelas crianças, embora todos reconheçam a assimetria natural entre adulto e criança, mas sem transformar isso em relação de poder.

Q5: “Alguém que não está apenas observando, mas criando um ambiente seguro, acolhedor e respeitoso para a criança se expressar”.

Q6: “Eu apenas não observei, mas participei junto”. E4: “Interlocutor do protagonismo infantil”.

6.4.3 Ética, na prática do pesquisador

Muitos são os desafios éticos durante o trabalho de campo, tendo em vista que esse

processo é vivo, que acontece nas relações entre os sujeitos envolvidos, de uma organização e de uma estrutura dinâmica e flexível, capaz de gerar em si mesma uma relação com o mundo lá fora; portanto, ultrapassa os limites pré-estabelecidos. Nessa seção, investigaremos a prática do pesquisador, sua técnica, sua postura reflexiva e a relação construída por eles em campo com crianças.

Primeiramente, verificamos quanto à autonomia (consentimento/assentimento), respeito à liberdade de escolha das crianças em participar da pesquisa, se foram ouvidas das crianças sobre seu interesse em participar. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/Conep) são instrumentos previstos nas Resoluções n. 510 (BRASIL, 2016) sendo garantias do comprometimento ético do pesquisador em pesquisas com crianças. Das análises realizadas das pesquisas que tiveram a criança como centro da pesquisa (Q3, Q4, Q6, Q9, E1, E3), apenas a Q4 não passou pelo Comitê de Ética. Segundo o pesquisador, no ano de 2000, a universidade à qual pertencia não tinha orientação quanto a este encaminhamento e, em Portugal, no doutoramento no ano de 2007, a autorização do estudo acontecia na própria congregação do centro de estudos. Todas pediram o consentimento dos responsáveis e 3 (três) pegaram o assentimento com as crianças.

Q3: “ouve gravação do consentimento oral das crianças”

E1: “Em conversa individual com as crianças, escutar seus desejos. Cada criança tem seu jeitinho muito particular de dizer que quer participar.”

E3: “Em diálogo na roda de conversa, foram propostas as crianças como uma brincadeira.”

Das pesquisas com foco indireto na criança (Q1, Q2, Q5, Q7, Q8, E2, E4), apenas 2 (duas) (Q8, Q9) pegaram o consentimento com os responsáveis. Considerando que o TALE é uma demanda legal e refere-se à forma de comunicação da pesquisa às crianças acima dos 3 anos de idade, a qual deve respeitar suas especificidades, como não estarem ainda alfabetizadas. A confirmação de aceite das crianças por meio do TALE não exige o pesquisador de manter o contínuo processo de negociação com elas durante o trabalho de campo. Notou-se uma mudança no comprometimento dos pesquisadores, que vêm se adequando às práticas numa tentativa de melhor adequar-se às disparidades.

Quando abordamos a autonomia das crianças, compreendida como Malaguzzi: “As cem linguagens das crianças, colhidas na exposição — implícitas, explícitas ou narradas — têm a virtude de conseguir que escutemos e vejamos o mundo um pouco, como diz Francesco Tonucci, “com os olhos da criança” (2021, p. 382). Portanto, buscamos compreender se as palavras, os desejos, foram acolhidos no campo da pesquisa. Também damos abertura para

outra reflexão quanto à alteridade estabelecida dessas relações que surgem nos momentos de troca. Conforme citado anteriormente, na perspectiva de Guareschi (1998), que entende que só há ética se existe alteridade, e esta não significa colocar-se no lugar de outrem, mas produzir relação a partir das diferenças. O rosto de outrem revela-se através da palavra. Portanto, o encontro entre duas pessoas apresenta-se como a possibilidade de tecer uma relação ética e inaugura a humanidade do ser humano. E, como Hoyuelos (2021, p. 387), para Malaguzzi, a alteridade se revela no respeito, na dignidade da criança de sentir-se escutada e apreciada sem julgamentos, desvelando a variabilidade do ser humano.

Extraiu-se das pesquisas que tiveram a criança como centro da pesquisa (Q3, Q4, Q6, Q9, E1, E3) uma abertura do pesquisador para o diálogo (formas de comunicação), escuta sem julgamento:

Q3: “No protocolo, indicamos uma conversa inicial com as crianças, para que se estivessem à vontade.”

Q6: Sim, apenas da criança com TEA se comunicar apenas com gestos e poucos sons orais, foi possível estabelecer diálogo de interação, mediação docente e das outras crianças.

Q9: Sim, para ter intimidade e confiança na relação estabelecida.” E3: “Estabelece confiança”.

Isso demonstra a valorização da escuta sensível das narrativas, colocando a linguagem como centro do processo metodológico como fenômeno social (Kramer, p. 227, 2019). Porém, esse recorte também evidenciou que a vulnerabilidade prevista em legislação ainda causa nos pesquisadores certa preocupação, que afeta de certa forma seu comportamento, que se submetem às exigências mais burocráticas do sistema, buscam proteger e afirmar a capacidade das crianças como sujeito de direitos, porém sem lhes dar o protagonismo revelador. Essa ausência do protagonismo infantil ainda foi notada nos espaços escolares, porque os pesquisadores/participantes foram questionados sobre o local da aplicação do instrumento da pesquisa. Se haviam notado vestígios das crianças. Dos resultados, nenhum participante demonstrou ter encontrado uma abordagem ética que prioriza as crianças, valorizando suas histórias e conhecimentos, sem modelos pré-estabelecidos.

Ainda buscamos compreender como foram as devoluções dos resultados, considerando que se trata de importante momento de troca, diálogo, partilha e, principalmente, de respeito. Assim, verificamos se houve o retorno àqueles que participaram da pesquisa, em honra ao autor. Verificar como as crianças foram compreendidas no processo de elaboração, foram apenas usadas? Foram coautoras no processo de elaboração? Garantiu transparência, reciprocidade, descaso ou omissão? Para tentar extrair o máximo de informações, na tabela 9, apresentamos

relatos da trajetória compartilhada.

Tabela 9 – Análise da devolutiva empregada pelos participantes e verificação da compreensão da cooparticipação por parte criança

Participante /pesquisador	Houve devolutiva?	Houve contribuição por parte das crianças (cooparticipantes) na produção dos resultados?
Q1	Sim, após a finalização da pesquisa, compartilhei com as professoras as categorias observadas: com base nos dados coletados, elenquei seis categorias de análise, a saber: A questão das relações; as potencialidades da criança; os momentos de encantamento com a docência; sentimentos de competência e incompetência; angústia no tempo e no espaço da prática pedagógica e A questão da pessoa e da professora.	
Q2	Não respondeu	
Q3	Realizamos devolutiva para as redes e para as O principal foco do estudo, e o que o tornava escolas (diretoras, coordenadoras pedagógicas e professores) em reuniões semanais em formato de workshop.	original, foi a coleta de dados com as crianças. Portanto, podemos dizer que a participação das crianças era mais importante que a dos adultos. A interpretação e análise dos dados foram realizadas pelos pesquisadores envolvidos no estudo, e não pelos sujeitos da pesquisa. Mesmo que tenhamos discutido os resultados com as escolas participantes, a autoria da pesquisa foi dos pesquisadores envolvidos.
Q4		
Q5	Sim, o retorno ao campo com os resultados da pesquisa é uma etapa importante em muitas contribuíram muito!! A autoria da pesquisa pesquisas qualitativas, especialmente quando se ficou, ao meu ver, um emaranhado de trata de garantir que os participantes protagonismos e de autorias: infantil e da compreendam os resultados e, quando aplicável, professora-pesquisadora, com percepções, possam dar feedback ou até mesmo validar os vivências, experiências, conhecimento	produzido, mediações, participações, interações, falas, balbucios, gestos e propostas de brincadeiras infantis, imaginações, encantamento, carinho, consideração, respeito, emoções, alegrias, humanidade, ética e, como não pode faltar quando se fala em educação infantil: ACOLHIMENTO e AFETIVIDADE! A participação das crianças na Educação Infantil são pesquisas, a todo instante, e até nos dias atuais, sou surpreendida... Acredito que a pesquisa está pronta; é apenas questão de um olhar humano, minucioso e respeitoso com as crianças. E é claro um olhar ético, acolhendo cada criança e família com respeito e tendo sempre um compromisso em utilizar nas pesquisas o TCLE para a Comissão de Ética.
Q6	Mudei para uma escola próxima da minha casa, dentro da própria rede municipal, via remoção no ano de 2024 (ano da minha defesa de mestrado). No entanto, apresentei para os responsáveis da minha turma de crianças, em reunião no final do	
	ano, o sucesso da pesquisa e enfatizei meus	

	agradecimentos. Eu apresentava também, no decorrer da pesquisa, fotos, vídeos, produções das crianças no projeto desenvolvido com a turma, o qual fazia parte da pesquisa. No ano seguinte, das 20 crianças, apenas quatro crianças iriam continuar na escola; as demais, inclusive a criança com TEA, passariam a frequentar o ano seguinte, o primeiro ano do Ensino Fundamental, em outras escolas. Mas não retornei para a rede de ensino ou toda a escola, apenas para os responsáveis das crianças que participaram da pesquisa.	
Q7	Pretende voltar.	
Q8		
Q9	Sim, em reunião com as famílias e profissionais da escola.	Sim. A pesquisa é toda escrita na primeira pessoa do plural, juntos ficando essa multiplicidade.
E1	A própria documentação pedagógica já é a devolutiva, é uma obra de arte, esteticamente pensada, as imagens selecionadas....	
E2	Fez para a direção e professores, diante da parceria estabelecida, os resultados serviriam para se repensar o ambiente educativo.	
E3	Criei um livro, “meu livro do tempo”, para cada criança.	
E4	A partir da prática, mudar os espaços, então foi elaborado um documento e encaminhado para o reitor.	

Fonte: elaborado pela autora.

Das pesquisas que tiveram a criança como centro da pesquisa (Q3, Q4, Q6, Q9, E1, E3), apenas a E3 realizou uma devolutiva direta, respeitando a figura da criança, adequando a prática da devolutiva em linguagem acessível e lúdica. Isso revela ainda uma fragilidade ética nas pesquisas, que contribui para a invisibilidade das crianças participantes, os dados são usados sem reconhecimento da coautora. Essa compreensão parte do que afirma: “participar significa sentir-se protagonista dos acontecimentos presentes e futuros e responsável por eles“. (Hoyuelos, p. 391, 2021). Do exposto, extraiu-se ainda que as pesquisas E2 e E4 realizaram a devolução por meio de documento destinado às instituições, com contribuições, recomendações, sugestões dirigidas às crianças; portanto, houve um respeito pelos dados gerados, afetando positivamente as crianças envolvidas. Das pesquisas que não possuem foco na criança (Q1, Q3, Q5, Q6, Q9, E2, E4), os resultados foram devolvidos de forma indireta, por meio de escrita de relatório, apresentação de workshop ou documentos. Mas, quando os pesquisadores/participantes foram questionados sobre a coparticipação (Q3, Q5, Q9, P1 e P3), estes colocam como voz da criança ecoam nas pesquisas, por meio das suas falas, linguagens, pensamentos, cultura e seus valores, contudo, esses não são compatíveis com os registrados nas pesquisas, colaborando para a invisibilidade das crianças.

Quanto aos aspectos relacionados à reflexividade, compreende-se que pensar a ética no

campo da educação, especialmente na educação infantil, implica ultrapassar dimensões meramente burocráticas. Trata-se de assumir a ética como responsabilidade permanente ao longo de todo o processo investigativo, desde a entrada no campo, passando pela qualidade das práticas desenvolvidas, até a devolutiva dos resultados. Nessa perspectiva, o compromisso ético não se restringe ao cumprimento de normas, mas se orienta, sobretudo, pela responsabilidade com as crianças e com os efeitos produzidos pela pesquisa em suas vidas.

Analisaremos a seguir, o cuidado do pesquisador, fundamental para garantir o conforto, a segurança e a efetiva participação da criança no campo da pesquisa em educação. Assim, os pesquisadores foram questionados se realizaram algum estudo específico quanto à metodologia antes de ir a campo? Houve um planejamento ou estratégia que utilizou com as crianças para garantir conforto e segurança? Os resultados estão organizados na tabela 10, abaixo.

Tabela 10 – Análise das respostas dos participantes sobre a compreensão Ética

Participante /pesquisador	Emprego de estudo específico para entrada em campo com crianças	Planejamento e estratégia empregada para garantir a participação da criança
Q1		Sim
Q2		
Q3	Realizamos pré de todos os instrumentos Protocolos rigorosos de entrada na escola, utilizados em campo. Além disso, os reforçados no treinamento dos pesquisadores, instrumentos utilizados já haviam sido conversa inicial com as crianças (quebra de gelo), amplamente utilizados em outros países e apoio das professoras e feedback positivo durante tivemos acesso aos protocolos de uso do instrumento.	as atividades desenvolvidas com as crianças. Estratégias de recrutamento, dando preferência para estudantes de pedagogia e licenciatura.
Q4		
Q5		Como não pode faltar quando se fala em educação infantil: ACOLHIMENTO e AFETIVIDADE
Q6	Sim. Leituras de textos, dissertações e livros, principalmente textos, dissertações e livros envolvendo a brincadeira, a defectologia, a mediação semiótica, as funções psíquicas superiores, enfim textos e livros, em sua maioria, baseados na Perspectiva Histórico-Cultural (Vigotski). A maioria dos textos foi disponibilizada pela orientadora. Tive contato com os documentos oficiais tanto municipais como federais. Também utilizei as Diretrizes Curriculares da cidade em que realizei a pesquisa e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a LDB 9394/1996. Tive aulas no mestrado sobre pesquisa em educação.	Acolhimento, respeito, afetividade, roda de conversa, música, brincadeiras musicais, escuta sobre as brincadeiras, músicas que as crianças quisessem brincar, explicarem a maneira da brincadeira, mesmo que re(inventadas) por elas, desenhos produções das brincadeiras e músicas
Q7		
Q8		
Q9	Em grupo de estudos na universidade	A aproximação como professora dos bebês proporciona o reconhecimento, o respeito ao limite e aos tempos infantis
E1	Sim, o estudo da própria ferramenta da documentação pedagógica, mas não para por aí, porque o preparo é para a vida toda	Escuta, diálogo, conversa, comunicação horizontal, linguagem adequada, olho no olho, a criança é um ser humano em desenvolvimento
E2	O projeto e a qualificação do trabalho foram muito importantes	
E3	A escolha do desenho como linguagem de expressão; escolha dos instrumentos, sala com maior frequência para garantir a gravação, as narrativas como abertura; proximidade. reflexão diária, antes de ir a campo, o cuidado antes, imaginar o que iria acontecer; estar aberto para o que poderia acontecer, o que as crianças poderiam trazer de novo, mesmo eu tendo meu planejamento.	Garantir vínculo com as crianças, frequentando a sala com maior frequência para garantir a gravação, as narrativas como abertura; proximidade.
E4	Estudo específico da metodologia de designer	Mudou sua sala para dentro da escola, para conviver dentro do espaço escolar e gerar o reconhecimento e o pertencimento.

Fonte: elaborado pela autora.

Em se tratando da categoria Ética do Cuidado, nota-se que a categoria está inserida dentro da temática que, por sua vez, encontra-se empregada dentro do que se espera do

Pesquisador/Participante. O destaque é para os novos elementos que surgiram a partir da análise do *corpus*. Aspectos como acolhimento que, segundo Friedmann (2023, p. 167), “acolhimento é o ato ou efeito de acolher, receber, agasalhar, escutar, aceitar, dar refúgio...”, uma atitude que gera uma abertura para o diálogo, conceito que se funde à nossa compreensão ética em pesquisa e vai ao encontro do que o referencial teórico Hoyelos e Derdek.

Segundo A cartilha de Acolhimento nas Práticas de Produção de Saúde:

O ato de acolher é definido como “uma ação de aproximação, de ação de “estar com” ou “estar perto de”, que queremos afirmar o acolhimento como uma das diretrizes de maior relevância ética/estética/política da Política Nacional de Humanização do SUS: ética no que se refere ao compromisso com o reconhecimento do outro, na atitude de acolhê-lo em suas diferenças, suas dores, suas alegrias, seus modos de viver, sentir e estar na vida; estética porque traz para as relações e os encontros do dia a dia a invenção de estratégias que contribuem para a dignificação da vida e do viver e, assim, para a construção de nossa própria humanidade; política porque implica o compromisso coletivo de envolver-se neste “estar com”, potencializando protagonismos e vida nos diferentes encontros. (Brasil, 2010, p. 6)

Considerando o que foi exposto até aqui, verificamos que se encaixa perfeitamente no que defendemos no campo da pesquisa na educação infantil: a ética no compromisso com o reconhecimento do outro, a criança, o bebê, acolhendo suas singularidades, seus módulos únicos de viver a vida, de estar, respeitando suas fragilidades; a estética é o olhar do professor/pesquisador para compreender suas necessidades, sugerindo possibilidades de renovação, garantindo o bem-estar dos envolvimento; e político porque o espaço escolar, por meio das relações construídas, gera a valorização das singularidades e da autonomia das crianças.

Como pudemos observar nas exposições explicitadas pelos participantes/pesquisadores, o acolhimento apareceu como ética do cuidado (Q5, Q6, Q9, E1, E3 e E4). Nas suas falas, os pesquisadores exteriorizam a importância do acolhimento como elemento de aproximação fundamental, assim como o respeito, a afetividade, a brincadeira, as músicas aparecem como elemento que ligam e geram sinestesia nas experiências em campo de pesquisa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco da nossa análise incidiu, particularmente, sobre investigações qualitativas, com crianças em pesquisa de educação, explorando as concepções de criança e infância, em que a antropologia e a sociologia da infância, por meio de referências teóricas fenomenológicas, serviram de base para sustentar a concepção de criança. A transformação no olhar sobre a infância deu-se conforme a mudança nos costumes e normas que regem a vida coletiva, assim como os papéis atribuídos aos diferentes sujeitos sociais.

O que se percebeu com o estudo foi que, ao longo do tempo, esses indivíduos nem sempre foram vistos como pessoas que mereciam atenção e respeito por parte da sociedade. A fase da infância era entendida como período de transição para a vida adulta, mas assim que adquiriam algum tipo de independência, passavam a pertencer ao mundo adulto, participando da vida social e realizando tarefas diversas.

No Brasil, a colonização agravou ainda mais a situação. Além da pobreza, as crianças e adolescentes, fruto da escravidão dos povos originários e negros, mostraram-se agravantes da precariedade da exposição infantil existente no país, pois eram submetidas a funções impróprias para sua idade, trabalhos pesados, sofrendo abusos de diversas maneiras. A sociedade, no geral, pobres, trabalhavam longas jornadas para terem comida na mesa, o que acarretava o abandono das crianças em instituições públicas, visando proteger as crianças do infanticídio, com isso, tornavam-se um problema do Estado, que por sua vez, necessitava de políticas sociais e legislação específica para essa situação. A proposta do Estado era que as instituições oferecessem instrução elementar, formação cívica e capacitação profissional das crianças abandonadas. A intervenção do Estado se mostrou muito mais preocupada em corrigir desvios morais, de modo a moldar hábitos e impor vontade, do que garantir de fato dignidade e direitos.

Na linha do tempo, apenas no século XX, as características das crianças foram associadas à modernidade, esta é tida como fonte de valores como autenticidade, alegria, espontaneidade, vitalidade, sentimentos da inquietude, curiosidade e aventureiro e, junto a isso, nesse período houve o início do processo de reconhecimento internacional dos direitos humanos, com maior conscientização a respeito dos direitos individuais do homem, abrindo espaço para se chegar ao reconhecimento dos direitos da criança.

Nas últimas décadas dos s XX e início do XXI, a infância tem sido reconhecida como uma fase da vida que deve ser protegida da exposição inadequada a determinados assuntos ou

acontecimentos, bem como evitar exposição a atitudes e situações violentas. A legislação existente tem se mostrado muito mais a seu favor do que em épocas passadas.

A CF/88 demonstra uma nova visão a respeito das crianças e dos adolescentes, passando a tratá-los sob a perspectiva da cidadania, como indivíduos portadores de direitos, chegando a incluí-los na categoria de “prioridade”. O reconhecimento desses direitos e da necessidade de tratamento e cuidados diferenciados levaram à elaboração de uma lei específica que atendesse seus interesses. Essa lei foi a que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, que apontou importantes ações a serem tomadas em relação a esses indivíduos, possibilitando, inclusive, a organização de uma rede de proteção de direitos e, conseqüentemente, uma série de atitudes que deveriam ser tomadas em seu benefício.

Reconhecemos como sujeitos sociais atravessados pela complexidade e pluralidade de contextos e como produtores de cultura singular e subjetiva. São potências criativas (se constituem por meio dos sentidos) e se expressam por diversas formas de linguagens para explicitar imagens, sensações, percepções e histórias.

As concepções assumidas têm efeitos na pesquisa, em como o pesquisador propõe pesquisas com crianças. Isto posto, o objeto maior de reflexão deste trabalho refere-se a uma complexa teia de valores, princípios e normas que orientam nossas ações e decisões no decorrer da pesquisa frente ao paradigma da criança sustentada e ainda às responsabilidades assumidas, considerando que a ética por esse viés nos desafia a refletir sobre o que é justo, correto e bom, considerando o impacto de nossas escolhas sobre os outros e sobre o mundo. E, ainda, analisar se a cultura infantil vem sendo evidenciada, respeitada, valorizada e integrada à cultura de uma forma geral, considerando seus valores, suas linguagens, ritmos e regras.

A ética em pesquisa tem como fio condutor o engajamento responsável e de compromisso com o outro. Reflexão teórica da ação prática dos pesquisadores na ação do cotidiano de suas pesquisas com seus participantes. Essa reflexão teórica chama o pesquisador a questionar suas ações, portanto, nega a neutralidade científica, exigindo um posicionamento em todas as fases da pesquisa.

A visão sobre o conceito de ética da diferença está concebida nas práticas humanas inseridas na cotidianidade de suas ações sociais, no compromisso com o reconhecimento do outro, a criança, o bebê, acolhendo suas singularidades, seus modos únicos de viver, de estar, respeitando suas fragilidades. A ética, nesse contexto, não é um conjunto fixo de normas, mas um campo de experimentação contínua, em que o sujeito se constitui por meio de suas relações e afetos, em que o respeito pela alteridade e a abertura ao novo são fundamentais.

A estética é o olhar do professor/pesquisador para compreender suas necessidades,

sugerindo possibilidades de renovação, garantindo o bem-estar dos envolvidos, a ternura, o acolhimento, a afetividade. E, político, porque o espaço escolar, por meio das relações construídas, gera a valorização das singularidades e da autonomia das crianças, significa esperança do futuro. O estudo traz a perspectiva da relação dialógica para repensar a pesquisa em ciências humanas, partindo do entendimento de que as pesquisas com crianças se tratam de processos criativos, que demandam relação de confiança, acolhimento, afetividade e autonomia. A arte como potência para edificar pontes entre ser, estar, fazer e conhecer os mundos do mundo. Pode ser entendida como potencializadora de interação que ativa na criança a coragem de pensar e expressar suas intenções, percepções e sentimentos.

O estudo teórico possibilitou pensar a ética para além das questões burocráticas, mas em todos os sentidos decorrentes da pesquisa. A obra do pedagogo Malaguzzi (2016) e apresentada por Hoyuelos (2021) foi importante para compreendermos o protagonismo da criança, ou o pressuposto da variabilidade do ser humano (Malaguzzi, 2021). Quando tornamos explícitas as crianças nas relações, reconhecemos sua subjetividade pelo que ela é e não pelo que gostaríamos que ela fosse. Isso afeta as escolhas das nossas ações, métodos/instrumentos. Sob a indagação, se é possível conhecer elementos presentes nas pesquisas, que demonstram as atitudes éticas dos pesquisadores e suas preocupações?

Compreendemos que, quando a criança é visibilizada nas pesquisas em educação, gera-se no pesquisador o reconhecimento do outro e de sua alteridade como engajamento da responsabilidade em cada etapa do processo de pesquisa, desde a entrada em campo à devolutiva dos resultados e além do diálogo estabelecido. Contudo, também, por outro lado, não podemos nos esquecer que esses sujeitos estão inseridos em contextos mais amplos, sendo estes definidores de situações e enunciações vivenciadas e apresentadas por eles, casos em que se deve mais atenção do pesquisador, pois são situações atravessadas por questões de desigualdade estrutural (econômica, racial).

Quando adentramos o cotidiano dos pesquisadores, deparamo-nos com pesquisas realizadas em ambiente escolar, pesquisas em que a criança foi o centro da discussão e outras em que se tornaram foco indireto, pois estava investigando gestão escolar, professores, políticas, com contato direto e contato indireto. Diferentes instrumentos metodológicos foram utilizados: biograma (Q1), pesquisa histórico-bibliográfica (Q2), desenho longitudinal (Q3), observação participante (Q4), entrevistas narrativas (Q5), pesquisa qualitativa da própria prática (Q6), entrevistas semiestruturadas (Q7), pesquisa qualitativa da própria prática (Q8), cartografia (Q9), documentação pedagógica (E1), observação participante (E2), observação

participante (E3), desenho participativo (E4).

Das pesquisas que tiveram a criança como centro (Q3, Q4, Q6, Q9, E1 e E3), houve adequação dos procedimentos a fim de se aproximar as crianças, que permitiram que as crianças se expressassem de a forma livre, percebendo que houve respeito e escuta, e as crianças produziram culturas em diferentes contextos e possibilitaram o protagonismo infantil. Quanto aos instrumentos utilizados para o registro em campo, verifica-se um maior movimento para permitir que a parceria ocorra entre o pesquisador e a criança. A observação participante, as fotos, videogravação, gravações de áudio, registro de desenho das crianças mostram que o pesquisador se alinha a seus objetivos na investigação, pois tenta se colocar na perspectiva da criança, e houve respeito à produção das culturas infantis.

A dimensão da estética nas infâncias, que se faz presente na arte, foi verificada nas falas dos pesquisadores (E1, E2, E3 e E4). E1, quando se aproxima das crianças por meio da música, e E3, por meio da construção da máquina do tempo, que construiu uma linda ligação com as crianças e conseguiu fazer um lindo trabalho sobre tempo, comprovando que a arte esteve presente em seu trabalho. E2 e E4 também comprovam a dimensão estética nos seus trabalhos, pois os dois tiveram como produtos finais projetos de transformação da estética dos espaços das instituições onde realizaram as pesquisas, portanto foram de encontro aos referenciais teóricos, Malaguzzi (2021) com as práticas do ateliê e Derdeck (2025), que traz a arte como fonte e potência de subjetividades genuínas e de linguagem expressiva, presentes em todas as atividades humanas. Esse momento de escuta pelos sentidos, imagens, gestos, olhares e da variedade de linguagens desses sujeitos também comprova o momento dos pesquisadores ao protagonismo infantil.

A partir das falas dos participantes/pesquisadores, notou-se a presença da reflexividade, o esforço do pesquisador em refletir sobre suas escolhas práticas (teoria-metodologia-análise), na garantia do respeito e no intuito de tornar mais efetiva a presença das crianças nas pesquisas que as envolvem. Essa perspectiva nos leva a ver a formação de consciência do sujeito não como um fim, mas como um processo contínuo de construção e reconstrução.

Pode-se extrair ainda das falas que, de fato, os aspectos afetivos: acolhimento, afetividade, são extremamente importantes nas relações entre o pesquisador e a criança. Esses sentimentos proporcionam a abertura para o diálogo, o espaço do 'nós' na compreensão do outro, nostridade, onde se revela uma escuta mais sensível, integral, onde de fato a troca entre criança e pesquisador se constitui. Essa constatação vai ao encontro do entendimento dos referenciais teóricos e evidencia o protagonismo infantil. Para essa pesquisa, os aspectos afetivos exteriorizados em práticas e atitudes nas pesquisas se revelam como o caminho ético

mais comprometido com a criança.

Pode-se compreender que essa busca pelo procedimento/estratégia não possui uma receita pronta, a construção deve respeitar as singularidades, exige do pesquisador modos investigativos próprios (cada situação é atravessada por sua singularidade), portanto, a escuta, a observação, as projeções devem buscar potencializar as múltiplas linguagens das crianças, mas sempre tendo como fio condutor o engajamento responsável e o compromisso com o outro. Nesse sentido, para além do âmbito das normas, apresentar as crianças nos relatórios de pesquisa constitui uma ação ética por parte do participante/pesquisador. A propagação do que foi escutado dependerá do posicionamento do pesquisador/participante, que pode invisibilizar ou potencializar o conteúdo compartilhado pela criança, podendo ser exteriorizado no seu trabalho como autoria da criança ou pode ser inserido no seu texto de forma ilustrativa.

A partir desse estudo, observamos importantes e significativos avanços voltados à emancipação da infância, enquanto, anteriormente, fazia-se pesquisa sobre a criança, impondo decisões a elas; há as que discutem as formas de se pesquisar com elas, contando inclusive nas escolhas metodológicas. Contudo, percebemos uma tímida postura do pesquisador/participante em sua pesquisa quanto às escutas, assumindo a tarefa de reinventar uma ciência mais sensível, crítica e humanizadora. Acreditamos que o caminho está sendo construído, e cabe a nós, adultos, resgatar nas crianças novos modos de conhecer e de existir junto a elas.

Por isso, concluímos com a certeza de que trabalhar com as crianças, inspirada na perspectiva defendida por Loris Malaguzzi, é reconhecer nelas a força de um projeto humano em permanente construção, e não a execução de uma programação prévia. Essa compreensão preenche a educação de um “otimismo rigoroso” que se afaste do determinismo, previsibilidade e do controle, e se abra ao inédito, ao possível, à criação de novas formas de existir, de uma pedagogia da esperança e da escuta, contribuindo para a formação de indivíduos mais conscientes e engajados. Significa “uma espera e esperança no futuro”, o direito de imaginar o futuro e agir sobre ele, ação, reflexão e prática transformadora. Portanto, trabalhar com crianças, nesse sentido, é um ato político de resistência ao controle do futuro, é reafirmar a dignidade do sujeito, o poder da imaginação e a valorização do conhecimento pelo seu próprio mérito e a construção coletiva de um mundo melhor.

Assim, encerramos esta pesquisa chamando atenção para a importância da temática, que se encontra em aberto para novas investigações e novas discussões.

DECLARAÇÃO DO USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) E APLICATIVOS:

Pierre Ratinaud, **Iramuteq**: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires, versão 0.7 alpha 2, 2009. Disponível em: <http://www.iramuteq.org> Utilizado como ferramenta de apoio ao processamento de uma análise do estrado do conhecimento.

GOOGLE FORMS. <https://forms.google.com> Acesso em: 28 ago. 2025. Os questionários foram disponibilizados aos participantes por meio desse instrumento.

GOOGLE MEET. Disponível em: <https://meet.google.com> Acesso em: 28 ago. 2025. As entrevistas foram realizadas por esse meio digital.

Tactiq IAactiq. (2025). Tactiq: Meeting transcription & summaries. <https://tactiq.io> Acesso em: 28 ago. 2025. Utilizado para transcrever as entrevistas em tempo real.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: Acesso em: 30 mar. de 2024. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Brasília: Presidência da República, P1 Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1990a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Brasília: Presidência da República, P1 Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2016a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 135, p. 13563, 16 jul. 1990b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em 30 de mar. 2024

BRASIL. **Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996**. O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Quinquagésima Nona Reunião Ordinária, realizada nos dias 09 e 10 de outubro de 1996, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, resolve [...].

Brasília: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, [1996]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 112, p. 59-62, 13 jun. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view> Acesso em: 15 de fev. 2025

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 98, seção 1, p. 44-46, 24 maio 2016b. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html Acesso em 30 de mar. 2025

BRASIL. **Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024.** Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114874.htm Acesso em 30 de mar. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm Acesso em: 18 de maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde.** 2. ed., 5. reimp., Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Série B. Textos Básicos de Saúde. 44 p. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_praticas_producao_saude.pdf. Acesso em: 30 de set. 2025.

AMARAL, C. F. do; SIQUELLI, S. A. Questões éticas na pesquisa com crianças: o que mostram as produções em periódicos (2014-2023). **Roteiro**, [S. l.], v. 49, p. e34757, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/34757> . Acesso em: 5 dez. 2025.

ARENDT, H. A crise na educação. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2012.

ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios.** São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ARENDT, H. **O Que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

ARENDT, H. **A Condição Humana.** Rio de Janeiro: Forense.

BARBOSA, A., S., S.; SANTOS, J. D., F., dos. Infância ou infâncias? **Revista Linhas.** Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 245–263, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818382017245> Acesso em: 16 mar. 2026.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa. 2004.

BUBER, M. **Do diálogo e do dialógico**. Perspectiva. São Paulo.2009

BUBER, M. **Eu e tu**. Centauro, São Paulo, 2001.

CAMARCO B.V. Justo A. *IRAMUTEQ*: um software gratuito para análise de dados textuais. **Periódicos de Psicologia (PePsic)**. ISSN 1413-389X Temas em Psicologia – 2013, Vol. 21, nº 2, 513-518. DOI: <https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16>

CAMPOS, R. K. do N. “Você é a aluna nova”: o adulto atípico no pesquisa etnográfica com crianças pequenos. **Revista Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 27, n. 1, p. 1-11, mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.18316/recc.v27i1.8609>

TRIBUNAL INTERNACIONAL DE NUREMBERG. **Código de Nuremberg de 1947**. De 19 de agosto de 1947. Disponível em:

<http://www.bioetica.org.br/?siteAcao=DiretrizesDeclaracoesIntegra&id=2> Acesso em: 23 de maio de 2025.

COLL DELGADO, A. C.; CASTELLI, C. M. Pesquisas com bebês e crianças pequenas: Problematizações teórico-metodológicas. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 23, n. 39, p. 149–167, 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/3449> Acesso em: 25 maio de 2025.

COSTA, S. de S. G.. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre , v. 34, n. 02, p. 171-186, ago. 2009 Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8299> Acessos em 23 maio 2025.

COUTINHO, A., S. Consentimento e assentimento. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED. **Ética e pesquisa em educação: subsídios**. Volume 1. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. p. 98- 103.

<https://anped.org.br/biblioteca/item/etica-e-pesquisa-em-educacaosubsidios>. Acesso em: 12 jan. 2023.

CRUZ, S. H. V. Questões éticas na pesquisa com crianças, adolescentes ou pessoas em situação de diminuição de capacidade de decisão. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED. **Ética e pesquisa em educação: subsídios**. Volume 1. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. p. 73-81. / <https://anped.org.br/biblioteca/item/etica-e-pesquisa-em-educacaosubsidios>. Acesso em: 12 jan. 2023.

DAHLBERG, G. MOSS, P. PENCE, A. Qualidade na Educação da Primeira Infância. Perspectivas pós-modernas. **Educação & Sociedade**. Porto Alegre: Penso, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000100014>

EVANGELISTA, N. S. e MARCHI, R. C Sociologia da infância e reprodução interpretativa: um modelo redondo do desenvolvimento infantil. **Educação & Pesquisa**. [online]. 2022, vol.48, e241891. Epub 07-Jun-2022. ISSN 1678-4634. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202248241891por>

FARE, M. De la; CARVALHO, I., C., de M.; PEREIRA, M., V. Ética e pesquisa em educação: entre a regulação e a potencialidade reflexiva da formação. **Revista Educação**. Porto Alegre. Maio 2017. DOI: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2017.2.27603>.

FERNANDES, N. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 759-779, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/jqNWVT4RX8dLfNjKbPgNVfj/abstract/?lang=pt> Acesso: 15 de jun.2024.

FONTOURA, J. S. D. DE Á. Por uma educação pública de/com qualidade social: O que dizem os futuros professores? In: Vivências docentes compartilhadas: contextos, espaços e perspectivas na formação inicial e continuada de professores. São Paulo: Pragmatha, 2023. p. 350-364. Disponível: <http://hdl.handle.net/10183/270578> Acesso: 15 de jun.2024.

FREIRE, P. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos avançados**, v.15, n.42, p.259-270, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/ea/a/QvgY7SD7XHW9gbW54RKWHcL/?format=pdf&lang=pt#:~:text=O%20ensinante%20aprende%20primeiro%20a,readaprendido%20por%20estar%20sendo%20ensinado.&text=se%20tornem%20processos%20permanentes.,uma%20forma%C3%A7%C3%A3o%20permanente%20do%20ensinante>. Acesso 04 de março 2025.

FREITAS, L. C. De. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 de maio de 2025.

FRIDMANN, A et al. **Abrir-se à escuta das vozes infantis**. São Paulo: Phorte, 2023.
FRIDMANN, A. **A vez e a voz das crianças: escutas antropológicas e poéticas das infâncias**. São Paulo: Panda Books, 2020.

GUARESCHI, P. A. Representações sociais: avanços teóricos e epistemológicos. Social representations: theoretical and epistemological developments. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 3, p. 249-256, dez. 2000. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2000000300004&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 28 ago. 2025.

GUARESCHI, P. A. Alteridade e relação: uma perspectiva crítica. In: ARRUDA, A (organizador). **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 1998.

GOUVÊIA, M. C. S de. **O mundo da criança: a construção do infantil na literatura brasileira**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

HERMANN, N. Ética. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). **Ética e pesquisa em Educação: subsídios**. Rio de Janeiro: ANPED, 2019. v. 1. p.18-23. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/etica-e-pesquisa-em-educacaosubsidios>. Acesso em: 12 jan. 2023.

HOYUELOS, A., **A ética no pensamento e na obra pedagógica de Loris Malaguzzi;**

tradução Bruna Hernger de Souza Villar. São Paulo: Phorte, 2021.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. p. 31-61. Tradução de Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão técnica de Alda Judite Alves-Mazzotti. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324979211_Representacoes_sociais_Um_dominio_em_expansao Acesso em: 04 de março de 2026

KRAMER, S. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 41-59, jul. 2002. Disponível em:

<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/556/556>. Acesso em: 9 set. 2025.

KRAMER, S. A educação como resposta responsável: apontamentos sobre o outro como prioridade. In: FREITAS, M. T. de A. (org.). *Educação, arte e vida em Bakhtin*. Belo Horizonte: **Autêntica**, p. 29-46, 2013. Disponível em:

<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1655> Acesso em: 9 set. 2025.

KRAMER, S.; PENA, A. Vulnerabilidade e ética na pesquisa em educação. In: Associação nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED. **Ética e pesquisa em educação: subsídios**. Volume 1. Rio de Janeiro: ANPED, 2019. p. 113- 119. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/etica-e-pesquisa-em-educacao-subsidios/> Acesso em: 9 set. 2025.

LIBÂNIO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, p. 38-62, Jan./Mar. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/ZDtgY4GVpJ5rNYZQfWyBPPb/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 04 de mar. de 2026.

MALAGUZZI, L. História, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn. GANDINI, Lella. FORMAN, George. **As cem linguagens da criança. A Abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. São Paulo: Penso, 2016.

MARCHI, R. de C. Pesquisa Etnográfica com Crianças: participação, voz e ética. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 727-746, abr./jun. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/R4STDtdDZ7dJqLv3x9V4y/abstract/?lang=pt> Acesso em: 9 set. 2025.

MARCHI; R. de C.; SARMENTO, M. J. Infância, normatividade e direitos das crianças: transições contemporâneas. **Educação & Sociedade**, Campinas. Out./dez. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/dJB4g8cKkCqfQQvBLNqthNr/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 9 set. 2025.

MENDES, R. G., MISKLIN, R. M. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**. Jul-Sep 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053143988>

NEVES, V. F. A.; MÜLLER, F. Ética no encontro com bebês e seus/suas pesquisa em educação. **Pesquisa em Educação:subsídios**. Rio de Janeiro: ANPED, 2019.v. 1.p.62-66. Disponível em: https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/3Etica-e-Pesquisa-em-Educacao_Volume-3_2023-1.pdf Acesso em: 24 jan. 2025.

NASCIMENTO, M. L. B. P. **Educação infantil e sociologia da infância. Estudo sobre as relações entre a pesquisa em estudos da infância e os contextos nos quais é realizada.** 2016. Tese (Livre Docência em Educação infantil) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/5047/1/A_sociologia_da_inf%C3%A2ncia.pdf Acesso em: 22 fev. 2021.

NOGUEIRA, I. S. C. O surgimento do sentimento de infância no Brasil e o cuidado com as crianças. **Revista Contrapontos** – Eletrônica, Itajaí, set./dez. 2016. <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/8513/5348> Acesso: 15 de jun.2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os direitos das crianças.** 20 nov. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 09 de jan. 2025

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948 . Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 09 de jan. 2025

PEDRO, A. P. da S. S. Ética e investigação em educação: a (in)visibilidade ético-epistemológica das crianças no consentimento informado. **Práxis Educativa**, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/21399> . Acesso em: 28 ago. 2025.

PEDRO, A. P.; COSTA, J. A. Ética e metodologia na investigação em educação com crianças e jovens: revisão crítica de literatura. In: **5º Encontro Internacional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada - SBEC, 2012**, Belém do Pará-PA. Anais 2012, p. 01-19. Disponível em: <https://www.sbec.fe.unicamp.br/eventos/eventos-realizados/5o-encontro-internacional-da-sbec>. Acesso em: 21 de nov. de 2025.

PEREIRA, R. F. **Os processos de socializ(ação) entre os bebês e os bebês e adultos no contexto da Educação Infantil.** 2015. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/128900> Acesso em: 9 set. 2025.

PEREIRA, R., M., R. Por uma ética da responsividade: exposição de princípios para a pesquisa com crianças. **Currículo sem Fronteiras**. jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/download/29754/26010/68096> Acesso em: 9 set. 2025.

PRADO, R. L. C. **A participação de crianças em pesquisas brasileiras das Ciências Sociais e Humanas.** 2014. 293 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-27112014-103246/pt-br.php> Acesso: 17 abr. 2024.

RATINAUD, P. *IRaMuTeQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*, versão 0.7 alpha 2, 2009. Disponível em: <http://www.irad.univ-lille.fr/~ratinaud/IRaMuTeQ/>

<https://pratinaud.gitpages.huma-num.fr/iramuteq-website/> Acesso em: 9 set. 2025.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/383666646_O_Estado_da_Arte_da_Avaliacao_metodologia_de_pesquisa_e_de_formacao_de_avaladores Acesso em: 9 set. 2025.

SARMENTO, M. J. Uma agenda crítica para estudos da criança. **Currículo sem Fronteiras**. Jan./abr. 2015. Disponível em:

<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1articles/sarmiento.htm> Acesso em: 9 set. 2025.

SEVERINO, A. J. Pesquisa educacional: da consistência epistemológica ao compromisso ético. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, jul./set. 2019.

Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12445>. Acesso em: 9 set. 2025.

SIQUELLI, S. A. **A ética na formação dos professores**. Ano de depósito 2000. Dissertação – Mestrado na área de Educação, Pontifícia Católica. Campinas. Ano 2000.

APÊNDICES

FONTES PESQUISADA

Artigos selecionados publicados em periódicos da área de Educação (2014-2023)

ARAÚJO, L. A. de; ANJOS, C. I. dos. Pesquisas com crianças na Educação Infantil: discussões conceituais, éticas e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 23, n. 76, p. 47-72, jan./mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.23.076.DS02>

BARBOSA, M. C. S. A ética na pesquisa etnográfica com crianças: primeiras problematizações. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 235-245, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.9i1.0011>

BUSS-SIMÃO, M.; LESSA, J. S. Pesquisas etnográficas com crianças e adultos/os na educação infantil: desafios éticos, conceituais e metodológicos. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 23, n. 76, p. 18-46, jan./mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.7213/198116X.23.076.DS14>

CAMPOS, R. K. do N. “Você é a aluna nova”: o adulto atípico no pesquisa etnográfica com crianças pequenos. **Revista Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 27, n. 1, p. 1-11, mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.18316/recc.v27i1.8609>

ARVALHO, R. S. de; SANTOS, N. S. dos; TEBALDI, L. R. Ética na pesquisa com crianças: investimentos teóricos, reflexões e desafios em investigações na Educação Infantil. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 23, n. 76, p. 18-46, jan./mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.23.076.DS01>

DELGADO, A. C. C.; CASTELLI, C. M. Pesquisas com bebês e crianças pequenas: problematizações teórico-metodológicas. **Educação em Foco**, v. 23, n. 39, p. 149-167, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.24934/eef.v23i39.3449>

DORNELLES, L. V.; FERNANDES, N. Estudos da criança e pesquisa com crianças: nuances luso-brasileiras acerca dos desafios éticos e metodológicos. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 65-78, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1articles/dornelles-fernandes.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2024.

GUCZAK, D.; MARCHI, R. de C. Pesquisa com crianças pequenas – questões éticas, primeiras observações e sinais de assentimento. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 59, n. 62, p. 1-20, out./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2021v59n62ID26305>

LIMA, P. M. Infância(s), alteridade e norma: dimensões para pensar a pesquisa com crianças em contextos não institucionais. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 94-106, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1articles/lima.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2024.

MARCELLO, F. de A. Infância-esquecimento, infância-viagem: Foucault e a ética da pesquisa com crianças. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 127-141, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1articles/marcello.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2024.

MUNIZ, J. C. B.; LIMA, P. de M.; TEODORO, C. O cuidado enquanto ética na educação infantil: uma etnografia com bebês em contexto coletivo de educação. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 24 n. 46, p. 1358-1381, jul./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2022.e90451>

NASCIMENTO, M. L. B. P. Como se conduz a pesquisa da infância quando a educação é mais um campo a compor seus estudos? Alguns elementos para discussão. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v.

15, n. 1, p. 79-93, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1articles/nascimento.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2024.

NOGUEIRA, G. M.; XAVIER, E. M. P.; ARRIADA, E. Desafios e possibilidades na pesquisa com crianças: sob a perspectiva de quem investiga. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 23, n. 76, p. 252-278, jan./mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.23.076.DS10>

PEREIRA, R. M. R. Por uma ética da responsabilidade: exposição de princípios para a pesquisa com crianças. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 50-64, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1articles/pereira.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2024.

PESSANHA, F. N. de L.; LOURENÇO, F. M. Questões éticas e epistemológicas no campo da pesquisa em educação: o desafio de se pesquisar com crianças. **Horizontes**, Itatiba, v. 41, n. 1, e023054, p. 1-19, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v41i1.1655>

PRADO, R. L. C.; de FREITAS, M. C. Normas éticas traduzem-se em ética na pesquisa? Pesquisas com crianças em instituições e nas cidades. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 40, p. 25-46, jul./set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i40.6879>

QVOTRUP, J. A Dialética entre a proteção e a participação. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1articles/qvortrup.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2024.

SALGADO, M. M.; MÜLLER, F. A participação das crianças nos estudos da infância e as possibilidades da etnografia sensorial. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 107-126, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1articles/muller-salgado.pdf>. Acesso: 8 abr. 2024.

SANTOS, C. A. D. de A. dos; LOPONTE, L. G. Ética na pesquisa em Educação envolvendo crianças com deficiência. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 1-29, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X74422>

SANTOS, M. O. dos. A escuta de docentes em pesquisas de Educação Infantil. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 23, n. 76, p. 365-385, jan./mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416x.23.076.ds15>

SANTOS, S. V. S. dos; BAPTISTA, M. C. Triangulação metodológica em pesquisas etnográficas com e sobre crianças. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 23, n. 76, p. 201-229, jan./mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.23.076.DS08>

SARMENTO, M. J. Uma agenda crítica para estudos da criança. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 31-49, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1articles/sarmento.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2024.

SILVA, A. L. da; HADDAD, L. “Por que o seu ‘caderninho’ está cheio de escritas?”: pesquisas com crianças, metodologias e participação infantil. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 23, n. 76, p. 150-174, jan./mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.23.076.DS06>

SILVA, E. de B. T.; NEVES, V. F. A. A construção de uma lógica na pesquisa com bebês. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 23, n. 76, p. 93-122, jan./mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.23.076.DS04>

SOARES, G. R.; MARCELLO, F. de A. Transcriançar a escrita na pesquisa com crianças. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 23, n. 76, p. 73-92, jan./mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.23.076.DS04>

rg/10.7213/1981-416X.23.076.DS03

SOUZA, J. S. de; BONILLA, M. H. S. As singularidades da pesquisa com criança no espaço de vida privada/familiar. **Revista Diálogo Educacio- nal**, Curitiba, v. 23, n. 76, p. 123-149, jan./mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.23.076.DS05>

TAVARES, M. T. G.; LISBOA, A.; CARDOSO, C. V. C. A(s) infância(s) e as questões éticas e epistemológicas na pesquisa com crianças. **Horizontes**, Itativa, v. 41, n. 1, e023040, p. 1-19, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24933/ho-rizontes.v41i1.1654>

TREVISAN, G. Aprendizagens na construção de pesquisa com crianças. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 127-141, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1articles/.trevisan.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2024.

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS PESQUISADORES DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Campus Itatiba-SP Linha:

Educação, Sociedade e Processos Formativos

Mestranda: PESQUISADOR

1ª Parte: Perfil do pesquisador

- 1) Gênero/idade: _____
- 2) Graduação/Universidade: _____
- 3) Titulação: Mestre-Ms () Doutor-Dr () Ms/em andamento () Dr/em andamento ()
- 4) Programa e Universidade/Estado, em que defendeu a dissertação ou tese, ou está cursando: _____
- 5) Linha de pesquisa: _____
- 6) Grupo de Pesquisa/ Sigla- CNPPQ _____
- 7) Bolsista/Órgão de Fomento: _____

2ª Parte: sobre o campo de pesquisa.

- 1) A instituição que realizou a pesquisa é de natureza: pública (), privada (). Outra, descreva:
- 2) Qual o motivo de escolha desta instituição, descreva como foi o primeiro contato e cite se houve questões burocráticas para entrada no campo:
- 3) Local que abordou as crianças: () sala de aula () pátio - Outro, descreva:
4. Quantas crianças participaram da pesquisa? Qual é a idade? Houve critério para selecioná-las? Se sim, qual?

3ª Parte: Quanto à Metodologia:

1. Quais são os objetivos da pesquisa quanto à observação em campo?
2. Qual metodologia e instrumento empregados na abordagem? Descreva o porquê desta escolha:
3. Você realizou algum estudo específico quanto à metodologia de pesquisa com crianças antes de ir a campo? Se, sim, como descreva-o:
3. Quando foi a campo, o que esperava encontrar com as crianças, se confirmou? Se não, o que encontrou?
4. As crianças foram consideradas na aplicação da estratégia metodológica empregada, descreva:
5. Quais as especificidades da criança que você considerou para eleger a metodologia e o(s) instrumento (s) de pesquisa, cite-os:
6. Quais os métodos você utilizou para registrar suas observações (anotações, gravações, vídeos etc.)?
7. Você analisou os dados coletados durante a observação? Se sim, qual método utilizou? Descreva-o:

4ª Parte: Quanto às questões éticas:

- 1) Na relação com a criança, como você, no papel de pesquisador, se enxerga?
- 2) Foi importante estabelecer diálogo com a criança, se sim, descreva como foi:
- 3) Como foi expresso o consentimento da criança em participar da pesquisa? Descreva-o.
- 4) Durante a aplicação do instrumento da pesquisa, no local realizado, você percebeu vestígios das crianças, descreva-os:
- 5) Você retornou a Campo com os resultados da pesquisa? Quando e como foi realizado?
- 6) Que planejamento ou estratégias você utilizou para garantir que as crianças se sentissem confortáveis e seguras durante a pesquisa?
- 7) Que medidas você tomou para assegurar que as crianças compreendessem os riscos e benefícios envolvidos na sua pesquisa?
- 8) Sua pesquisa envolve crianças. Como você obteve o assentimento/ consentimento deles e ou/responsáveis?
- 9) Você teve oportunidade de interagir com as crianças durante a observação? Como isso influenciou a sua coleta de dados?
- 10) Durante a pesquisa, em algum momento na coleta de dados, você se sentiu observado pelas crianças, na perspectiva de “dentro” das culturas infantis?
- 11) Quais as evidências que apareceram na aplicação do instrumento?
- 12) Sua pesquisa passou pela Comissão de Ética CEP/CONEP? Se não, por quê?
- 13) Na sua opinião, as crianças são também autores da pesquisa? Comente.
- 14) Comentários livres.

APÊNDICE 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, PESQUISADORA, acadêmica do curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da Universidade São Francisco, em Itatiba (SP), juntamente com a professora _____, docente e orientadora deste estudo, intitulado: “Questões éticas nas pesquisas em educação com crianças da primeira infância”.

O reconhecimento da primeira infância, como sujeitos de direitos, respaldados pela legislação brasileira, marcou uma transição significativa nas práticas da pesquisa que envolvem essa categoria, sendo a criança vista não apenas como objeto, mas como produtora ativa no processo de pesquisa. Assim, esta pesquisa tem como objeto geral: compreender as questões de ética em pesquisa que envolvem crianças da primeira infância (0-6 anos), a partir de uma concepção de que a criança é, naturalmente, uma pesquisadora, e indaga o mundo por meio de vivências e experiências estéticas que se expressam em múltiplas linguagens.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista agendada a critério da participante da pesquisa, por meio presencial e virtual, pela plataforma Google Meet, com duração aproximada de 60 minutos ou mais. Ciente de que a participante da pesquisa poderá retirar seus dados da entrevista em qualquer momento do processo de elaboração, desde que seja de sua vontade.

Em caso de dúvidas e se quiser ser mais bem informada, poderá entrar em contato com a pesquisadora PESQUISADOR e com a professora Dr^a.Orientadora, do curso Mestrado em Educação da Universidade São Francisco Itatiba/SP ou mesmo o Comitê de Ética em Pesquisa da USF, situado na Avenida São Francisco de Assis, 218, sala 35, Bairro Cidade Universitária, CEP: 12916-000, Bragança Paulista/SP. Para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa será pelo telefone (11) 2454-8302 ou e-mail: comiteetica@usf.edu.br. Poderá entrar em contato com o responsável pelo estudo, PESQUISADOR, sempre que julgar necessário pelo telefone (11) 99889-6615, e-mail: carolfamaral@yahoo.com.br

A senhora concorda em participar deste estudo? Em caso afirmativo, deverá ler a Declaração que segue, assinando-a no local próprio.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que fui informada sobre esta pesquisa, estou ciente dos seus objetivos, da relevância do estudo, da realização da entrevista, assim como me foram esclarecidas todas as dúvidas. Mediante isto, concordo livremente em participar, fornecendo as informações necessárias. Estou também ciente de que, se quiser e em qualquer momento, poderei retirar o meu consentimento deste estudo. Para tanto, lavro minha assinatura em duas vias deste documento, ficando uma delas comigo e a outra com o pesquisador.

Itatiba, 16 maio de 2025

Participante: P2. M. F Pesquisadora: Mestranda

APÊNDICE 3

QUESTIONÁRIO AOS PESQUISADORES DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Campus Itatiba-SP Linha:
Educação, Sociedade e Processos Formativos

Mestranda:

1ª Parte: Perfil do pesquisador

- 8) Gênero/idade: _____
- 9) Graduação/Universidade: _____
- 10) Titulação: Mestre-Ms () Doutor-r () Ms/em andamento () Dr/em andamento ()
- 11) Programa e Universidade/Estado, em que defendeu a dissertação ou tese, ou está cursando: _____ Linha de pesquisa: _____
- 12) Grupo de Pesquisa/ Sigla- CNPQ: _____
- 13) Bolsista/ Órgão de Fomento: _____

2ª Parte: sobre o campo de pesquisa

- 4) A instituição que realizou a pesquisa é de natureza: pública (), privada (). Outra, descreva:
- 5) Qual o motivo de escolha desta instituição, descreva como foi o primeiro contato e cite se houve questões burocráticas para entrada no campo:
- 6) Local que abordou às crianças: () sala de aula () pátio - Outro, descreva:
4. Quantas crianças participaram da pesquisa? Qual a idade? Houve critério para selecioná-las, se sim, qual:

3ª Parte: Quanto a Metodologia:

1. Qual (ais) os objetivos da pesquisa, quanto a observação em campo?
2. Qual metodologia e instrumento empregados na abordagem. Descreva o porquê desta escolha:
3. Você realizou algum estudo específico quanto a metodologia de pesquisa com crianças antes de ir a campo? Se, sim, como descreva-o:
3. Quando foi a campo, o que esperava encontrar com as crianças, se confirmou? Se não, o que encontrou?
4. As crianças foram consideradas na aplicação da estratégia metodológica empregada, descreva:
5. Quais as especificidades da criança que você considerou para eleger a metodologia e o(s) instrumento (s) de pesquisa, cite-os:
6. Quais os métodos você utilizou para registrar suas observações (anotações, gravações, vídeos etc.)?
7. Você analisou os dados coletados durante a observação? Se sim, qual método utilizou? Descreva-o:

4ª Parte: Quanto às questões éticas:

- 14) Na relação com a criança, como você, no papel de pesquisador, se enxerga?
- 15) Foi importante estabelecer diálogo com a criança, se sim, descreva como foi:
- 16) Como foi expresso o consentimento da criança em participar da pesquisa? Descreva-o.
- 17) Durante a aplicação do instrumento da pesquisa, no local realizado, você percebeu vestígios das crianças, descreva-os:
- 18) Você retornou a Campo com os resultados da pesquisa? Quando e como foi realizado?
- 19) Que planejamento ou estratégias você utilizou para garantir que as crianças se sentissem confortáveis e seguras durante a pesquisa?
- 20) Que medidas você tomou para assegurar que as crianças compreendessem os riscos e

benefícios envolvidos na sua pesquisa?

- 21) Sua pesquisa envolve crianças. Como você obteve o assentimento/ consentimento deles e ou/responsáveis?
- 22) Você teve oportunidade de interagir com as crianças durante a observação? Como isso influenciou a sua coleta de dados?
- 23) Durante a pesquisa, em algum momento na coleta de dados, você se sentiu observado pelas crianças, na perspectiva de “dentro” das culturas infantis?
- 24) Quais as evidências que apareceram na aplicação do instrumento?
- 25) Sua pesquisa passou pela Comissão de Ética CEP/CONEP? Se não, por quê?
- 26) Na sua opinião, as crianças são também autores da pesquisa? Comente.
- 27) Comentários livres.

ANEXOS

ANEXO 1 APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA Parecer consubstanciado do CEP/USF¹⁵



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: QUESTÕES ÉTICAS NAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO COM CRIANÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Pesquisador: Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 84380624.5.0000.5514

Instituição Proponente: Universidade São Francisco-SP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.215.124

Apresentação do Projeto:

O projeto apresenta-se dentro dos critérios do referido Comitê.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos estão de acordo com a metodologia e os pressupostos teóricos do estudo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há riscos.

Comentários e considerações sobre a pesquisa:

A pesquisa se mostra de suma importância para a área específica de estudo.

Considerações sobre os termos de apresentação obrigatória: Termo de Compromisso - Aprovado!

Recomendações:

Aprovado!

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações: Aprovado!

Considerações Finais a critério do CEP:

APÓS DISCUSSÃO EM REUNIÃO DO DIA 07/11/2024, O COLEGIADO DELIBEROU PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISAS. SENDO OBRIGATÓRIO O ENVIO DE RELATÓRIOS

Continuação do Parecer: 7.215.124

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRAGANCA PAULISTA, 08 de Novembro de 2024

Assinado por:

Miguel Simão Hadd Filho

¹⁵ Disponível pelo link: <https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>